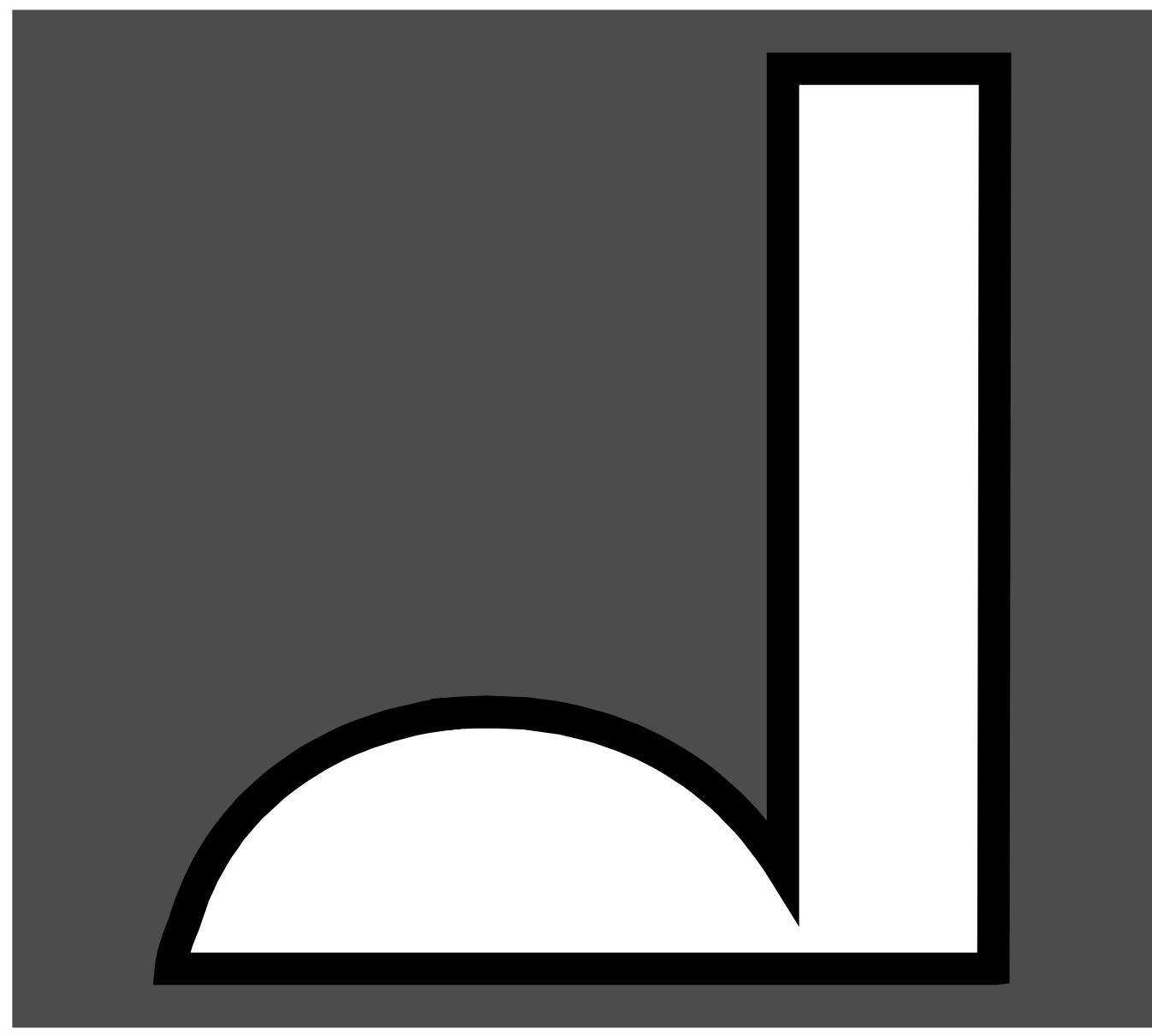




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII – N° 022 – QUARTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2002 – BRASÍLIA-DF

MESA		
Presidente ⁽³⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> 1º Vice-Presidente <i>Edison Lobão – PFL – MA</i> 2º Vice-Presidente <i>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</i> 1º Secretário <i>Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE</i> 2º Secretário <i>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</i>	3º Secretário ⁽⁶⁾ <i>Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB</i> 4º Secretário <i>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</i> Suplentes de Secretário ^{1º} <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> ^{2º} <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i> ^{3º} <i>Maria do Carmo Alves – PFL – SE</i> ^{4º} <i>Nilo Teixeira Campos⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Vago⁽⁴⁾</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS</i> <i>Gerson Camata – PMDB – ES</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> <i>Vago⁽⁷⁾</i> <i>Jefferson Péres – Bloco Oposição - AM</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Artur da Távola</i> Vice-Líder <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i> <i>Bello Parga</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> LIDERANÇA DO PMDB – 23 Líder <i>Renan Calheiros</i> Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Gilvam Borges</i> <i>Marluce Pinto</i> <i>Amir Lando</i> <i>Alberto Silva</i> <i>Ney Suassuna</i>	LIDERANÇA DO PFL – 17 Líder <i>José Agripino Maia</i> Vice-Líderes <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Bello Parga</i> <i>Maria do Carmo Alves</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 17 Líder <i>Geraldo Melo</i> Vice-Líderes <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá⁽⁷⁾</i> <i>Vago</i> <i>Freitas Neto</i>	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) – 14 Líder <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes <i>Emilia Fernandes</i> <i>Tião Viana</i> <i>Roberto Freire</i> <i>Sebastião Rocha</i> LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder <i>Ademir Andrade</i> Vice-Líder <i>Paulo Hartung</i> LIDERANÇA DO PTB – 5 Líder <i>Carlos Patrocínio</i> Vice-Líder <i>Arlindo Porto</i> LIDERANÇA DO PL – 1 Líder <i>José Alencar</i>

(1) Reeletos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

(7) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalm, nela representado pelo Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Director-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 23ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE MARÇO DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será dedicado a homenagear o 35º aniversário da Zona Franca de Manaus, nos termos do Requerimento nº 4, de 2002, de autoria do Senador Gilberto Mestrinho e outros senhores Senadores..... 02430

1.2.2 – Oradores

Senador Gilberto Mestrinho.....	02430
Fala da presidência (Senador Antonio Carlos Valadares).....	02433
Senador Moreira Mendes	02433
Senador Mozarildo Cavalcanti	02435
Senador Jefferson Péres	02438
Senadora Marluce Pinto	02439
Senador Luiz Otávio	02444
Senador Romero Jucá, como Líder	02446
Fala associativa da presidência (Senador Ramez Tebet)	02447

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Deliberativa Extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada, nos termos acordados pelas lideranças em reunião com a Presidência..... 02448

1.2.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 95, de 2002 (nº 169/2002, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora Dilma Seli Pena Pereira, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas, na vaga do Senhor Lauro Sérgio de Figueiredo. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura..... 02448

1.2.5 – Aviso do Ministro de Estado dos Transportes

Nº 22/2002, de 11 de janeiro do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 5, de 2001, do Senador Ademir Andrade. Ao Arquivo..... 02451

1.2.6 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 265/2002, de 12 do corrente, solicitando a prorrogação do prazo, por mais trinta dias, para responder o Requerimento nº 738, de 2001, do Senador Mozarildo Cavalcanti. A matéria aguardará na Secretaria-Geral da Mesa o envio das informações..... 02452

1.2.7 – Comunicação do Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Transferência para amanhã, às 15 horas, de reunião anteriormente marcada para hoje..... 02452

1.2.8 – Ofício

Nº 109/2002, 19 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 2.218, de 2001..... 02452

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Designação dos Senadores Roberto Freire e José Fogaça para representarem o Senado Federal na 1ª Reunião Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), realizada na cidade do México, no período de 13 a 16 do corrente mês (RQM 50/02)..... 02452

Término do prazo, sem que tenha sido interposto recurso regimental, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2001, de autoria do Senador Paulo Souto, que altera o art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para proibir a exigência de caução por parte de seus prestadores de serviços contratados e credenciados, aprovado terminati-

vamente pela Comissão de Assuntos Econômicos. À Câmara dos Deputados.....

02452

Término do prazo, sem que tenha sido interposto recurso regimental, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2001, de autoria do Senador Luiz Pontes, que acrescenta dispositivos ao art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados.....

02452

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2001 (nº 66/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Programa de Orientação Sexual, de prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e do Uso de Drogas. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

02452

Término do prazo, ontem, com apresentação das Emendas nºs 1 e 2, de Plenário ao Projeto de Resolução nº 5, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 110, de 2002), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A, no valor equivalente a até duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II. À Comissão de Assuntos Econômicos para exame das emendas.....

02452

Recebimento do Ofício nº S/9, de 2002 (nº 392/02, na origem), da Câmara Municipal de Mauá (SP), encaminhando exemplar do Requerimento nº 362, de 2002, aprovado naquela Casa no último dia 5, através do qual solicita instauração de Sindicância para apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Saúde, notadamente no Hospital de Clínicas Dr. Nardini, daquele Município. À Comissão de Assuntos Sociais.....

02473

1.2.10 - Pronunciamentos

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA, como Líder – Declara obstrução das Lideranças na Ordem do Dia.....

02473

O SR. PRESIDENTE (Senador Ramez Tebet) – Continuidade da obstrução da pauta de hoje pelas lideranças partidárias.....

02473

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Medida Provisória nº 9, de 2001, que dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias

de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências. **Discussão adiada** em virtude de obstrução das lideranças.....

02473

Item 2

Medida Provisória nº 11, de 2001, que cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**.....

02473

Item 3

Medida Provisória nº 12, de 2001, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de oitenta e seis milhões de reais, para os fins que especifica. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**.....

02473

Item 4

Medida Provisória nº 13, de 2001, que cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**.....

02473

Item 5

Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2001 (nº 5.526/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que, altera o art. 98 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**.....

02474

Item 6

Projeto de Resolução nº 1, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 58, de 2002, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**.....

02474

Item 7

Projeto de Resolução nº 2, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 59, de 2002, Relator: Senador Romero Jucá, com voto contrá-

rio do Senador Lauro Campos), que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o "Japan Bank for International Cooperation – JBIC", no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.** 02474

Item 8

Requerimento nº 20, de 2002, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos se encontra esgotado. **Votação adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.** 02474

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2000 (nº 548/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Radioclube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.** 02474

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2001 (nº 768/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Paz e Bem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.** 02474

Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2001 (nº 740/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Transcontinental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.** 02475

Item 12

Parecer nº 76, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 4, de 2002 (nº 1.441/2001, na origem), Relator: Senador Romeu Tuma, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Ma-

rini e Souza, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Felippe Sampaio de Lacerda Junior. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.** 02475

Item 13

Parecer nº 77, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 71, de 2002 (nº 73/2002, na origem), Relator: Senador Romero Jucá, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Doutor Renato de Lacerda Paiva, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Vitalício, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista e decorrente da aposentadoria do Ministro José Luiz Vasconcelos. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.** 02475

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2001 (nº 3.395/2000, na Casa de origem), que autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.** 02475

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o **caput** e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indemnizatória de convocação extraordinária). **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.** 02475

Item 16

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.** 02475

Item 17

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador

Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02476
Item 18	
Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2001 (nº 940/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sentinela do Alegrete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02476
Item 19	
Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2001 (nº 718/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Positiva FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02476
Item 20	
Requerimento nº 754, de 2001, do Senador Antero Paes de Barros, solicitando, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2001, de sua autoria, cujo prazo se encontra esgotado. Votação adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02476
Item 21	
Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02476
Item 22	
Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº 3.961/97, na Casa de origem), que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02476
Item 23	
Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2001 (nº 1.477/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul.	

Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...	02476
Item 24	
Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e pela Medida Provisória nº 2.193, de 23 de agosto de 2001. (Lei Pelé). Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...	02477
Item 25	
Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2001 (nº 963/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à TV São José do Rio Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02477
Item 26	
Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2001 (nº 871/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Uatumã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02477
Item 27	
Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2001 (nº 943/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...	02477
Item 28	
Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2001 (nº 741/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Imembuí S.. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...	02477
Item 29	
Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2001 (nº 798/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cooper-	

habic para a Educação e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02477	nal, especificando condições para a soltura de réu primário. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.	02493
Item 30 Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2001 (nº 1.022/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...	02478	Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, de autoria do Senador Lauro Campos, que altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.	02494
Item 31 Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2001 (nº 1.035/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02478	Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2002, de autoria do Senador Paulo Souto, que altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências, para incluir o mencionado Departamento no âmbito da competência reguladora das Agências. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.....	02495
Item 32 Requerimento nº 688, de 2001, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1997, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. Votação adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02478	Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera o Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que "Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências" para dispor que qualificação militar de difícil formação seja contabilizada como título para fins de pontuação nos processos seletivos destinados a ingresso nas Polícias Militares. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa....	02497
1.3.1 – Leitura de requerimentos Nº 75, de 2002, de autoria do Senador Roberto Saturnino e outros Srs. Senadores, solicitando a aprovação de um voto de aplauso à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pela realização no dia 15 do corrente da eleição para a escolha do Reitor em clima de grande interesse e comparecimento, com resultado que consagra o Professor Carlos Lessa como indicado por 85% dos votos e mais de 90% dos docentes daquela Universidade. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania....	02478	1.3.3 – Leitura de requerimentos Nº 77, de 2002, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. À Mesa para decisão.	02498
Nº 76, de 2002, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando ao Tribunal de Contas da União as informações que menciona. À publicação...	02478	Nº 78, de 2002, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 138 de 1999 e 24 de 2002, por regularem a mesma matéria. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....	02508
1.3.2 – Leitura de projetos Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2002, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera os arts. 408 e 594 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Pe-	02478	Nº 79, de 2002, de autoria do Senador Belo Parga, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. À Mesa para decisão.	02508
		1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Defesa da implantação de penas alternativas para melhoria do sistema penitenciário brasileiro.....	02508

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Apelo para apoio a proposições de autoria de S. Ex^a que tramitam na Casa. Transcrição da Carta de Fortaleza, da reunião externa da Comissão Mista do Mercosul.....

02513

SENADOR WALDECK ORNELAS – Transcurso, no próximo dia 21, do Dia Mundial de Combate de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Apelo para aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2001, de sua autoria, que dá nova redação ao § 1º do artigo 19 da Lei nº 10260, de 12 de julho de 2001 (dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior), para atribuir prioridade absoluta aos alunos afrodescendentes.....

02517

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Rezogizo pela eleição direta do Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.....

02520

SENADOR CASILDO MALDANER – Comentários sobre proposição de autoria de S. Ex^a, que cria o Fundo de Defesa Civil Nacional.....

02520

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Considerações sobre a ações do Governo e da população no combate à dengue no País, especialmente no estado do Rio de Janeiro e na região Nordeste.....

02522

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Homenagens a cidade de Aracaju, capital de Sergipe, pelo transcurso dos seus 147 anos de fundação, no último dia 17 de março.....

02523

SENADOR ROMERO JUCÁ – Elogios às atividades do Tribunal de Contas da União – TCU, registradas no Relatório de Atividades do 3º trimestre de 2001.....

02524

1.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa Extraordinária, hoje, às 19 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada.....

02525

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 24ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 19 DE MARÇO DE 2002

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 80, de 2002, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando voto de louvor à Organização Jaime Câmara, pelo prêmio recebido pelo jornal **O Popular**, de Goiânia, Estado de Goiás. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania....

02531

2.2.2 – Ofícios

Nº 6/2002, de 18 do corrente, do Ministro das Relações Exteriores, acusando recebimento

do Ofício nº 123/2002 (SF), pelo qual comunica a aprovação dos Requerimentos nºs 53 e 54, de 2002, de convocação para prestar esclarecimentos sobre as medidas protecionistas norte-americanas no setor siderúrgico, seus efeitos na economia brasileira tanto no mercado interno quanto no comércio exterior, e as medidas que serão adotadas pelo Governo brasileiro. Fixação da sessão de 2-4-2002, para o comparecimento do Sr. Ministro. À publicação.....

02532

Nº 814/2002, de 18 do corrente, do Ministro do Supremo Tribunal Federal, comunicando que em virtude da aprovação da Emenda Constitucional nº 35, tornou-se desnecessária a solicitação formulada por esta Corte no Ofício nº 3.968/R, de 22-11-2001, encaminhado a esta Presidência. À Secretaria-Geral da Mesa.

02532

2.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2002, de autoria do Senador Francelino Pereira, que dispõe sobre a profissão de artesão. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

02532

2.2.4 – Pronunciamentos

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA, como Líder – Declara obstrução das Lideranças na Ordem do Dia.

02534

O SR. PRESIDENTE (Senador Ramez Tebet) – Continuidade da obstrução da pauta de hoje pelas lideranças partidárias.

02534

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Medida Provisória nº 9, de 2001, que dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências. **Discussão adiada** em virtude de obstrução...

02534

Item 2

Medida Provisória nº 11, de 2001, que cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da região Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais, nos municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**.....

02534

Item 3

Medida Provisória nº 12, de 2001, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de oitenta e seis milhões de reais, para os fins que especifica. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**.....

02534

Item 4

Medida Provisória nº 13, de 2001, que cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....** 02534

Item 5

Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2001 (nº 5.526/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que, altera o art. 98 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....** 02535

Item 6

Projeto de Resolução nº 1, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 58, de 2002, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....** 02535

Item 7

Projeto de Resolução nº 2, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 59, de 2002, Relator: Senador Romero Jucá, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o “Japan Bank for International Cooperation – JBIC”, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....** 02535

Item 8

Requerimento nº 20, de 2002, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos se encontra esgotado. **Votação adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....** 02535

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2000 (nº 548/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Radioclube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....** 02535

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2001 (nº 768/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Paz e Bem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....** 02536

Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2001 (nº 740/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Transcontinental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....** 02536

Item 12

Parecer nº 76, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 4, de 2002 (nº 1.441/2001, na origem), Relator: Senador Romeu Tuma, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marinelli e Souza, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Felipe Sampaio de Lacerda Junior. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....** 02536

Item 13

Parecer nº 77, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 71, de 2002 (nº 73/2002, na origem), Relator: Senador Romero Jucá, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Doutor Renato de Lacerda Paiva, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Vitalício, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista e decorrente da aposentadoria do Ministro José Luiz Vasconcelos. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....** 02536

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2001 (nº 3.395/2000, na Casa de origem), que autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02536

da em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...... 02537

Item 20

Requerimento nº 754, de 2001, do Senador Antero Paes de Barros, solicitando, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2001, de sua autoria, cujo prazo se encontra esgotado. **Votação adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...** 02538

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o **caput** e os §§ 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao art. 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indemnizatória de convocação extraordinária). **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02537

Item 21

Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02538

Item 16

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02537

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº 3.961/97, na Casa de origem), que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02538

Item 17

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02537

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2001 (nº 1.477/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...** 02538

Item 18

Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2001 (nº 940/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sentinel da Alegrete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02537

Item 24

Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e pela Medida Provisória nº 2.193, de 23 de agosto de 2001. (Lei Pelé). **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...** 02538

Item 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2001 (nº 718/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Positiva FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás. **Discussão adia-**

Item 25

Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2001 (nº 963/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV São José do Rio Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. **Discussão adiada em vir-**

tude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02538	difusão de sons e imagens na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02540
Item 26		Item 32	
Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2001 (nº 871/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Uatumã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02539	Requerimento nº 688, de 2001, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1997, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. Votação adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02540
Item 27		2.3.1 – Discurso encaminhado à publicação	
Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2001 (nº 943/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02539	SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Jus- tificativas a projeto de lei de sua autoria, lido na presente sessão, destinado a reconhecer a pro- fissão de artesão, a propósito da comemoração, hoje, de seu dia.	02540
Item 28		2.3.2 – Comunicação da Presidência	
Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2001 (nº 741/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Imembuí S.A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02539	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 ho- ras e 30 minutos, com Ordem do Dia anterior- mente designada.	02541
Item 29		2.4 – ENCERRAMENTO	
Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2001 (nº 798/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cooper- habic para a Educação e Assistência Social a ex- ecutar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.	02539	3 – RETIFICAÇÃO	
Item 30		Ata da 18ª Sessão Deliberativa Ordinária, re- alizada em 12 de março de 2002 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subseqüente.....	02548
Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2001 (nº 1.022/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...	02539	4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RAMEZ TEBET, EM 19-3-2002	
Item 31		5 – ATOS DO PRESIDENTE	
Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2001 (nº 1.035/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens para executar serviço de radio-		Nºs 25 e 26, de 2002.	02550
		6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		Nºs 304 a 324, de 2002	02551
		7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA	
		8 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
		9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON- JUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 23ª Sessão Deliberativa Ordinária em 19 de março de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares,
Mozarildo Cavalcanti, Jefferson Péres e Casildo Maldaner*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Artur da Tavola – Bello Parga – Benício Sampaio – Carlos Patrocínio – Casildo Maldaner – Chico Sartori – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – José Agripino – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Robinson Viana – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotonio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto –

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Hora do Expediente da presente sessão destina-se a homenagear o 35º aniversário da Zona Franca de Manaus, de acordo com o Requerimento nº 4, de 2002, do Senador Gilberto Mestrinho e outros Srs. Senadores.

Convidado o Dr. Ozias Monteiro Rodrigues, Presidente da Suframa, para fazer parte da Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Convidados especiais que prestigiam este ato, Dr. Ozias Monteiro Rodrigues, Superintendente da Suframa, para nós, da Amazônia, é motivo de extrema satisfação celebrar, nesta augusta Casa, os 35 anos da Zona Franca de Manaus, no espaço nobre de sua Hora do Expediente.

Nós, Senadores da região, que juntos requeremos este ato, generosamente deferido por V. Exª, Sr. Presidente, sabemos o que significou a criação da Zona Franca de Manaus e a ação desenvolvimentista que esse modelo vem realizando ao longo destes anos, sob a coordenação competente da Superintendência da Zona Franca de Manaus, a Suframa, e que se espalha por toda a Amazônia Ocidental.

Permitam-me, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Srs. Convidados, tecer algumas considerações preliminares sobre a história e razões da sua criação. Desde o declínio do Ciclo da Borracha, período em que a Amazônia respondeu por aproximadamente 45% do PIB nacional, a União tem adiado a formulação de um projeto nacional de integração da Amazônia que possa colocar o País no rumo do seleto grupo de nações desenvolvidas pelo aproveitamento racional de suas riquezas naturais.

Somente no Governo Getúlio Vargas, cinco décadas após o esvaziamento da economia gomífera, é que a Federação ensaiou a criação de um projeto de aproveitamento e valorização da região, com a criação da SPEVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia –, em 1953, a despeito da Constituição de 1946 já haver posto em seu art. 119 os mecanismos legais para essa medida, por meio de uma emenda do Deputado pelo Amazonas, Constituinte na época, Leopoldo Péres.

A Amazônia dependia, então, do extrativismo e da cultura primitiva de alguns produtos de sua floresta para a sobrevivência de sua população. Havíamos

perdido toda a estrutura produtiva pela queda dos preços internacionais e apenas alguns produtos representavam algo significativo que sustentava o que havia restado da **débâcle** da economia da Amazônica Ocidental e especialmente do Estado do Amazonas.

A partir dos anos 60, entretanto, o mundo ingressou aceleradamente na era dos sintéticos, com uma explosão generalizada na produção de plásticos. Para quem dependia de produtos de cultivo artesanal usados pela indústria, como a juta e a malva, o surgimento da indústria plástica e de embalagens foi mortal. Àquela altura, não restava outra saída econômica para cidades como Manaus, já com 200 mil habitantes. A situação era preocupante. A sorva, para dar alguns exemplos, matéria-prima única da goma de mascar, popularizada como chiclete, fora substituída por um derivado do petróleo, o poliisobutileno. O pau-rosa, usado na fixação de perfumes, cedeu lugar aos fixadores de laboratório e se juntou à juta e à malva, que já haviam contribuído com mais de 50% da receita do Estado e geravam milhares de empregos. Perderam mercado para o tecido de polipropileno e também devido ao aparecimento dos navios graneleiros, que prescindiam de sacarias para embalagens. O avanço tecnológico teve um lado cruel na desvalorização econômica dos produtos primários da Amazônia.

Faço um parêntese, Sr. Presidente, para saudar a chegada ao recinto do eminente Ministro Arthur Virgílio Neto, Deputado pelo Estado do Amazonas.

Senhoras e senhores, impunha-se a tomada de medidas urgentes para resgatar o cenário socioeconômico regional. As entidades de classe da região, principalmente a Associação Comercial do Amazonas, a Federação da Agricultura e demais órgãos representativos, fizeram, à época, insistentes apelos ao Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, para que fosse encontrada uma solução para aquela parte esquecida do Brasil.

Felizmente o Marechal Castello Branco, que fora Comandante da 8ª Região Militar, conhecia bem os problemas locais e, mais do que isso, tinha consciência da importância estratégica da Amazônia para o Brasil. Ele, então, encarregou o seu Ministro do Planejamento, o saudoso Embaixador Roberto Campos, da missão de encontrar uma solução que evitasse o colapso iminente da região e, especialmente, que desse sustentação a Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Peço licença ao nobre orador para convidar o Ministro Arthur Virgílio para compor a Mesa, o que será uma honra para todos nós do Senado Federal. (Pausa.)

Continua com a palavra o nobre orador.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– O Ministro Roberto Campos repartiu a tarefa que o Presidente lhe confiara com o seu chefe de gabinete e amigo pessoal, o engenheiro Artur Amorim, amazonense, filho de pioneiros, que bem conhecia sua terra. Artur Amorim lembrou que havia um projeto do Deputado Pereira da Silva que criava o Porto Franco de Manaus e que poderia servir de base para os estudos preliminares. Daí, em poucos dias, o Ministro Roberto Campos levou ao Presidente Castello Branco o documento que se transformou no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que criava um pólo de desenvolvimento com incentivos fiscais destinados à implantação de comércio, indústria e atividades agro-pastoris na cidade de Manaus.

Instalada a Zona Franca de Manaus, iniciou-se uma intensa atividade comercial, baseada em importações, seguida da implantação do pólo industrial, que se foi consolidando a partir dos anos 80. Sua sobrevivência constitucional está assegurada até 2013, graças ao empenho do Deputado e hoje Senador Bernardo Cabral, Relator brilhante da Constituição de 1988, que fez constarem do Ato das Disposições Transitórias da Carta Magna as prerrogativas fiscais do modelo.

Amigos da Amazônia aqui presentes, a celebração dos 35 anos da Zona Franca de Manaus reveste-se, pois, da maior importância no contexto das políticas públicas federais voltadas para o desenvolvimento socioeconômico da região amazônica e sua integração ao resto do País. Trata-se de um modelo em avançado processo de consolidação e que sinaliza, a despeito das pressões e percalços presentes desde a primeira hora de sua implantação, a iniciativa mais bem-sucedida do poder central no desafio de reduzir ou atenuar as desigualdades regionais de um País em que apenas uma região detém 58% do PIB, enquanto as quatro restantes dividem 42%, e em que 10% dos brasileiros usufruem de 47% da renda nacional e 50% dos brasileiros têm de se contentar com apenas 13,5% dessa renda.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, diferentemente da Spevea, depois transformada em Sudam, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, cujos recursos foram criados para implementar mecanismos de desenvolvimento com ênfase no financiamento da produção, e que foram utilizados em alguns momentos da sua história por aventureiros e oportunistas de ocasião, a Zona Franca de Manaus não se valeu de fundos constitucionais para fomentar o processo produtivo do modelo que se implantou há 35

anos. As indústrias instaladas no âmbito da Zona Franca de Manaus são beneficiadas com incentivos tão-somente quando demonstram na prática seus investimentos na geração de emprego e renda. Não há incentivo à indústria; há incentivo ao produto. Se existe o produto, ele é incentivado. Se não há produto, não existe incentivo.

Um conjunto de exigências e de auditorias permanentes, com a participação da sociedade e dos ministérios relacionados à produção, assegura a transformação de incentivos fiscais em benefícios sociais e econômicos para a região. Com efeito, a Zona Franca tem contribuído, com o barateamento dos produtos lá fabricados, para toda a sociedade brasileira. Quando começou a fabricação de televisores na Zona Franca, um televisor de 20 polegadas custava de US\$500 a US\$ 550. Hoje, o mesmo televisor custa algo na faixa de US\$155 a US\$160.

A despeito da renúncia tributária, a Zona Franca de Manaus é a principal responsável por 55% de todos os impostos que a União arrecada na região Norte. Apenas o Estado do Amazonas contribui com 55% da receita arrecadada pela União na Região Norte. Assim, não é válido o preconceito de que se trata de um paraíso fiscal.

Minhas senhoras e meus senhores, pressões de toda ordem marcaram a trajetória desses 35 anos, e pressões não faltam para interromper sua continuidade. Enquanto é permitido, em todos os quadrantes do território nacional, produzir livremente qualquer item no setor industrial, estabeleceu-se, no âmbito da Zona Franca, o chamado Processo Produtivo Básico (PPB), que obriga as empresas do Pólo Industrial de Manaus ao atendimento de um rigoroso ritual tecnológico para cada produto, cuja aprovação final passa a depender de um grupo interministerial de Brasília. O problema é que, além da absurda exigência, as empresas chegam a passar quase um ano para que o tal PPB seja aprovado.

Nos últimos anos, o Governo estadual foi obrigado a entrar, em três oportunidades, com ações de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para defender a sobrevivência do modelo, ameaçada por ações ordinárias do Poder Executivo. Graças ao empenho do Governador Amazonino Mendes, com apoio das lideranças empresariais e políticas da região, foram respeitados os direitos constitucionais da Zona Franca e, por unanimidade, todas as Adins foram concedidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Não omitimos a ação inescrupulosa de falsos empresários do Sul do País que desembarcam em Manaus para a prática de ilegalidades. Pelo contrário,

apoiamos as medidas enérgicas de combate a essas ações. Recentemente, algumas empresas do Centro-Sul do Brasil foram flagradas na prática do contrabando, com a convivência de maus funcionários da Receita. Felizmente, a ação policial foi competente e tratou de coibir, com os rigores da lei, esse ilícito, cuja ocorrência jamais servirá, como pretendem alguns desafetos da Zona Franca, para ameaçar a consistência e a relevância do seu desempenho econômico e social na Amazônia e no Brasil.

Senhoras e senhores, a Zona Franca de Manaus foi criada para substituir importações, uma função necessária na ótica do interesse nacional, que foi cumprida a contento e com um leque invejável de benefícios para a economia brasileira, pela boa legislação que trouxe para a atividade industrial. Atualmente, os pólos eletroeletrônicos, de duas rodas, relojoeiro e de descartáveis estão entre os mais modernos do Planeta e substituem, de modo satisfatório, a importação desses produtos. Ao lado disso, a Zona Franca entrou por inteiro no desafio de equilibrar a balança comercial brasileira, priorizando as exportações. Com mais de duas centenas de empresas certificadas pelo padrão de qualidade ISO 9000 e ISO 14 000, referência ambiental de qualidade e competitividade, o que coloca o Amazonas entre os Estados que mais se habilitaram na disputa de oportunidades no mercado internacional.

A Zona Franca de Manaus chegou perto da marca de US\$1 bilhão em 2001 e vai bater, seguramente, na casa dos US\$2 bilhões no próximo ano em exportação de seus produtos, inclusive para os Estados Unidos, atualmente nosso maior importador de televisores – o que mostra a qualidade e a competitividade dos produtos da Zona Franca de Manaus. Em breve, muito antes do que poderiam preconizar seus opositores, o modelo ZFM terá um papel decisivo e necessário no equilíbrio da balança comercial brasileira. Seu desempenho ultrapassa com folga as taxas de crescimento das exportações do País.

Adicionalmente ao seu desempenho exportador, o modelo instalado em Manaus se transformou em referência ambiental para o padrão de progresso adotado por esta civilização. Encravado no coração da maior floresta tropical do mundo, o Pólo Industrial de Manaus cresce a uma taxa de deprecação ambiental próxima de zero. O Estado do Amazonas conserva intacta, intocada, verde, 98% de sua cobertura original – os restantes 2% foram usados para fazer as cidades, estradas, vilas, enfim, para o homem poder viver –, a despeito de ser o Estado que cresceu 122% na década passada, um recorde nacional, segundo

dados recente do IBGE. Portanto, durante a década de 90, quando o País quase teve crescimento nulo, o Amazonas cresceu 122%.

Com essas preocupações e coerente com os parâmetros de sustentabilidade previstos na Agenda 21, o modelo ZFM caminha a passos largos na instalação de um pólo de bio-indústrias, principalmente no que se refere ao setor de cosméticos, visando a aproveitar racionalmente sua biodiversidade em favor da homodiversidade e da sociodiversidade local e nacional. Neste ano, o Centro de Biotecnologia da Amazônia já pode ser considerado uma realidade, graças à determinação da Superintendência da Zona Franca de Manaus e de seus vários parceiros, entre os quais se destaca o governo estadual. Com recursos próprios, oriundos das taxas cobradas das empresas locais, a Suframa tem investido nas parcerias com as prefeituras da Amazônia Ocidental na geração de atividades criadoras de emprego e renda. São ações que buscam oferecer alternativas racionais e promissoras de aproveitamento sustentável dos recursos naturais da região, o que exige, por sua vez, investimentos crescentes na qualificação e treinamento de recursos humanos. A Suframa enveredou por um caminho extremamente promissor, marcado pelas parcerias institucionais e com o setor privado, para assegurar avanços e resultados em favor do homem da Amazônia – principal recurso natural que temos –, daí nosso aplauso e reconhecimento público.

Os trinta e cinco anos da Zona Franca de Manaus, Sr^as e Srs. Senadores e convidados, é a celebração de uma iniciativa que está dando muito certo para a Amazônia Ocidental e para o Brasil. Convidamos cada um dos senhores a conhecer de perto a **performance** competente desse modelo e sua importância estratégica na redução das desigualdades regionais, na geração de oportunidades para centenas de milhares de brasileiros e para a ocupação racional e sustentável de uma parte importante da região amazônica e sua integração harmoniosa no cenário nacional, que todos queremos ver próspero, justo e cada vez e sempre mais brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de fazer o registro da presença de pessoas ilustres nesta sessão de homenagem aos 35 anos da existência da Zona Franca de Manaus.

Do Estado de Sergipe, estão presentes os advogados, integrantes da Secção Regional da OAB, Drs. César Brito, Clovis Barbosa, Edson Ulisses, e o Pro-

curador do Conal, Dr. João Fontes. Já registramos a presença, nesta sessão, do Superintendente Ozias Monteiro.

Tenho o prazer de convidar para fazer parte da nossa Mesa o Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas, José Lupércio Ramos.

Registrarmos, com muita honra, as presenças do Dr. José Nasser, Presidente da Federação das Indústrias do Amazonas, do Sr. Maurício Loureiro, Presidente do Centro da Indústria do Amazonas, do Dr. José Carlos Reston, Superintendente do Sebrae, e do Dr. Antonio Sérgio de Melo, ex-Superintendente da Suframa.

Registrarmos também, com alegria, a presença dos Deputados Federais Francisco Garcia e Euler Ribeiro, e dos Deputados Estaduais Alfredo Almeida e Belarmino Lino.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Tenho o prazer de conceder a palavra, nesta sessão de homenagem aos 35 anos de criação da Zona Franca de Manaus, ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, membro da Mesa do Senado Federal. (Pausa.)

Constatto que o Senador Moreira Mendes está presente. Peço desculpas a S. Ex^a e o convido para falar. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ilustre Ministro, ilustre Superintendente da Suframa, demais convidados aqui presentes, como Senador pelo Estado de Rondônia, não poderia, nesta sessão em que se comemora o trigésimo quinto aniversário de criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, a nossa Suframa, deixar de tecer alguns comentários. E quero fazê-los em nome de todo o povo de Rondônia, em nome do Governador do Estado e, seguramente, em nome de todos os Prefeitos dos cinqüenta e dois Municípios do meu Estado.

Tentarei, então, contar um pouco da história da Suframa, da sua organização, citar os seus objetivos e o que verdadeiramente levou a sua criação, até para que o Brasil conheça um pouco sobre o que ela verdadeiramente significa.

Como já disse, estamos comemorando o trigésimo quinto aniversário de criação da Suframa, ocorrido no dia 28 de fevereiro, e essa data sugere-nos, como representante do Estado de Rondônia, que se inclui em sua área de atuação, algumas breves considerações, pois não é excessivo que sobre ela se dis-

corra, renovando a história de seus grandes e repetidos êxitos, nessa ainda jovem e tão fecunda existência - apesar de todas as tentativas no sentido de inviabilizá-la que se colocaram quando se discutiu, em 1988, a Constituição hoje vigente.

A Suframa, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foi instituída pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que alterou disposições da Lei nº 3.173, de 1957, tendo entre outras atribuições a de conceder vantagens tributárias às empresas que lá se instalassem e executar ações estratégicas de sustentação e progresso do modelo que então se adotava.

O projeto da Suframa, com a abrangência dos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, na área da Amazônia Ocidental, e das áreas de livre comércio de Macapá e Santana, no Amapá, e de Guajará-Mirim, em Rondônia, define-a como agência de investimentos responsável pela identificação de alternativas econômicas de progresso e de atração de empreendimentos para a região, de forma a promover a geração de emprego e renda.

Em Manaus, o modelo é representado pelo funcionamento de um parque fabril, um centro comercial e um distrito agroindustrial. Nos demais Estados e no complexo Macapá/Santana e ainda Guajará-Mirim, a Suframa promove a aplicação de recursos advindos de taxas arrecadadas de empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus, beneficiadas pelos incentivos fiscais deferidos pelo Governo Federal.

Os investimentos são processados pelos convênios firmados entre a Suframa, os Estados e Municípios da região, com ênfase nos projetos dirigidos para a instalação de infra-estrutura básica, com o fim de promover o desenvolvimento econômico sustentável e o aproveitamento do potencial natural da região.

Para tanto, a Suframa investe em tecnologia na formação de capital intelectual e na inserção internacional competitiva dos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus; pesquisa e identifica as potencialidades regionais e promove condições para transformar em realidade os projetos de negócios, buscando sempre refletir o compromisso do Governo com o desenvolvimento harmônico e sustentável da Amazônia Ocidental, preservadas as suas condições de meio ambiente e de qualidade de vida.

É também válida a referência, Sras e Srs. Senadores, Srs. Convidados, Sr. Ministro, de que o processo de desenvolvimento da Amazônia Ocidental iniciou-se com a implantação do projeto da Zona Franca e de sua extensão para os demais Estados da Amazônia Ocidental, e de Macapá e Santana.

Para dar consequência à ampliação da Suframa e consolidá-la como órgão regional de desenvolvimento, estabeleceu-se parceria com a Fundação Getúlio Vargas – FGV para a realização do Estudo de Potencialidades Regionais, assim como para a identificação de oportunidades de negócios e da disponibilidade de infra-estrutura na área objeto da pesquisa.

As atividades assim escolhidas passaram a ser sugeridas a investidores locais, nacionais e internacionais, que demonstrassem interesse em negócios na região, que, dessa forma, passou a contar com orientação e informações amplas sobre a potencialidade dos empreendimentos.

A Suframa, como se vê, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, por igual, tem como objetivo promover a associação dos Estados de sua área de atuação. Para isso, procura viabilizar a implantação de infra-estrutura econômica básica, voltada para a geração de condições de competitividade dos produtos selecionados; ampliar a integração intra e inter-regional, enfatizando a necessidade de maior eficiência dos fatores de produção; e alargar a integração regional com as nações vizinhas.

Nesse último caso, tem como prioridade a utilização do transporte rodoviário, capaz de gerar expectativas de maior exportação, principalmente para a Argentina, os Estados Unidos, a Colômbia, a Venezuela e o México, impulsionando, consequentemente, o desenvolvimento regional.

Há cerca de dois anos, a Suframa passou a elaborar projetos piloto de desenvolvimento, principalmente os de potencial confirmado. Para isso, mediante convênios, estabeleceu parcerias com Estados e com Municípios e promoveu a destinação de recursos financeiros.

Sr. Presidente, em Rondônia, eu diria que essa questão foi um divisor de águas. Podemos definir o desenvolvimento, sobretudo dos Municípios do Estado, antes e depois da participação firme da Suframa como vetor de desenvolvimento regional. Foi exatamente a partir daí que os Municípios do Estado de Rondônia começaram a crescer, tendo uma nova vida rumo ao desenvolvimento.

Tais projetos piloto, em plena execução, têm características inovadoras, prometendo, ao final de quatro anos, gerar cerca de 65 mil novos empregos diretos, mais de 93 mil indiretos e uma renda anual acima de R\$2 bilhões.

Ademais, esses projetos e parcerias apresentam um grande efeito multiplicador de ocupações, de renda e de produção, contribuindo de forma concreta

para a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas. Assim tem sido no meu Estado.

Estão em pleno funcionamento os projetos do setor moveleiro e os de artefatos de madeira; de produção industrial da farinha de mandioca; de processamento de frutas tropicais; de piscicultura; de beneficiamento da castanha-do-Brasil; de aqüicultura; de criação de camarões; de ecoturismo; de guaraná; de grãos de dendê; de café; de palmito de pupunha, que tem sido um sucesso; de cacau; e de amido de mandioca, entre tantos outros.

Conforme estabelecido, mais de 28 mil produtores serão atendidos nos quatro primeiros anos de vigência dos projetos, prevendo-se que venham a alcançar 650 mil hectares de áreas implantadas ou recuperadas com as culturas de grãos, frutas, cacau, guaraná e outros produtos.

No curso do seu Programa de Interiorização e Desenvolvimento, compreendendo o período de 1997 a 2001, a Suframa processou investimentos para os Estados da Amazônia Ocidental e para os Municípios de Macapá e Santana, no Amapá, e Guajará-Mirim, em Rondônia, há pouco referidos.

No total, o nosso Estado, Rondônia, recebeu pouco mais de R\$72,4 milhões; o Acre, cerca de R\$47,9 milhões; o Amapá, R\$25,1 milhões; o Amazonas, R\$129,2 milhões; e Roraima, R\$73,4 milhões, totalizando mais de R\$348 milhões aplicados na região, Sr. Presidente.

Compreende-se assim, Sras e Srs. Senadores, de nossa resumida exposição, a inexcedível importância das realizações da Suframa, que são, por certo, consequência do rumo definido por suas operosas diretorias – a atual e as anteriores – e da dedicação de sua equipe de técnicos e demais servidores, que a levam firmemente a superar toda sorte de obstáculos e a fazer prosperar a Amazônia e o País.

Ao registrar, portanto, a nossa participação nas justificadas celebrações dos 35 anos da Superintendência da Zona Franca de Manaus, hoje inquestionavelmente alçada ao patamar de excelência das maiores, mais atuantes e produtivas instituições públicas nacionais, transmitimos à direção e aos demais servidores do órgão os agradecidos cumprimentos de todo o povo de Rondônia, Estado que tenho a honra de representar.

Sr. Presidente, ao finalizar, quero fazer esta homenagem não apenas em meu nome, mas também em nome de todos os prefeitos do Estado, principalmente na pessoa do Prefeito Lindomar Garçom, do Município de Candeias do Jamari, que se faz aqui

presente, acompanhado de todos os Vereadores daquele município. Na pessoa dele, registro que Rondônia presta homenagem à Suframa, por merecimento, uma vez que há, no Estado, um divisor de águas: antes e depois da parceria com a Suframa.

Parabéns à Suframa. Na pessoa do Dr. Ozias Monteiro, estendo esta homenagem a todos aqueles servidores, do mais graduado ao mais simples deles, que fazem daquela instituição um exemplo para o Brasil.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Ministro Arthur Virgílio pediu-me para comunicar às Sras e aos Srs. Senadores e aos presentes que, lamentavelmente, terá de ausentar-se em face de compromissos inadiáveis de sua agenda, assumidos para o dia de hoje.

Agradeço em nome da Mesa a presença de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Convido para presidir a sessão, enquanto atenderei a um compromisso urgente e inadiável, o nobre Senador Jefferson Péres, eminente Senador do Estado do Amazonas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, depois de ter ouvido as palavras do Senador Gilberto Mestrinho, do Amazonas, e do Senador Moreira Mendes, de Rondônia, trago agora a palavra de um Senador de mais um Estado da Amazônia Ocidental, que é o meu querido Estado de Roraima.

Vários eventos estão marcando, nesta semana, no Senado da República e na Câmara dos Deputados, o 35º aniversário de uma experiência exitosa de desenvolvimento regional.

Nesta tarde, acolhendo requerimento de iniciativa do ilustre amazônida, Senador Gilberto Mestrinho, e de outros Pares, o Senado Federal realiza esta sessão especial, destinada a registrar esse evento que é importante não só pela quantidade de anos que expressa, mas pelo conteúdo e pelo mérito de seu significado para o equilíbrio regional do País.

E, aqui, Sr. Presidente, eu gostaria de repetir um pouco as palavras do nobre Senador Moreira Mendes, quando S. Ex^a frisou a importância da Suframa, porque eu tenho certeza de que a maioria do País, principalmente o País do Sul e do Sudeste, quando ouvem falar em Zona Franca de Manaus, têm aquela impressão de que se trata apenas de uma área dentro

da cidade de Manaus, destinada, portanto, a importar e a produzir muito pouco. Na verdade, eles pensam que há uma série de incentivos fiscais beneficiando – como disse o nobre Senador Gilberto Mestrinho – o que seria, talvez, um "paraíso fiscal". Não é essa a realidade existente na Zona Franca de Manaus.

Portanto, na pessoa do Superintendente, Sr. Ozias Monteiro, quero cumprimentar todo o corpo técnico dirigente da Zona Franca de Manaus e dar o meu testemunho. Imitando o que fez o nobre Senador Moreira Mendes, registro a presença do Prefeito Joaquim Ruiz, que, aqui, por sua vez, está representando os Prefeitos de Roraima. Realmente, a Suframa é um marco, não só para Rondônia, como disse o Senador Moreira Mendes, mas para toda a Amazônia Ocidental, do que representava a presença do Poder Público naquela região antes e o que é hoje, depois da Suframa.

Quando contemplo o mapa e as estatísticas do Brasil, a região Norte se destaca com uma área correspondente a 45,27% do território nacional, abrigando 7,6% da população, vivendo em 449 municípios – cerca de 8,15% dos municípios brasileiros –, gerando 4,45% do nosso Produto Interno Bruto, com dados de 1999.

Esses dados nos levam à reflexão sobre o quanto precisamos ainda caminhar na trilha do desenvolvimento regional para buscar um melhor equilíbrio nas condições de vida e de trabalho dos que morejam fora dos eixos tradicionais de geração econômica, de educação, de saúde e de lazer.

É nesse contexto que vejo o projeto da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Suframa.

A Suframa tem sob sua responsabilidade o desenvolvimento de programas e ações para o desenvolvimento sustentável de uma região que é, sem sombra de dúvida, um dos principais ícones de representação do Brasil mundo afora, despertando grande interesse pela sua biodiversidade, uma certa cobiça e mesmo um pouco de paranóia de muitos que não cuidaram adequadamente do seu meio ambiente e que agora voltam os seus olhos e consciênciа preservacionista para a Amazônia brasileira como salvação para a humanidade.

Um pouco mais restrita em sua abrangência regional, a Suframa nasceu em 1967, no bojo do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro, para alavancar um processo de crescimento e desenvolvimento regionais, gerenciando os incentivos criados para a implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário.

Esses benefícios foram expandidos pelo Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, às áreas pioneiros, zonas de fronteira e outras localidades da Amazônia Ocidental, constituída pelos Estados do Amazonas e Acre e os então Territórios Federais de Rondônia e Roraima, e incorporaram, mais tarde, a região da Área de Livre Comércio de Macapá/Santana, no Estado do Amapá, criada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 517, de 8 de maio de 1992.

Numa primeira fase, a Suframa trabalhou com liberdade de importações e predominância da atividade comercial. Na segunda fase, foram estabelecidos índices mínimos de nacionalização para os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus e limites máximos de importação. Na terceira fase, com a chamada nova política industrial e de comércio exterior e a abertura do comércio brasileiro para as importações, a Zona Franca de Manaus foi fortemente impactada, passando a requerer medidas objetivas para sua recuperação.

Atualmente, tem-se buscado a auto-sustentação do projeto de Zona Franca, harmonizando-o com os demais segmentos da indústria brasileira, devido a sua importância para o desenvolvimento da região. Nesse sentido, a Suframa tem tentado avançar no apoio às ações governamentais da região, mediante um programa de interiorização que conte com o aproveitamento das matérias-primas locais e da biodiversidade existentes na Amazônia.

Uma das facetas de atuação da Suframa que certamente implicará a perenização de seu trabalho, está no incentivo aos institutos e centros de pesquisa, no investimento para melhoria do domínio tecnológico e da qualidade dos recursos humanos no estímulo à transferência de tecnologia, procurando disponibilizar a competência técnico-científica capaz de gerar uma base tecnológica eficiente, com potencial para atender à demanda da indústria. O efeito multiplicador desse investimento humano vai muito além das estatísticas industriais e se espalhará pelos segmentos vitais, consolidando o conhecimento das peculiaridades e potencialidades da região.

Passado o impacto inicial da chegada dos novos investimentos à região, volta-se agora a Suframa para o adensamento das cadeias produtivas, buscando mecanismos e ações que possibilitem funcionamento mais dinâmico dos complexos agro-industriais e dos produtos potenciais da região. De outro lado, tem estimulado a substituição competitiva da importação de componentes, envolvendo segmentos para os quais o Brasil importa valores expressivos e dinamizando a

produção local de componentes de menor escala, com o envolvimento de um grande número de pequenas e médias empresas.

Muito se tem falado na atração despertada no Brasil e no exterior pela biodiversidade da Amazônia, cujas essências naturais interessam para a formulação de medicamentos, vacinas e cosméticos. Nesse sentido, a criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, com funcionamento esperado ainda para o corrente exercício, com um complexo de laboratórios voltados para pesquisas básicas e aplicadas, transferência de tecnologias, incubação de empresas e prestação de serviços, como a certificação de produtos, patenteamento e controle de propriedade industrial, criará as condições necessárias para que as empresas passem a investir com maior controle e segurança nessa nova alternativa de produção, em parceria com instituições de ensino e pesquisa nacionais e do exterior, com as comunidades locais, extrativistas e indígenas, tomando como base o conhecimento das populações tradicionais, criando novas oportunidades de qualificação profissional e abrindo um enorme leque de atividades industriais e comerciais na região.

Deixando seu núcleo central de atuação mais voltado para as tecnologias de ponta, a Suframa tem obtido êxito na atuação descentralizada, mediante alocação de recursos aos Governos Estaduais e Municipais, para investimento em infra-estrutura econômica e social, geração de emprego e interiorização da atividade econômica. Nessa busca das vocações regionais encontramos o turismo, com destaque para o ecoturismo ou turismo ecológico, que associa o lazer a ações objetivas de preservação do meio ambiente.

Os relatórios recentes da Suframa permitem a identificação clara dos resultados desse projeto de desenvolvimento regional, com a mudança da tendência verificada na década de 60, quando a estrutura produtiva da Região Norte era dominada pela agricultura extrativista rudimentar, com uma indústria incipiente de produtos tradicionais e ínfima participação do setor de serviços. A partir dos anos 80, o Estado do Amazonas, devido à atuação da Suframa, passa a destacar-se em termos de distribuição setorial de renda, predominando o setor industrial. Chegou-se à década de 90 com a consolidação da participação dos setores secundário e terciário e redução do setor primário na composição setorial da renda gerada. A expectativa de toda a região se volta para a melhoria das condições de vida da população. A Suframa, certamente, contribuirá, com os instrumentos de que dispõe, para a continuidade de

evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, que reflete a média dos índices de esperança de vida, educação, escolaridade e renda **per capita**. Como resultado da ação da Suframa, cerca de 50 mil empregos diretos são gerados no pólo industrial de Manaus, outros 250 mil indiretos se distribuem pela Amazônia Ocidental e Amapá, e mais 200 mil, pelo menos, distribuem-se em outras regiões, em atividades relacionadas com a produção e comercialização de seus produtos.

Esta, Sr. Presidente, é a Suframa, amadurecida nos seus 35 anos de existência, hoje sob a superintendência competente do Dr. Ozias Monteiro Rodrigues, amazônida com profundos conhecimentos regionais, testados e comprovados nas várias funções que exerceu no Governo Federal e em outros Estados. S. S^a conduz uma equipe comprometida com a missão dessa autarquia: a de ser "uma Agência de Promoção de Investimentos na Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e outras áreas sob sua administração, mediante identificação de oportunidades, atração de empreendimentos e formação de parcerias, objetivando a auto-sustentabilidade, a geração de emprego e renda e a melhor distribuição de riquezas na região".

Ela muito tem apresentado resultados em contrapartida à contribuição que os brasileiros de todos os rincões nos concedem, para que, mediante nosso próprio esforço, possamos encurtar positivamente as distâncias do desequilíbrio regional.

Parabéns aos diretores, funcionários e integrantes do Conselho de Administração da Suframa pelos programas que implementaram até aqui. Parabéns aos empresários que acreditaram na Amazônia e nas suas potencialidades e oportunidades. Parabéns aos Governadores, Prefeitos municipais e dirigentes de entidades de pesquisa e capacitação pela capilarização das ações da Suframa.

Para finalizar, como disse o Senador Moreira Mendes, ressalto as ações da Suframa como algo fundamental para o desenvolvimento dos Municípios do interior do Estado. Quero também pedir aos Deputados Federais – há vários aqui presentes – que aprovem um projeto de lei de minha autoria – já aprovado no Senado Federal –, que dá aos Prefeitos do interior representação no Conselho da Suframa, no qual, hoje, só têm assento os Prefeitos das capitais. É o apelo que deixo no dia do aniversário da Suframa.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O Sr. Jefferson Peres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Dr. Ozias Monteiro Rodrigues, Deputado Lupércio Ramos, Srs. e Srs. Senadores, convidados, meus conterrâneos, serei breve, porque o Senador Gilberto Mestrinho já falou pela Bancada do Amazonas.

Mas não poderia deixar de dar meu depoimento nesta sessão solene. Entre as poucas vantagens de envelhecer, encontra-se a de sermos testemunhas vivas da história. Só por isso sou dos poucos aqui que pode atestar o que era o Amazonas em meados dos anos 60: uma economia estagnada e decadente. A borracha havia experimentado a sua segunda derrocada após o breve surto da Segunda Guerra Mundial; os demais produtos extrativos, com seus preços em declínio. A única agricultura comercial que lograra êxito, a juta, começava a entrar em curva declinante, devido à ascensão das fibras sintéticas; os filhos da elite migravam para os grandes centros do Sul e Sudeste. O Amazonas era um Estado sem perspectivas e parecia estar condenado a ser, como alguns outros, um Estado pensionista da União.

Eis que, um gesto de lucidez, pelo qual seremos eternamente gratos, o Presidente Castello Branco, com o apoio do seu poderoso Ministro do Planejamento – faça-se justiça à sua memória –, Roberto de Oliveira Campos, por sua vez, estimulado e instigado por alguns amazonenses, como Arthur Amorim e Arthur César Ferreira Reis, então Governador do Estado, teve o descortino de reformular a lei que já completava 10 anos, dando-lhe eficácia, o que o instrumento anterior não tinha.

Hoje, decorridos 35 anos, o Brasil deveria estar em festa. Aqui deveriam estar representados os três Poderes da República, a comemorar o mais exitoso modelo de desenvolvimento regional do Brasil e provavelmente do mundo, superado, talvez, só pelo da **Tennessee Valey Authority – TVA**, que conseguiu reerguer uma região paupérrima dos Estados Unidos, nos anos 30, durante a era Roosevelt. Nem a experiência do **mezzogiorno** italiano conseguiu igual sucesso; no Brasil, nenhum outro, Sr. Presidente.

Não gosto do nome Zona Franca de Manaus. Talvez, essa denominação infeliz seja responsável, em grande parte, pelos equívocos e preconceitos em relação ao modelo. Infelizmente, o nome é esse e vai ficar, inadequadamente porque o rótulo não faz jus à natureza do conteúdo. O que lá existe é um pólo incentivado.

É preciso que se diga que o modelo Zona Franca nada tem a ver com os modelos Sudam e Sudene. Todos os presentes sabem da diferença, mas, como estou falando para todo o Brasil, é preciso que isto seja mencionado. Lá foi erguido um verdadeiro parque industrial sem dinheiro público. Não é como a Sudam e a Sudene, captação de incentivos fiscais de Imposto de Renda, de dinheiro subtraído ao Tesouro Nacional e desviado antes que as empresas se instalassem, dando origem aos esqueletos tão comprometedores que se espalham na Amazônia e no Nordeste. Todas as empresas do Amazonas lá se estabeleceram com recursos próprios. Os incentivos – claro – só começam a funcionar, ou seja, só deixam de recolher uma parte desses impostos, depois que entram em funcionamento. É por isso que no distrito industrial de Manaus não existe nenhum esqueleto. Podem existir galpões abandonados de empresas desativadas por força de mudanças mercadológicas, mas não por desvio de dinheiro público, porque não existe. Nem sequer isso espanta quando eu digo recursos, Dr. Ozias Monteiro, como V. Exª muito bem sabe, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Muito pouco.

Conseguiu-se, em pleno coração da Amazônia, a 1.500km do litoral, num Estado pobre, sem perspectiva nenhuma, erguer um parque industrial que é o maior, acima de Salvador.

O Brasil não se orgulha disso. O que se ouve aqui, o que se lê nos colunistas do jornalismo econômico são equívocos, são mal-entendidos – prefiro dizer que são por força de mal-entendido para não acusar ninguém de má-fé. Mas pensar que a Zona Franca é um paraíso fiscal! Mas que estranhíssimo paraíso fiscal que coloca o Amazonas entre os cinco Estados de maior arrecadação **per capita** do Brasil! Que país seria o Brasil, se todos os paraísos fiscais fossem assim em todas as regiões do País, Dr. Ozias!

Maracutaias! Ilícitudes! Vamos fechar o Porto de Santos porque a Receita Federal, vez por outra, detecta contêineres com mercadorias contrabandeadas? E não detecta nem 10% do contrabando que por lá passa. Mas, quando se detectam irregularidades na Zona Franca, o dedo acusador aponta para nós como centro de maracutaias, sangradouro de divisas.

Como disse o Senador Gilberto Mestrinho, a Zona Franca foi criada numa economia fechada, como modelo substitutivo de importações. Mudou o Brasil, com a abertura, e ela está se adaptando à mudança; já caminhamos, céleres, para alcançar US\$1 bilhão em exportações. Ilha isolada dentro do Brasil, importa US\$3 bilhões. E quanto compra de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas e do resto do Brasil? É concorrente do Brasil, ou é uma economia complementar à do resto do País?

Montar em Manaus, erguer em Manaus um parque industrial que fatura US\$10 bilhões por ano – já alcançou US\$12 –, quase o PIB do Paraguai, e nós, em vez de aplausos, ouvimos invectivas! Esta sessão, por exemplo, tem na platéia quase que exclusivamente pessoas do Amazonas.

O que nos falta, Dr. Ozias, é divulgação. Senador Edison Lobão, o que nos falta mesmo é competência para mostrar o que o Brasil conseguiu fazer ali no coração da Amazônia. E mais, como também já acentuou o Senador Mestrinho, além de ser um parque não poluente, já que a poluição hídrica é mínima, mas a poluição atmosférica nenhuma, porque não são indústrias de chaminés, tem colaborado e muito para preservar o meio ambiente. Por isso o Amazonas se orgulha de ter mais de 90% da sua floresta primária preservada. Não fora a existência desse grande parque industrial em Manaus, gerando receitas para o interior e atraindo mão-de-obra, talvez o Amazonas estivesse mais devastado do que o sul do nosso vizinho Estado do Pará. Somente por isso, não fossem outras as virtudes da Zona Franca, deveríamos merecer o aplauso do resto do Brasil.

E mais, o Presidente da República, que tanto viaja ao exterior – não o condono por isso, viaja também divulgando o Brasil – deveria incluir em seus pronunciamentos de viagem, menção a este êxito alcançado pelo País que preside, de ter conseguido levar desenvolvimento ao coração da Amazônia brasileira, preservando, como nos cobra o mundo, a preciosíssima Floresta Amazônica.

Mas acredito que esses equívocos serão esclarecidos. Talvez no 40º aniversário da Zona Franca, quem sabe, tenhamos um sessão muito mais solene, muito mais festiva do que esta que de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Senhores, por me terem ouvido.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas)

Durante o discurso do Sr. Jefferson Peres, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRª MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Ozias Monteiro, Superintendente da Suframa, quando comemoramos os 35 anos de uma pessoa querida, costumamos dizer que essa pessoa está, de fato, iniciando a vida em sua plenitude.

É assim que vejo os 35 anos da Zona Franca de Manaus: uma idéia que nasceu objetivando vencer desafios e que, adequando-se às naturais mudanças socioeconômicas havidas no tempo, continua com o mesmo vigor de outrora, isto é, vencendo desafios, mostrando viabilidade, gerando divisas e, melhor ainda, impondo-se como uma verdadeira alavanca no desbravamento da mais rica, pujante e, ao mesmo tempo, ainda inóspita região amazônica.

Idealizada, na verdade, pelo então Deputado Federal Francisco Pereira da Silva, o Porto Livre de Manaus foi criado pela Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957.

Somente 10 anos depois, em 28 de fevereiro de 1967, foi que o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei nº 288, ampliou e regulamentou aquela legislação que, de fato, vivificou, deu corpo e fez caminhar essa autarquia que, graças a Deus e aos homens de boa vontade, hoje é motivo de júbilo e pela qual nos reunimos para comemorar seus 35 anos.

Naquele ano de 1967, foram estabelecidos os incentivos fiscais por 30 anos, direcionados para a implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário.

A partir daí, sempre se adequando às exigências sociais e da modernidade, chegamos ao atual modelo de desenvolvimento, que engloba uma área total de 10 mil quilômetros quadrados e que tem como centro a cidade de Manaus.

Finalmente, com o Decreto-Lei nº 291, de fevereiro de 1967, o Governo Federal definiu a Amazônia Ocidental tal qual a conhecemos nos dias atuais, isto é, abrangendo os Estados do Amazonas, do Acre, de Roraima e de Rondônia.

Sr. Presidente, meus nobres Colegas, para nós, da Região Norte, é fácil falar e entender o significado da Suframa em nossas vidas. Bastam poucos minutos, a quem queira uma constatação, para encontrar milhares e milhares de amazônidas ocidentais, no campo e nas cidades, dando graças pela existência desse órgão que lhes deu oportunidade de trabalhar,

de educar os filhos, de possuir um negócio ou de poder plantar, colher e vender.

Fácil também é esse entendimento para algumas centenas de empresários que, mesmo fora da região, lá investem e, gratificados, somam o retorno de seus investimentos. Talvez não o saibam, ainda, outros milhões de brasileiros, residentes no Sul, no Sudeste, no Centro-Oeste e Nordeste, que devem seu sustento, seus empregos, seus lucros e suas riquezas aos incontáveis produtos que lá são fabricados e distribuídos aos quatro cantos deste País.

Assim é a Suframa.

Atuando nas mais diversificadas áreas sociais, são inúmeros os projetos que beneficiam milhares e milhares de brasileiros instalados na Amazônia Ocidental. Entre eles, o Programa de Interiorização do Desenvolvimento, que financia açudes para piscicultura; fábricas de farinha, de ração, de açúcar e de borracha; pequenos frigoríficos; granjas comunitárias; abatedouros bovinos; mini-usinas de doces, de sucos e de pasteurização de leite; olarias; pólos de confecções e de calçados; pólos moveleiros, etc.

Além desses pequenos empreendimentos, que garantem a subsistência de milhares de brasileiros, outros recursos são ainda destinados para bolsas de estudos; para cursos de doutorado em Engenharia de Produção e em Biotecnologia; para seminários e feiras; para treinamento das associações e das cooperativas, etc.

Mais além, vale ressaltar que a Suframa, diante do vasto potencial da região para o turismo, em especial para o turismo ecológico – fator que desperta profundo interesse de investidores privados –, direcionou recursos específicos para a realização de projetos voltados para a melhoria das infra-estruturas básicas e turística da região, entre as quais destacamos os complexos turístico e ecoturístico de Barcelos e da Orla de Silves, no Amazonas; o ecoturismo no Curiaú, em Macapá, e a reestruturação do Igarapé Preto, no Acre. E o melhor: paralelo a esses e outros investimentos no turismo, acontecem extraordinários benefícios, de profundo cunho social, que são os investimentos em energia elétrica e eletrificação rural; em obras de reconstrução e pavimentação asfáltica; na construção de terminais de passageiros; na urbanização de orlas; na recuperação de estradas e na urbanização de áreas portuárias e aeroportuárias. Enfim, há um conjunto de ações que, além de promover mais uma de nossas vocações regionais – o turismo –, traz o progresso, gera divisas, promove o conforto e o melhor para o nosso povo: a criação de novos empregos e a geração de renda.

Um estudo financeiro nos dá conta de que durante cinco anos, no período compreendido entre 1997 a 2001, a Suframa aplicou exatos R\$354.967.721,66 nos Estados e Municípios da Amazônia Ocidental.

Parabéns, portanto, ao Dr. Ozias Monteiro Rodrigues, atual Superintendente da Suframa, que, não satisfeito apenas com a continuidade, enxergando acima da floresta e além das dificuldades, imprime novas idéias e novos rumos ao órgão, mantendo incólume o principal objetivo da Zona Franca de Manaus: a consolidação de uma economia moderna, racional e competitiva na Amazônia Ocidental. Parabéns, também, à equipe de competentes e zelosos servidores da atual superintendência, do mais qualificado ao mais humilde, que compartilham com as atuais idéias, não desanimam diante das dificuldades e, sem os quais, seria impossível a qualquer dirigente administrar tão complexa autarquia.

Muitas foram as fases pelas quais passou a Suframa. A primeira, considerada de 1967 a 1976, constituiu o chamado "período de liberdade plena de importações", à exceção de armas, munição, fumo, bebidas alcoólicas, perfumes e automóveis de passageiros.

A segunda fase, compreendida entre 1977 e 1990, teve como tônica o estabelecimento de índices mínimos de nacionalização para produtos industrializados na Zona Franca e comercializados nas demais unidades da Federação. Essa fase, apesar das limitações impostas por lei, registrou acentuado crescimento do setor industrial, quando houve, em 1990, um faturamento de US\$8,4 bilhões e gerou 80 mil empregos.

A terceira fase teve início em 1991 com a chamada Nova Política Industrial e de Comércio Exterior do Governo Federal. Foi quando se promoveu a abertura do mercado brasileiro às exportações e envolveu-nos o apelo de busca da produtividade aliada à qualidade. Sob forte recessão econômica e uma verdadeira enxurrada de produtos estrangeiros dominando nosso mercado, o Governo editou a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que, entre outras medidas, propôs: a criação de novas áreas de livre comércio, priorizando faixas de fronteiras; a eliminação dos limites máximos globais anuais de importação; a substituição do critério dos índices mínimos de nacionalização e a criação do Entreponto International da Zona Franca de Manaus.

Como vimos, o próprio Governo Federal propôs e cumpriu a determinação da criação de áreas de livre comércio. Hoje, temos em pleno funcionamento

as áreas de livre comércio de Tabatinga, de Guajará-Mirim e de Macapá-Santana. Isso, com o intuito de salvaguardar nossa economia e irradiar o modelo da Zona Franca de Manaus. Outras foram vislumbradas.

O próprio Executivo, em 04 de abril de 1990, enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 247 propondo a criação de uma área de livre comércio em Pacaraima, no Município de Boa Vista, Roraima. Surgiu, então, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 4.790, de 1990.

Neste ponto, Sr. Presidente, faço uma reflexão com V. Ex^a, com meus nobres Pares, também dirigindo-me ao meu amigo, aqui presente, Dr. Ozias Monteiro: quero falar exatamente sobre a regulamentação da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, originária de um substitutivo de minha autoria, que criou as áreas de livre comércio em Pacaraima e Bonfim, no meu querido Estado de Roraima.

Onze anos já se passaram após a promulgação dessa lei e, mesmo após mil e uma promessas de autoridades constituídas, da união política roraimense em todos os níveis, do apoio das classes empresariais de meu Estado e de outros, da sistemática atuação da Associação Comercial de Roraima, do interesse da comunidade e das promessas emanadas do Poder Executivo Central, essa regulamentação jamais saiu.

Recordo-me como se fosse hoje quando, em 1991, fui informada por técnicos especialistas de que o projeto que propunha a criação de nossas áreas de livre comércio corria sério risco de, ao ser aprovado, ser vetado pelo Executivo. Isso porque o projeto continha as mesmas inconstitucionalidades apontadas no projeto de Guarajá-Mirim, vetado anteriormente.

Não perdi tempo. Procurei a quem de direto e, após minuciosos estudos, inclusive assessorada por diretores e técnicos da Suframa, apresentei substitutivo corrigindo o que devia. O substitutivo foi aprovado nas comissões técnicas e, levado a plenário, obteve a aprovação unânime dos colegas Senadores.

Retornando à Câmara dos Deputados por força regimental, em 18 de setembro de 1991, também os Srs. Deputados aprovaram definitivamente a proposta. Encaminhado à sanção presidencial, originou a Lei nº 8.256, de 1991. Depois, tudo parou.

As manifestações de alegria e verdadeira euforia dos roraimenses, quando lhes foi comunicada a sanção da lei, em 25 de novembro de 1991, hoje resultam em frustração. Naquele dia, indistintamente, em voz uníssona, empresários, estudantes, servidores públicos, profissionais liberais, enfim, toda a co-

munidade agradecia e abraçava a esperança de um futuro mais promissor.

Para resumir a V. Ex^as a importância do fato, informo que nosso povo chegou a classificar a norma como a **Lei da Redenção Econômica do Estado**.

Infelizmente, até hoje não temos sua regulamentação. E não foram raras as vezes que, de tanto ouvir, também passei a indagar: onde residem interesses tão poderosos que teimam – e conseguem – em manter todo um povo à margem de suas reais e substantivas conquistas? Se a questão é do interesse do Governo e é um programa da Suframa, por que não regulamentar o que já é lei?

Essas indagações, Sr. Presidente, quero deixá-las, de novo, em aberto.

Minha intenção, neste dia de comemorações, não é suscitar polêmica nem ofuscar o brilho do momento. Ao contrário, Dr. Ozias Monteiro, faço um apelo para que, assim como Guajará-Mirim foi vetada no início, mas posteriormente teve instalada a sua área de livre comércio, todos nós da Amazônia, juntos, lutemos para a instalação das áreas de livre comércio de Roraima.

Tenho consciência de que, ao instituir a Zona Franca de Manaus, o Brasil se preparou para responder a um dos maiores desafios que o mundo contemporâneo nos preparou para a passagem do milênio: a formulação de uma política de desenvolvimento auto-sustentado, capaz de permitir a integração econômica do interior da Amazônia, sem prejuízo do seu patrimônio ambiental.

Nós conseguimos. E se digo assim, colocando no plural essa conquista, faço-o consciente de que, antes do nós, está um brasileiro a quem antes devemos aplaudir e, com humildade, agradecer. Muito obrigada, Dr. Ozias Monteiro.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT - AP) – Senadora Marluce Pinto, antes de V. Ex^a concluir, gostaria de pedir um aparte.

A SR^a MARLUCE PINTO (PMDB - RR) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Sebastião Rocha, com muita honra. V. Ex^a também teve o privilégio de ver instalada a área de livre comércio de Macapá-Santana, cuja lei foi aprovada posteriormente à nossa.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Marluce Pinto. Em primeiro lugar, minhas escusas, porque, uma vez inscrito, não pude chegar a tempo de me pronunciar para participar, da tribuna do Senado, desta grande homenagem à Suframa. Quero congratular-me com os Se-

nadores do Amazonas, principalmente o Senador Gilberto Mestrinho, autor da iniciativa, conjuntamente com o Senador Jefferson Péres, e também com os Senadores de Roraima e meus colegas do Amapá, que não poderia ficar de fora da homenagem, haja vista que a partir de 1991, como bem frisou V. Ex^a, Senadora Marluce Pinto, o Amapá passou a integrar a Suframa por meio da Área de Livre Comércio de Macapá-Santana. Embora as expectativas em relação ao desenvolvimento do Estado ainda não se tenham tornado uma grande realidade no Amapá, no começo, pelo menos nos primeiros anos, a área de livre comércio serviu para alavancar a economia, para gerar mais empregos e para que mais recursos pudessem circular em nosso Estado. Mas, como disse V. Ex^a, não viemos, aqui, falar de problemas. Hoje é dia de homenagearmos a Suframa. No entanto, é necessário que o Governo Federal e os governos estaduais, conjuntamente, possam desenvolver mecanismos para a consolidação dessas áreas de livre comércio que ficam fora do Estado do Amazonas, mas vinculadas à Zona Franca de Manaus. Há um grave problema com relação ao Amapá. Estou estudando a legislação e gostaria da contribuição do Dr. Ozias Monteiro – a quem cumprimento, como também a todos que, na tarde de hoje, se fazem presentes neste plenário –, pois o Amapá, por ser da Amazônia Oriental, fica de fora da maioria dos benefícios da Zona Franca de Manaus. Essa é uma polêmica que precisa ser resolvida, pois as leis remetem os benefícios à Amazônia Ocidental. Assim, na hora em que queremos usufruir desses benefícios no Amapá, vem a alegação de que o nosso Estado não pertence à Amazônia Ocidental, mas à Amazônia Oriental. Então, toda a legislação que estruturou a Suframa, sobretudo a partir de 1991, precisa ser corrigida e adequada, para que a Área de Livre Comércio de Macapá-Santana seja incluída. E embora esta seja uma tarde de homenagem à Suframa, estamos diante de um problema que tem de ser colocado. Sou um árduo defensor da Zona Franca de Manaus e, como amazônica, não posso deixar de apoiar, defender e lutar para que a Zona Franca de Manaus seja perenizada. Precisamos repensar a legislação, porque precisamos ter cada vez mais mecanismos indutores da economia da Amazônia. Apesar de a lei deixar claro que os produtos regionais podem ser industrializados usufruindo de benefícios fiscais, no Amapá, e acredito que em Roraima também, estamos com as nossas indústrias que trabalham e operam as matérias-primas regionais sendo multadas pela Receita Federal porque não recolheram os impostos. Ou seja, a regra é clara, no nosso entendimen-

ento, nas áreas de livre comércio, também na de Macapá-Santana: a industrialização das matérias-primas estaria isenta, merecendo os mesmos incentivos fiscais atribuídos à comercialização. Esse é um assunto que vamos ter oportunidade de conversar. Já estamos, inclusive, tratando desse problema na Receita Federal. Eu, de certa forma, responsabilizo o governo do meu Estado pelo fato de a nossa área de livre comércio não ter avançado mais. Hoje, poderíamos ter uma área de livre comércio mais vigorosa, com um comércio muito mais intenso, já que temos um dos maiores portos da Amazônia, estamos na foz do rio Amazonas, temos todo um mercado consumidor às nossas portas e também estamos próximos das áreas produtoras, onde a facilidade de importação nos favorece. Lamentavelmente, no entanto, não temos tido o apoio necessário do governo estadual para que a nossa área de livre comércio se fortaleça e se consolide como esse instrumento que a população do Amapá espera, capaz de gerar empregos, de melhorar a qualidade de vida da nossa população. É essa a expectativa que mantenho e é nesse sentido que continuarei lutando para que seja suprimida da legislação essa divisão de Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental. Não é possível que sempre que se tratar de legislação referente à Zona Franca de Manaus, o Amapá fique de fora porque não faz parte da Amazônia Ocidental. Isso tem que ser revisto. Estou estudando a legislação, de forma a contribuir para que o Amapá seja incluído, de uma vez por todas, na nossa Zona Franca de Manaus. Parabéns, Dr. Ozias Monteiro!

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Senadora Marluce Pinto, V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) - Peço permissão a V. Ex^a para inserir um pequeno aparte em seu brilhante discurso e também prestar minhas homenagens à Zona Franca de Manaus pelo transcurso do 35º aniversário de sua implantação. Desde o início, acompanhei o processo de implantação da Zona Franca de Manaus, pois sempre transitava por Manaus, algumas vezes indo a Belém para fazer compras para os seringais que tínhamos no Município de Tarauacá, no Acre. Acompanhamos todo aquele movimento e euforia iniciais da Zona Franca de Manaus, quando não se encontravam vagas nos hotéis, sempre lotados por conta dessa grande conquista do Amazonas e da Amazônia Ocidental, de modo geral. Quero também consignar o nosso reconhecimento ao apoio que a Zona Franca de Manaus sempre deu ao

nosso Estado do Acre. Basta dizer que toda a estrutura do **campus** universitário da Universidade Federal do Acre foi financiada, a custo zero, pela Zona Franca de Manaus, por intermédio do Superintendente Rui Lins, cujo pai foi coletor federal em vários Municípios do Acre. Ele contribuiu decisivamente para que tivéssemos o **campus** universitário, onde funcionam quase 20 cursos superiores. Além do mais, a Suframa tem ajudado os Municípios, aprovando projetos que alavancam o desenvolvimento das cidades. Na gestão do Dr. Ozias Monteiro, têm sido liberados recursos para a patrulha rodoviária, patrulha mecanizada e construção de galpões para os produtores comercializarem seus produtos. Portanto, não poderíamos deixar de expressar o nosso reconhecimento e de apresentar nossos cumprimentos pelo transcurso desses 35 anos de fundação da Zona Franca de Manaus. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SR^a MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Agradeço aos nobres Senadores Sebastião Rocha e Nabor Júnior pelos apartes que complementaram o meu discurso.

Quero deixar claro que, mesmo que não tenhamos conseguido a implementação de nossas áreas de livre comércio, somos gratos por todos os recursos alocados ao nosso Estado. Se não fosse a atuação da Suframa, não teríamos o desenvolvimento que estamos tendo. Como falou o nobre Senador Nabor Júnior, vários Municípios, por meio de verbas da Suframa, receberam patrulhas rodoviárias, veículos e até mesmo barcos.

Sei que já estou ultrapassando o meu tempo, mas, antes de encerrar, quero destacar as palavras do Dr. Ozias Monteiro que, para enfatizar a importância da realização da Primeira Feira Internacional da Amazônia, que irá acontecer nos dias 10 a 13 de setembro, disse, literalmente: "Esta, sem dúvida, será uma das mais significativas iniciativas para estimular as exportações e atrair novos investimentos para a Zona Franca de Manaus. Serão convidados mais de 200 investidores em potencial, com chances concretas de realizar negócios na região". Esse convite, Sr. Presidente, tenho certeza de que é dirigido também a nós e a todos os brasileiros.

Também não poderia deixar de ressaltar o nome do ex-Superintendente da Suframa, Dr. Mauro Costa, hoje presidente da Funasa, que realizou sua administração com sensibilidade, competência e justiça social.

São de homens como Dr. Ozias e Dr. Mauro que a nossa Amazônia, região tão rica e ambicionada pe-

los estrangeiros, necessita para continuar o seu desenvolvimento.

Dr. Ozias Monteiro, quero dizer para todos os que estão me ouvindo não só neste plenário, mas também pela TV Senado, que a nossa Amazônia precisa mais do que do grande empenho da Suframa. Já falei várias vezes desta tribuna que não são apenas os parlamentares do Norte que têm responsabilidade sobre a Amazônia, são todos os 81 Senadores e os 513 Deputados Federais. Todos sabemos que é uma região muito rica, mas naquele solo ainda há muitos brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza. Tem havido um descuido por parte de todos nós em não administrarmos a nossa Amazônia como ela merece e não darmos o valor que ela tem. Se esta situação perdurar, talvez dentro de poucos anos outros estejam usufruindo das suas riquezas.

Quero parabenizar um grande amazônida, o nobre Senador Gilberto Mestrinho, que governou o Amazonas por três vezes e, quem sabe, governará pela quarta vez. Sabemos da luta de S. Ex^a pela Amazônia.

Vamos unir nossos esforços!

Sr. Presidente Ramez Tebet, também a região de V. Ex^a é muito rica, mas vamos somar esforços e dar prioridade à região amazônica. Não penso que as outras regiões devam ser desprezadas, mas acredito que a Amazônia poderá tirar nosso País do estado de pobreza em que se encontra.

O Sr. Chico Sartori (Bloco/PSDB – RO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Chico Sartori (Bloco/PSDB – RO) – Senadora Marluce Pinto, como Senador de Rondônia, gostaria de endossar as palavras de V. Ex^a. Há poucos dias, quando tomei posse como Senador pelo Estado de Rondônia, disse que tínhamos que nos juntar com os outros 80 Senadores do Brasil para retirar a imagem negativa de Rondônia e da Amazônia. Esses Estados só aparecem na televisão quando a notícia é ruim. E o mundo inteiro fala na Amazônia como o pulmão do mundo. É necessário que seja realizado um trabalho não só na Amazônia, mas também no Acre, em Rondônia, no Amapá, em Macapá, porque vivem nessas regiões brasileiros que, com vergonha na cara, saíram de outros Estados, talvez massacrados pelos juros extorsivos dos bancos que esmagam o País. Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade e congratulo-me com o atual Presidente da Zona Franca de Manaus, Dr. Osias Monteiro Rodrigues, que

muito tem ajudado a cidade de Vilhena. Inclusive, o seu ex-Presidente, Dr. Mauro Costa, beneficiou de várias formas minha cidade, por meio da Suframa. Dr. Osias, ainda queremos que muito mais seja feito pela cidade de Vilhena, assim como por todo o Estado de Rondônia e pela Amazônia. Faço minhas as palavras de V. Ex^a, assim como a dos demais oradores que a antecederam.

A SR^a MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Eu não gostaria de deixar esta tribuna sem registrar a presença do Prefeito Joaquim Ruiz, do Município de Iracema, que está representando todos os Prefeitos do Estado de Roraima.

Durante o discurso da Sra. Marlúce Pinto, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet; Sr. Deputado Luís Henrique Ramos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, a quem eu cumprimento; Srs. membros da Mesa; Sras e Srs. Senadores, Srs e Srs. convidados, nesta tarde, como representante do Estado do Pará, eu não poderia deixar de fazer uso da tribuna.

Estou nesta Casa há apenas três anos, mas tenho aprendido muito – e, com certeza, vou aprender muito mais – sobre a Amazônia. Hoje mesmo comprehendi que os nossos problemas, na verdade, podem e devem ser resolvidos até mesmo por nós. Se os Governadores do Amazonas, do meu Pará e dos demais Estados que fazem parte da Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus – deixarem de discutir sobre a Amazônia Ocidental e a Amazônia Oriental e aproveitarem essas diferenças, com certeza, ao invés de São Paulo fornecer a matéria-prima para a indústria do Amazonas, nós, do Estado do Pará, podemos fornecê-la. Nós podemos utilizar o Porto de Santarém, encurtarmos distâncias, eu diria até continentais, e reduzir o preço final do produto, já que reduziríamos a distância em 450 milhas, o que representaria uma diferença – embora eu tenha pouco conhecimento quanto à produção de eletroeletrônico, mas algum conhecimento na área de transportes – de, pelo menos, um terço no preço final do produto. Não podemos negar que a produção desenvolvida hoje em São Paulo é de grande escala, mas não te-

mos, naquele Estado, os incentivos que temos na Amazônia. Então, em vez de ficarmos discutindo que o Estado “a” ou o Estado “b” precisa entrar, para se beneficiar dos incentivos, na Amazônia Oriental, vamos produzir na Amazônia Ocidental, com o custo, o ganho na parte de transporte, de infra-estrutura.

Hoje, temos energia farta em Santarém e a possibilidade de utilizarmos a fibra ótica disponível em nosso Estado. Precisamos apenas terminar de pavimentar uma rodovia entre Santarém e Cuiabá, que é da extensão de três mil quilômetros, mas dois mil quilômetros já estão asfaltados, faltando, portanto, mil quilômetros. E não se asfalta por quê? Porque não se discute, em conjunto, a necessidade de viabilizar um único projeto para a Amazônia. É impossível acreditar que não haja R\$300 milhões para pavimentar a Santarém-Cuiabá, quando esse valor corresponde a 1km de metrô aqui em Brasília ou em São Paulo. Não sou contra o metrô e nem contra São Paulo; ao contrário, quero aproveitar o que tem de bom em São Paulo para utilizar na Amazônia.

O Senador Jefferson Péres fez referência às áreas degradadas existentes no sul do Pará. É verdade, elas existem, mas são apenas 18 milhões de hectares, enquanto há 120 milhões de hectares de áreas produtivas. Essas áreas degradadas podem também produzir grãos, aliás, algumas já estão produzindo grãos. O Amazonas já tem tecnologia portuária. Existem algumas empresas que transportam, utilizando equipamentos modernos, produtos de Itaquatiara até os portos europeus e americanos. Portanto, se somarmos aos nossos interesses os potenciais da Amazônia, com certeza vamos aliviar a carga do Governo Federal. E esse resultado podemos conseguir trabalhando politicamente em conjunto, porque a nossa Bancada da Amazônia é eficiente, é produtiva. Dela fazem parte os Senadores Bernardo Cabral, Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres, que são o esteio desta Casa. Além de respeitá-los, esta Casa os ouve quando S. Ex^{as} vêm à tribuna defender a Amazônia.

Portanto, tenho certeza que o Presidente desta Casa, que, como disse a Senadora Marlúce Pinto, é de uma região também muito parecida com a nossa, também pode nos ajudar.

Festejamos hoje os 35 anos da Zona Franca de Manaus, agradecendo, reconhecendo e vislumbrando o futuro que está por vir. Temos capacidade de não apenas administrar os Estados, mas de conceder e trocar incentivos, trazendo para essa região empresas como as que temos em Manaus – empresas que são referências não só nacionais, mas mundiais, como a Semp Toshiba, Moto Honda e até a

Coca-Cola, que produz o xarope que é exportado para toda a América Latina –, desde que possamos juntar esforços.

Tinha preparado o meu discurso por escrito e, com certeza, eu teria oportunidade de ler todas as folhas, até porque não é tão grande, mas, ao ouvir falar tanto da Zona Franca, senti-me tão entusiasmado, tão empolgado que nem o li – e perdoem-me aqueles que não têm essa motivação que nós, amazônicas, temos, de acreditar na nossa terra, de saber que lá está a solução do País e o problema.

Fizeram referência ao fato de que há poucas autoridades presentes nesta sessão. Ao contrário, penso que há muitas, porque as autoridades da Amazônia estão aqui, agora, nesta sessão. Se o Governo Federal, o Executivo, o Judiciário ou quem quer que seja deixou de se fazer presente para não conhecer a realidade da Amazônia, temos a TV Senado que mostra a todos os brasileiros o que tem e o que acontece naquela região.

Portanto, fico cada vez mais satisfeito e entusiasmado ao ver que podemos mudar a nossa história, desde que tenhamos a capacidade de nos unir, principalmente aqueles que têm poder de mando, aqueles que estão à frente dos seus Estados, da direção do nosso País. Quem sabe o novo Governo, os novos governadores possam dar o mesmo exemplo que o meu Governador Almir Gabriel deu, restabelecendo o respeito, a honradez, com competência, gerando emprego, renda, interiorizando o nosso Estado e fazendo com que o Pará possa ser um grande aliado do Amazonas, porque, se o Amazonas tem US\$1 bilhão e participa da balança comercial do nosso País, o Pará tem US\$2 bilhões. Isso não quer dizer que o Pará tenha mais e que é melhor; ao contrário, o Pará precisa e deve se aliar ao Amazonas para trazer melhores soluções para o nosso Estado, para a nossa Região e para o nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja dado como lido.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
DO SR. SENADOR LUIZ OTÁVIO.**

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nesta oportunidade em que estamos reunidos para festejar o 35º ano do modelo de desenvolvimento regional, mais vitorioso da história brasileira, com base em incentivos fiscais, a Zona Franca de Manaus, inicio o meu pronunciamento repetindo o que tenho dito, inúmeras vezes nesta tribuna: A AMAZÔNIA NÃO É PROBLEMA, E

SIM SOLUÇÃO PARA O BRASIL. Creio que os amazônicas têm absoluta consciência dessa afirmativa porque conhecem as realidades e as potencialidades da nossa região, todavia é importante que se mostre, que se divulgue essa verdade para os brasileiros de outras regiões, para que entendam a importância da Amazônia para desenvolvimento brasileiro, concorrendo com soluções para os problemas nacionais, entre as quais destaco: o equilíbrio das nossas contas externas, a geração de empregos e a consequente melhoria da distribuição de renda, a absorção e desenvolvimento de tecnologia de ponta, o incremento à produção de alimentos, o aumento da exportação de serviços através do setor de turismo, a produção de remédios com o aproveitamento da biodiversidade amazônica, tudo isso sem qualquer problema de oferta de energia, considerando que já somos exportadores desse insumo básico para outras regiões do País. Para que isso aconteça, basta que nós, amazônicas, nascidas e residentes na região, nos unamos, sem distinção de ocidental ou oriental, mostrando essa verdade aos brasileiros de outras regiões. Unidos teremos maior força política e técnica pois ampliaremos quantitativamente e qualitativamente o nosso contingente de governantes estaduais, de parlamentares municipais, estaduais e federais e da nossa elite técnica, inclusive a concentrada em nossas universidades.

Segundo o amazonense Artur César Reis, a colonização da Amazônia foi realizada pelo tripé: colono, missionário e soldado. De fato, a ação militar atravessou os séculos colaborando no desenho das nossas fronteiras amazônicas, com a participação efetiva da diplomacia brasileira, sobretudo na arbitragem dos casos do Amapá, pela França e de Roraima, pela Inglaterra. A verdade é que os militares sempre estiveram presentes na ocupação daquele território e suas preocupações nesse sentido foram decisivas para a instituição da Zona Franca de Manaus, projeto que merece o respeito e os elogios de todo o Brasil tanto pela maneira como foi administrada como pelos evidentes resultados positivos já alcançados. Como indicador do seu êxito podemos mostrar o crédito que tem merecido de investidores nacionais e estrangeiros que propiciaram, nos últimos 3 anos, a aprovação de 579 projetos industriais, prevendo um investimento total de 9,673 milhões de dólares americanos. Cabe destacar, também, que a política de incentivos do Pólo Industrial de Manaus – PIM, atraiu para a região marcas mundiais como HONDA, GILLETTE, PHILIPS, COCA-COLA, XEROX, PANASONIC, SEMP TOSHIBA, SONY, HARLEY DAVIDSON, entre

outras. Esse resultado mostra que o modelo foi capaz de estabelecer vínculos importantes com o restante do mundo, o qual, mesmo numa economia globalizada, passou uma credibilidade evidente aos investidores, o ponto de eles terem apostado seus capitais na região, ampliando, sobremaneira, o nosso estoque de capital fixo, muito importante para o processo desenvolvimentista regional.

Nesta oportunidade em que festejamos os 35 anos da Zona Franca de Manaus é importante lembrar, também, a efetiva contribuição para a instituição e concretização desse projeto da parte do povo amazonense através de suas lideranças técnicas, trabalhadoras empresariais e políticas, entre as quais cito o meu prezado amigo, senador Bernardo Cabral, cujo trabalho na Constituinte de 1988 conseguiu incluir no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Artigo 40 que mantém as características de área de livre comércio, de exportação e importação e de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e prorroga a vigência de seus incentivos pelo prazo de mais 25 anos, além dos seus 30 anos originais. Hoje podemos dizer que estamos completando 5 anos da Zona Franca pós Bernardo Cabral, e, tenho certeza, que para essa conquista, contou com a colaboração da classe política, da imprensa, dos trabalhadores, dos empresários e de técnicos da Amazônia, sobretudo dos dedicados e competentes técnicos e servidores da SUFRAMA, os quais quero prestar as minhas homenagens neste momento, elogiando as ações desenvolvidas por essa Agência de Desenvolvimento, por estarem em perfeita consonância com o Plano Pluri-anual 2000-2003 do Governo Federal, norteadas pelas diretrizes e objetivos instituídos no seu Planejamento Estratégico e, dimensionadas sob os seguintes pilares estratégicos: tecnologia, inserção internacional competitiva, desenvolvimento sustentável local, atração de investimentos, logística e desenvolvimento institucional. Importante, também, saber que a SUFRAMA tem consciência da importância estratégica que representa para o modelo e o estabelecimento de processos de absorção tecnológica capazes de fazer, conferir e desenvolver pesquisa e inovação, no sentido de manter sua competitividade na economia globalizada.

Como representante do Estado do Pará neste parlamento, gostaria de falar em nome dos amazonidas da banda oriental da região, para deixar claro que a nossa região, a Amazônia, só poderá ser grande e desenvolvida se o seu crescimento e desenvolvimento se derem por inteiro, razão pela qual entendo que os interesses desenvolvimentistas da Amazônia Oci-

dental são, também, interesses da Amazônia Oriental e o inverso deve ser, também, verdadeiro, pois sómente unidos em torno de uma só Amazônia seremos bastante fortes para conseguir atingir os nossos objetivos. Como exemplo, posso afirmar que a nossa região como um todo e superavitária em termos de Balança Comercial, uma vez que os saldos positivos do Amapá e do Pará são suficientes para financiar as importações do restante da região. Somente o Meu Estado do Pará contribui com um superávit superior a 2 bilhões de dólares americanos.

Parabéns irmãos do Amazonas, parabéns irmãos do Acre, de Rondônia, de Roraima e do Amapá, Estados beneficiados pelos incentivos administrados pela SUFRAMA.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

Muito obrigado

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a, como Líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente.

Eu não poderia deixar de me manifestar, como amazônida, representante do Estado de Roraima, e também pela Liderança do Governo e pelo meu Partido, o PSDB, nesta sessão tão importante.

Não vou repetir as conquistas da Zona Franca ou da Suframa, pois os oradores que me antecederam já o fizeram com brilhantismo, mas eu gostaria de marcar algumas posições que considero importantes.

A cada dia que passa, a Suframa ganha um papel mais preponderante para o desenvolvimento da Amazônia. Não tenho dúvida disso. Neste Governo, avançamos com o Sivam, com a ocupação e a discussão ambiental. E, cada vez que se discute preservação ambiental, autodesenvolvimento sustentado, mais responsabilidade para com a Amazônia; reforça-se também o papel fundamental da Suframa como a principal agência de desenvolvimento da Região.

O papel da Suframa se reforça neste aniversário, em razão da competência de seus técnicos e dos seus dirigentes. Destaco a condução firme do Dr. Oziias Monteiro Rodrigues, que tão bem tem dirigido os destinos do órgão. Parabenizo, em nome da Liderança do Governo, a Suframa por todas as conquistas e pelo papel que tem exercido no cenário do País. Registro, ainda, em nome do Governo, em meu nome próprio, em nome do nosso Partido, em nome do Mi-

nistro Arthur Virgílio, também do PSDB, que esteve nesta sessão, o compromisso do Governo e do PSDB em manter as conquistas da Suframa e da Zona Franca de Manaus.

A Zona Franca de Manaus, hoje, é uma conquista, não de Manaus ou da Amazônia, mas de todos os brasileiros. Ela induziu a uma ocupação diferenciada da Amazônia, com responsabilidade e isso precisa ser exaltado, apoiado e ampliado.

Todos nós estaremos cerrando fileiras com a Suframa para que ela possa, cada vez mais, ampliar o seu espectro de atuação e, mais do que isso, conquistar o espaço, renovando ainda mais as conquistas da Zona Franca e de todos os povos da Amazônia.

O meu Estado de Roraima tem sido muito beneficiado pela Suframa, tem recebido carinho, compromisso e uma perspectiva de realizações muito grande, assim como também outros Estados, porque esse tem sido o compromisso dessa instituição.

Encerro minhas palavras, parabenizando o Dr. Ozias Monteiro, todos os servidores e técnicos da Suframa e registrando que a Suframa pode estar certa de que, nesta Casa, pode contar não só com os Senadores da Amazônia para defendê-la, mas com todos os Senadores que tiverem compromisso com o Brasil, que são a unidade e a unanimidade desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ilustre Sr. Ozias Monteiro Rodrigues, Presidente da Suframa, Exmº Sr. Lupércio Ramos, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, autoridades presentes, Srºs e Srs. Senadores, em março de 1996, exerci uma das tarefas mais árduas e difíceis realizadas por mim aqui no Senado da República, justamente relatando um projeto de conteúdo altamente polêmico pelo que encerrava naquele momento.

Escrevi no meu relatório que a Amazônia representa – dizia eu em março de 1996 e repito hoje – mais de 60% do território do País; está na Amazônia a maior reserva mundial de água doce, o maior acervo de biodiversidade do Planeta, cerca de um terço das florestas tropicais do mundo e um volume inestimável de riquezas minerais. Cerca de 12% da população brasileira vivem nessa região, distribuídas de forma extremamente desigual, sobre um território em que existem enormes vazios, com baixíssimos índices de densidade populacional. Sua renda e condições de vida são, em média, muito baixas, apesar do enorme potencial da região.

Eu dizia mais, que a Região era, como ainda hoje é, vista nacional e internacionalmente como ten-

do uma responsabilidade estratégica para a preservação ou a degradação do equilíbrio ambiental, do clima e da biodiversidade do Planeta.

Naquela ocasião, quando relatava um pedido de empréstimo de R\$1,4 bilhão, dominado pelo sentimento cívico de brasiliade, da necessidade que tínhamos, ficava indignado, como indignado sou até hoje, pelo desconhecimento que o Brasil tem das verdadeiras potencialidades dessa Região. Portanto, em defesa da soberania nacional, eu dizia que nós só tínhamos condições de defender os verdadeiros interesses da Amazônia, do território brasileiro, desse potencial imenso de riqueza e ainda em defesa dos direitos humanos, com a finalidade de assegurar melhores condições de vida a todos os brasileiros que vivem na Amazônia, se construíssemos rapidamente um projeto nacional para o desenvolvimento auto-sustentado da Amazônia.

O que vejo eu aqui em meio a essas comemorações de 35 anos da Zona Franca de Manaus, Sr. Presidente da Suframa? Não só motivo de alegria e de festa pelo muito que foi realizado em favor dessa Região, por aqueles brasileiros que acreditam nela e depositam confiança nela, mas vejo que esta festa de comemoração também se transforma num pleito, para usar melhor a terminologia, de reivindicações, não só para a continuidade da Zona Franca de Manaus, que comemoramos e festejamos aqui, em presença das mais diversas autoridades, em presença dos meus colegas Senadores, destacando a Bancada da Amazônica, a começar por Gilberto Mestrinho, sentado a minha frente; Jefferson Péres; Bernardo Cabral, que se encontra em missão oficial; Mozarildo Cavalcanti, sentado ao meu lado; Sebastião Rocha, que reivindica também a inclusão do Amapá nessa luta por dias melhores pelo nosso País; Marluce Pinto, grande guerreira; Nabor Júnior, ex-Governador do Acre; e tantos quantos aqui se pronunciaram nessa efeméride. Vejo que continua de pé a necessidade imperiosa de mantermos viva essa chama e, mais do que isso, sustentarmos um plano genuinamente nacional em defesa de toda essa região brasileira.

É assim que vi e que vejo esta sessão de hoje. Alcançamos grandes progressos já aqui mencionados, mas haveremos de conquistar muito mais.

Não sei se algum dos oradores que me antecederam referiram-se à necessidade imperiosa – que eu sinceramente sinto – de conservarmos aquela região para o Brasil que nós queremos, porque tenho receio por aquilo que está acontecendo na região amazônica.

Se não falaram hoje, falaram ontem ou falaram anteontem, ou desde de que chegaram ao Senado da República. Tenho ouvido as vozes dos Senadores que acreditam na região amazônica, em defesa da nossa soberania e daquilo que é nosso. Saúdo-os, pois. Junto a minha voz às vozes todas que aqui se pronunciaram, na certeza de que é procurando levar o desenvolvimento para o interior do Brasil, inóspito em muitos lugares, que haveremos de ter uma pátria menos desigual, mais justa e mais humana.

Recebiam todos os amazonenses – se o termo está certo –, ou os amazônicas, como querem outros, o abraço mais sincero da Presidência do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de suspender a sessão para os cumprimentos, a Presidência comunica ao Plenário que realizou, na manhã de hoje, uma reunião com todos os Líderes partidários e com o Líder do Governo, no gabinete da Presidência, para tratar de assuntos de interesse geral do Senado Federal, inclusive da nossa Ordem do Dia. Foi unanimemente aprovada a proposta desta Presidência de que devemos realizar, ainda hoje, uma sessão deliberativa extraordinária destinada à votação das matérias constantes da pauta da presente sessão. E faremos tantas sessões extraordinárias quantas forem necessárias, a partir de amanhã, para atualizarmos as deliberações do Senado.

Nesse sentido, convoco sessão deliberativa extraordinária da Casa a realizar-se hoje, às 19 horas e 30 minutos, com a mesma Ordem do Dia desta sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está suspensa a sessão para os cumprimentos.

(Suspensa às 16 horas e 32 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr's e Srs. Senadores, declaro reaberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Moacirido Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 95, DE 2002

(Nº 169/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 9º, §

2º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências proposta de indicação da Senhora Dilma Seli Pena Pereira, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas, na vaga do Senhor Lauro Sérgio de Figueiredo.

Brasília, 14 de março de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

Curriculum Vitae

Dilma Seli Pena Pereira

Resumo

Mestre em Administração Pública, pela Escola de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas. Geógrafa, pela UNB. Técnica em Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, desde 1977.

Exerceu os seguintes cargos na Administração Pública Federal:

Coordenadora Adjunta do Programa Nacional de Apoio às Cidades de Porte Médio (IPEA/SEPLAN-PR); desde 1985 dedico-se ao planejamento e a execução de Programas e Projetos Federais na área de Saneamento Básico: coordenadora técnica do Projeto Nacional de Saneamento Rural,(IPEA, 1986/1989); coordenadora de Saneamento do Departamento Nacional de Planejamento e Avaliação do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, responsável pela elaboração do capítulo de Saneamento no Primeiro Plano Plurianual de Investimentos; coordenadora do Programa de Modernização do Setor de Saneamento, financiado pelo Banco Mundial.

Diretora de Saneamento da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento, durante o Primeiro Mandato do Presidente(1995-1999). Neste período coordenou a aplicação de cerca \$5,3 bilhões em projetos e obras de saneamento básico, das fontes FGTS, OGU-BIRD, BID e Contrapartidas.

Diretora de Investimentos Estratégicos da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão, no período de Janeiro de 1999 a Janeiro de 2001. Responsável pela Coordenação da Implantação do Programa Brasil em Ação: pelo monitoramento da implantação do PPA 2000/2003 (Avança Brasil) e pelo desenvolvimento Gerencial dos 329 Gerentes dos Programas integrantes do PPA.

Superintendente de Gestão de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas, cargo que ocupa atualmente. Responsável pela elaboração e implantação do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas e pela implantação dos instrumentos institucionais

is de gestão de recursos hídricos-Comitês e Agências de Bacias Hidrográficas.

Responsável pela concepção técnica e sistematização de cerca de 35 publicações na área de saneamento, tendo vários artigos sobre este tema, publicados. Participou, como palestrante de cerca de 130 Congressos e Seminários, no período 1995/2001.

Formação Profissional

Mestre em Administração Pública – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Tese defendida: “Os (DES) Caminhos da Política Urbana: Uma Avaliação dos Anos Setenta”. São Paulo, 1987.

Diploma em Planejamento do Desenvolvimento Regional – Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico – CENDEC/ILPES, 1976.

Diploma em Planejamento Habitacional – Universidade de Brasília, Departamento de Arquitetura, 1975.

Bacharel em Geografia – Universidade de Brasília – 1971-1975.

Atividades Profissionais

Superintendente de Gestão de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas, a partir de Janeiro de 2001.

Diretora de Investimentos Estratégicos da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no período de Janeiro de 1999 a Janeiro de 2001.

Diretora de Saneamento da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento, de 1995 a 1999.

Coordenadora do Programa de Modernização do Setor Saneamento MAS-SNS – SEPURB/IPEA, de 1992 a 1995.

Chefe de Divisão de Saneamento, do Departamento Nacional de Planejamento e Avaliação (DNPA) do Ministério da Economia, Planejamento (MEFP), de 1990 a 1992.

Secretaria-Executiva da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, criado em 5 de junho de 2001.

Representante (suplente) da Agência Nacional de Águas, no Conselho de Administração do Instituto Nacional de Pesquisa e Planejamento das Águas – I – Águas.

Gerente dos Programas do Avança Brasil – Despoluição de Bacias Hidrográficas e Nossos Rios Paraíba do Sul, a partir de outubro de 2001.

Técnico do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Coordenadoria de Política e Legislação Urbana, MDU/CPLU, 1985.

Coordenador Adjunto da Coordenadoria do Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – CNDU/MINTER, 1977-1981.

Técnico em Planejamento e Pesquisa, Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU). Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República — SEPLAN/CNPU, 1977-1979.

Atividades Técnicas Desenvolvidas

Na Seplan/CNPU – participou da elaboração e implantação da Política de Desenvolvimento Urbano; elaboração do trabalho sobre Regiões Metropolitanas do Brasil (sistematização de dados e das propostas originais dos Planos Metropolitanos de Desenvolvimento);

Participação na elaboração da primeira versão da Lei de Desenvolvimento Urbano; integrante do Grupo de Estudos (CNPU/SEPLAN e GTZ/ALEMANHA) sobre a organização territorial brasileira; elaboração da proposta de programação de investimentos – Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, para o Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio; acompanhamento e avaliação dos Programas de Investimentos em 140 Capitais e Cidades de Porte Médio; preparação de documentos técnicos, estudos e pareceres.

No MINTER/CNPU – Coordenação da implantação e acompanhamento e avaliação do Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio; participação da elaboração do Projeto de Lei nº 775/83, Lei de Desenvolvimento Urbano; montagem de seminários de avaliação das Políticas Regionais de Desenvolvimento Urbano; participação da equipe responsável pela proposta de Política Urbana da Nova República; participação do trabalho de reestruturação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano; preparação de documentos técnicos, estudos e pareceres.

No IPEA/PNSR – concepção e elaboração da organização e funcionamento do PNSR (convênios, instruções normativas, fluxos financeiros e de informação, etc.); participação na elaboração do convênio UNIÃO-Organização Pan-Americana de Saúde O OPAS, para apoio ao PNSR; organização e elaboração da pauta das reuniões do Comitê Interministerial de Saneamento Rural; preparação de termos para a contratação de estudos e pesquisas sobre aspectos específicos (institucional, econômico-financeiro, participação da comunidade, etc.) e saneamento rural; elaboração do Termo de Referência e Plano de Operação para preparação dos Programas Estaduais de Saneamento Rural; elaboração e sistematização de documentos sobre diagnóstico da situação atual em saneamento rural e sobre proposta preliminar da ação de Governo neste setor; concepção, planeja-

mento e coordenação técnica da Série Saneamento Rural, publicado em 7 volumes.

No MEFP/DNPA – Elaboração e consolidação da Proposta de Saneamento Básico nos Instrumentos de Planejamento (Plano-Plurianual de Investimentos) e Orçamento Geral da União; acompanhamento e avaliação das ações de saneamento desenvolvidas pelos órgãos federais do setor; preparação de pareceres sobre solicitações de financiamentos externos (COFIEC); elaboração de diagnósticos e pesquisas sobre o setor de saneamento.

No IPEA (período 1993/1995) O Concepção e coordenação do Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS, objeto do Contrato de Empréstimo com o Banco Mundial nº 3.442-BR.

No DESAN/SEPURB – Diretora do Departamento de Saneamento da Secretaria de Política Urbana, órgão do Ministério do Planejamento e Orçamento. Responsável pela concepção e implementação dos seguintes programas: I) Visando a modernização e reestruturação do setor saneamento: i) Pró-Saneamento, ii) PMSS I e II – Programa de Modernização do Setor Saneamento, iii) PQA – Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica, iv) PNCDA – Programa Nacional de Combate ao Desperdício, v) Programa de apoio à Gestão do Sistema de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos – PROGEST, vi) PCEAP — Programa de Capacitação em Elaboração e Análise de Projetos, vii) FCP/SAN – Programa de Financiamento a Concessionárias Privadas de Saneamento; II) Visando à redução das desigualdades socioeconômica: i)PASS/OGU – Programa de Ação Social em Saneamento, ii)PASS/BID — Programa de Ação Social em Saneamento, iii) PASS/CS – Programa de Ação Social em Saneamento/Comunidade Solidária, iv) PROSANEAR – Assistência Técnica, v) PROSEGE – Programa de Ação Social em Saneamento. Por meio destes programas foram investidos no setor, no período, cerca de R\$5,3 bilhões e, aprovadas 7 (sete) cartas consultas, junto à Cofex, para financiamento externo ao setor, junto ao BID, BIRD e OECF.

Na SPI/MP – Diretora de Investimentos Estratégicos da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no período de Janeiro de 1999 a Janeiro de 2001. Responsável pela Coordenação da Implantação do

Programa Brasil em Ação, pelo monitoramento da implantação do PPA 2000/2003 (Avança Brasil) e pelo desenvolvimento Gerencial dos 329 Gerentes dos Programas integrantes do PPA.

Na SGR/ANA – Superintendente de Gestão de Recursos Hídricos, responsável pela elaboração e implantação do Programa de Despoluição de Bacias

Hidrográficas, integrante do Avança Brasil; pela implantação dos instrumentos institucionais de gestão de recursos hídricos – Comitês e Agências de Bacias e pela criação de ambiente favorável à gestão integrada dos recursos hídricos.

Concepção Técnica e Sistematização para Publicação dos Seguintes Documentos:

Série Projeto Local de Saneamento Rural (7 volumes), Brasília, 1989 e 1990:

Volume 1: A Integração da Engenharia com o Social

Econômico Financeiro – 1989, 148 p.

Volume 2: Bases para Formulação de Políticas e Programas em Saneamento Rural – 1989, 100 p.

Volume 3: Subsídio para Elaboração de Programas Estaduais de Saneamento Rural – 1989, 66 p.

Volume 4: Fundamentos Conceituais e Metodológicos

Educação em Saneamento Rural – 1990, 100 p.

Volume 5: Subsídios Metodológicos para a Prática da Educação e Participação em Saneamento Rural – 1990, 194 p.

Volume 6: Subsídio para a Discussão da Questão Tarifária em Saneamento Rural – 1990.

Volume 7: Modelo Computacional para programação Financeira em Saneamento Rural – 1989, 106 p. Série Modernização do Setor Saneamento (15 volumes), Brasília, 1996 e 1998:

Volume 1: Fundamentos e Propostas de Ordenamento Institucional – 1996, 336p.

Volume 2: Novo Modelo de Financiamento para o Setor Saneamento – 1996, 204p.

Volume 3: Flexibilização Institucional da Prestação de Serviços de Saneamento – 1996, 190p.

Volume 4: Demanda, Oferta e Necessidades dos Serviços de Saneamento – 1996, 220p.

Volume 5: Proposta de Regulação da Prestação de Serviços de Saneamento – 1996, 168p.

Volume 6: Regulação da Prestação de Serviços de Saneamento – 1996, 278p.

Volume 7: Diagnóstico do Setor Saneamento: Estudo Econômico e Financeiro – 1996, 251p.

Volume 8: Avaliação Contingente em Projetos de Abastecimento de Água – 1996, 122p.

Volume 10: Reordenamento Institucional do Setor Saneamento 1998, 140p.

Volume 11: Proposta Metodológica de Classificação e Avaliação Ambiental de Projetos de Saneamento – 1998, 85p.

Volume 12: Diretrizes e Procedimentos para Reassentamentos involuntários de Famílias em Projetos de Saneamento – 1998, 51p.

Volume 13: Metodologia de Avaliação Econômica e Financeira de Projetos – A Experiência do PMSS II – 1998, 242p.

Volume 14: Metodologia de Avaliação Econômica e Financeira do Prestador de Serviços de Saneamento Projetos – A Experiência do PMSS II, 1998,

Volume 15: Resíduos Sólidos: Propostas de Instrumentos Econômicos Ambientais — 1998, 146p.

PEREIRA, Dilma (Colaboradora) — Sistema Nacional de Informações em Saneamento — SNIS (3 volumes) — MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, Secretaria de Política Urbana, Brasília, 1997 e 1998.

PEREIRA, Dilma (Co-autoria) — Política nacional de Saneamento — MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, Secretaria de Política Urbana, Brasília — 1997, 40p.

Artigos e Livros Publicados

PEREIRA, Dilma; BALTAR, Luiz; EMERECIANO, Emerson; ABICALIL, Marcos — Instrumentos para a Regulação e o Controle da Prestação dos Serviços de Saneamento - Série Modernização do Setor Saneamento - MPO/SEPURB, 1998. 104 p.

KELMAN, Jerson ; PEREIRA, Dilma — É Possível ter rios limpos. Valor Econômico — Sexta-feira e fim de semana — 25-3-2001

PEREIRA, Dilma - Saneamento e Recurso Hídricos - Os desafios da Integração e a Urgência da Prioridade, In Interfaces da Gestão de Recursos Hídricos — Desafios da Lei de Água de 1997, SRH/MMA, 2000.

PEREIRA, Dilma - A Universalização dos Serviços de saneamento: Desafios para a Década Atual, Livro: O Brasil no Fim do Século: Desafios e Propostas para Ação Governamental — Publicação IPEA;

PEREIRA, Dilma - Os Desafios da Universalização dos Serviços de Saneamento e a Globalização. In Ser Social, UnB. 1999 (22p);

PEREIRA, Dilma - Concepção e Objetivos do PMSS — Revista Bio/ABES, set/dez - 1994. Artigo de Capa — Participação;

PEREIRA, Dilma - Habilitação e População de Baixa Renda no DF - Departamento de arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 1975 (mimeo, circulação interna da UNB);

PEREIRA, Dilma - Evolução e Dinâmica do Processo de Urbanização Brasileira, apresentação no Seminário sobre Política urbana, 1984;

PEREIRA, Dilma - Transformação do Aglomerado Urbano em Corpo Político, EAESP/SP, 1982 (mimeo);

PEREIRA, Dilma - Custo / Benefício — Uma Metodologia para Análise de Projetos de Natureza Social, EAESP / SP, 1982 (mimeo);

PEREIRA, Dilma - Os (Dês) Caminhos da Política Urbana — Uma Avaliação Crítica dos Anos Setenta, 1987. Tese de Mestrado. Bliblioteca da EAESP / SP, IPEA, Nacional;

PEREIRA, Dilma - Avaliação das Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1991 — Capítulo sobre Saneamento, DNPA/MEFP;

Congressos e Seminários

Participação em mais de 130 eventos nacionais e internacionais (seminários, congressos, workshop, fóruns, etc), como palestrante e debatedora em assuntos relacionados aos temas: Políticas Públicas de Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Recursos Hídricos.

Dados Pessoais

Nome: Dilma Seli Pena Pereira

CPF: 076.215.821-20

RG: 216 219 SSP/DF

Filiação: Edson Pena e Conceição Bomtempo

Data de nascimento: 25-12-1949

Natural de: Patos de Minas/MG

Estado Civil: Casada

Endereço: SHIN QI 9 Conjunto 10 Casa 23 — CEP: 71.515-300 – Brasília/DF

Fone: (61) 368-5627 / 9965-5683

Brasília, 13 de março de 2002. — **Dilma Seli Pena Pereira.**

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

Nº 22/2002, de 11 de janeiro do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 5, de 2001, do Senador Ademir Andrade.

Com referência ao Aviso que acaba de ser lido, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

1) no dia 15 do corrente, foi o lido o Aviso nº 180, de 13.3.2002, esclarecendo que o referido requerimento foi devidamente respondido, nos termos do Aviso nº 22/GM/MT, de 11 de janeiro último.

2) na mesma data, ou seja, 15 do corrente, foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa, o original do Aviso nº 22, de 11.1.2002, com as informações e documentos correlatos, que foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento nº 5, de 2001, vai ao Arquivo.

DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

Nº 265/2002, de 12 do corrente, solicitando a prorrogação do prazo, por mais trinta dias, para responder o Requerimento nº 738, de 2001, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Aviso foi encaminhado, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento ficará na Secretaria-Geral da Mesa, aguardando o envio das informações.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Jefferson Péres comunica aos Srs. Membros da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência que a reunião, anteriormente marcada para hoje, será realizada amanhã, às 15 horas.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço ao Senador Artur da Távola que permita a leitura do Expediente, e, logo em seguida, a palavra lhe será concedida.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 109

Brasília, 19 de março de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Alberto Fraga e Nair Xavier Lobo passam a integrar, respectivamente, na qualidade de Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 2.218, de 5 de setembro de 2001, em substituição aos anteriormente indicados. Por oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestas de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica que designou os Srs. Senadores Roberto Freire e José Fogaça para representarem o Senado Federal na 1ª Reunião Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), realizada na cidade do México, no período de 13 a 16 do corrente mês.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2001, de autoria do Senador Paulo Souto, que altera o art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para proibir a exigência de caução por parte de seus prestadores de serviços contratados e credenciados;

– Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2001, de autoria do Senador Luiz Pontes, que acrescenta dispositivos ao art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Tendo sido aprovados em apreciação terminativa pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, respectivamente, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2001 (nº 66/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e do Uso de Drogas; e

– Projeto de Resolução nº 5, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 110, de 2002), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a até duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II.

O Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2001, não recebeu emendas e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O Projeto de Resolução nº 5, de 2002, recebeu duas emendas, e retorna à Comissão de Assuntos Econômicos para exame.

São as seguintes as emendas recebidas:

EMENDAS (de plenário), OFERECIDAS AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2002 (APRESENTADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS COMO CONCLUSÃO DE SEU PARECER Nº 110, DE 2002), QUE AUTORIZA A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL A CONCEDER GARANTIA À OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO, A SER CONTRATADA PELO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A, NO VALOR EQUIVALENTE A ATÉ DUZENTOS E QUARENTA MILHÕES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, COM O BANCO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, COM O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID, DESTINADO AO FINANCIAMENTO PARCIAL DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE – PRODETUR/NE II.

EMENDA Nº 1-PLEN

Acrescente-se o seguinte art. 3º ao Projeto de Resolução nº 5, de 2002, renumerando-se os demais.

"Art. 3º Dos recursos alocados no Prodetur/NE II, em face desta autorização, pelo menos 50% (cinquenta por cento) deverão ser distribuídos igualitariamente entre todos os estados que integram o Plano do Desenvolvimento do Nordeste, conforme art. 2º da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001."

Justificação

No momento em que vem a apreciação desta Casa o pedido de autorização para a operação de crédito, e concessão de garantia da União para essa operação, destinada a financiar a segunda etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Região Nordeste, é indispensável fazer uma análise prática do referido programa, a fim de verificar a distribuição dos recursos alocados em face de sua principal fonte de financiamento e se este programa está vocacionado a alcançar o seu objetivo primordial, qual seja, representar estímulo ao investimento com vistas à redução das desigualdades regionais.

Para tanto, desenvolvi uma pesquisa no **site** do BNB/Prodetur de onde extraí os dados que, anexados a esta emenda, integra-a como elemento informativo.

Preliminarmente, necessário se faz lembrar que por força da Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, os municípios do Estado do Espírito Santo e municípios de Minas Gerais passaram a integrar a área de atua-

ção da Sudene, ou seja, por similitude de condições climáticas, de relevo e vegetação e principalmente por indicadores sócioeconômicos, são considerados como integrantes da região nordeste.

Esta realidade está, hoje, consolidada e ampliada conforme se verifica o art. 2º da Medida Provisória nº 2156-5, de 24 de agosto de 2001, que "cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.", já que estendeu-se aquele enquadramento para todo o Estado do Espírito Santo.

A primeira surpresa – negativa – ao visitar o referido **site**, foi a ausência do Estado do Espírito Santo na página de apresentação do Prodetur/NE. Minas lá está, mas somente como uma janela inerte, morta, já que nenhum projeto das Gerais foi contemplado.

É inquestionável a importância dos investimentos decorrentes desse programa para a redução das desigualdades regionais e melhoria das condições de vida da população beneficiada de que são exemplos: a geração de 1.119.215 empregos diretos e outros 1.448.277 indiretos; a implantação de esgotamento sanitário e abastecimento de água beneficiando 647 mil habitantes; a implantação e melhoria de 642 Km de rodovias; e o fato de a sua performance ter induzido essa segunda etapa do programa, com aporte de mais US\$480 milhões de dólares, sendo US\$240 milhões decorrente da operação que ora se analisa e outro tanto de contrapartida.

Não se pode perder de vista que estão entre os objetivos da Federação a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais – art. 3º, III. Daí o porquê de ser inadmissível que a operação de crédito que contou com o aval da União, autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 71, de 1994, não tenha contemplado os municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais incluídos na área de atuação da Sudene, hoje Adene, e de se encontrar tanta distorção na distribuição dos recursos, mesmo entre os estados nordestinos. Enquanto a maioria recebeu investimentos na casa dos 20 milhões de dólares, os dois hegemônicos receberam nas casas dos 80 milhões e de 130 milhões.

Alguns apressadamente poderão argumentar que a inclusão dos municípios do Espírito Santo e de Minas só se deu em julho de 1998 e por isso não teriam sido contemplados. Entretanto, ainda em 1998 poderia ter havido contratação. Por outro lado, exurge com meridiana clareza a desigualdade da distribuição mesmo entre os estados nordestinos, não encontrando essa discriminação apoio no tempo. Antes, denota o poder político daqueles estados que mais receberam recursos.

Assim, para assegurar recursos mínimos a serem aplicados em cada um dos estados que compõem a Região Nordeste e mais os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, apresento esta emenda para estabelecer que do montante de recursos do Prodetur/NE II pelo menos 50% sejam aplicados mediante distribuição igualitária entre os estados da região nordeste, inclusive o Espírito Santo e Minas Gerais.

Observe-se que essa parcela não engessará a gestão dos recursos, vez que permitirá ao Banco do

Nordeste analisar a viabilidade dos projetos apresentados e as diferenças entre os diversos estados que compõem a região, destinando discricionariamente o restante dos recursos, conforme a demanda.

Por essas razões, peço o apoio dos meus nobres pares no sentido da aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, **Paulo Hartung.**

PÚBLICO-ALVO

Estados do Nordeste do Brasil e os municípios de capitais da região NE, desde que incluídos na Macro Estratégia Turística de cada Estado.

A QUE SE DESTINA

- 1)Reforçar o potencial turístico do Nordeste via priorização de ações que mantenham e expandam sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico regional;
- 2) Melhorar as condições de infra-estrutura básica e serviços públicos nas áreas atualmente em expansão turística; e
- 3)Gerar oportunidades de emprego e aumentar os níveis de renda e das receitas públicas via atração de investimentos privados complementares.

O QUE FINANCIÁ

Projetos prioritários de infra-estrutura em obras múltiplas, nos setores de saneamento, transportes, desenvolvimento institucional (capacitação, modernização tecnológica, reorganização dos Órgãos estaduais e municipais responsáveis pelo programa na localidade), administração de resíduos sólidos, recuperação e preservação ambiental, preservação do patrimônio histórico e aeroportos.

FONTE

Banco do Nordeste do Brasil com recursos repassados pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONTRATO BID/BANCO DO NORDESTE	DATA FINAL PARA COMPROMETIMENTO DOS RECURSOS (US\$400 MILHÕES)	LIMITE VENCTO. DAS OPERAÇÕES
12.12.1994	31.12.1998	12.12.2017

PRAZO

25 anos.

GARANTIAS

Cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

Reforçar o potencial turístico do Nordeste via priorização de ações que mantenham e expandam sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico regional.

Melhorar as condições de infra-estrutura básica e serviços públicos para a população de baixa renda nas áreas atualmente em expansão turística.

Gerar oportunidades de emprego e aumentar os níveis de renda e das receitas públicas via atração de investimentos privados complementares.



Num horizonte que vai até o ano 2.002, e em função dos recursos que serão alocados pelo Governo Estadual e pelos agentes econômicos do setor privado, espera-se que sejam alcançadas as seguintes metas:

Posição: DEZEMBRO /1999

Descrição	Unid. medida	Globais	Realizadas	% Exec.
Empregos diretos	unid.	1.687.000	1.119.215	66,3
Empregos indiretos	unid.	2.183.000	1.448.277	66,3
Serviços de esgotamento sanitário e abastecimento d'água	mil hab.	809,1	647,0	80,0
Implantação/melhoria de rodovias	km	647,4	642,1	99,2
Recuperação de patrimônio histórico	m2	287.792,7	287.492,7	99,9
Preservação do meio ambiente	ha	47.679	44.024,4	92,3
Ampliação/modernização de 08 aeroportos	unid.	08	07	87,5
Estruturação/Capacitação de órgãos do Governo (Desenvolvimento Institucional)	unid. projeto	172,0	74,0	43,0

I - Informações Básicas

O PRODETUR/NE é um programa que reúne um conjunto de aproximadamente 450 projetos, mobilizando recursos da ordem de US\$ 800 milhões, dos quais US\$ 400 milhões são financiados pelo Banco do Nordeste, com repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Do montante de recursos previstos no Programa, US\$ 220 milhões são para a construção, ampliação e modernização de aeroportos, e o restante para financiar a realização de obras múltiplas - saneamento, transportes, preservação e proteção ambiental, recuperação do patrimônio histórico e administração dos resíduos sólidos -, bem como para promover o desenvolvimento institucional dos governos estaduais e municipais responsáveis pelo planejamento e gestão da atividade turística na região.

O Programa possui uma característica fundamental, que é possibilitar o aproveitamento do potencial turístico no Nordeste de forma planejada e sistêmica, diferenciando-se de um mero programa de obras e de uma simples linha de crédito à disposição dos governos.

Os recursos do Programa são assegurados pelo contrato de empréstimo - 841/OC-BR - firmado em 12 de dezembro de 1994, entre o BID e o Banco do Nordeste.

Conforme disposto no contrato, o Banco do Nordeste financia US\$ 400 milhões, ao passo que os Estados e os Municípios de Capitais participam com uma contrapartida mínima de 40%, no caso de obras múltiplas e desenvolvimento institucional. Quanto aos aeroportos o financiamento é de 50%, e os demais 50% são assumidos pela União

QUADRO GERAL DE RECURSOS

31/12/99 US\$ / MIL

Estados	MA	PI	CE	RN	PB	PE	MMC (**)	SE	BA
Contrato	26,8	8,9	81,9	22,5	20,7	25,8	22,4	32,7	130,0
Valores Aplic. (*)	12,2	1,5	129,1	29,4	8,6	26,8	39,3	42,0	160,5

(*) Recursos de financiamento + contrapartida

(**) Município de Maceió
(AL)

II - Situação Atual

O Programa conta com 259 projetos, entre concluídos e em execução, envolvendo investimentos superiores a US\$ 570 milhões, com US\$ 459,8 milhões já realizados (financiamento e contrapartida). A previsão é de que, até junho/2000, todos os projetos estejam iniciados, entre concluídos e em execução, comprometendo um volume mínimo de US\$ 670 milhões. Os resultados acumulados apresentam: expansão/modernização de 08

aeroportos (07 já concluídos e 01 em fase de execução); 642 km de rodovias, contemplando atracadouros e terminais hidroviários; 647 mil habitantes beneficiados com saneamento básico; preservação e proteção de 44.024 ha de meio ambiente; recuperação de 287.493 m² de patrimônio histórico; e estruturação/capacitação de 74 órgãos do governo. Destaque-se que essas obras beneficiam 100 municípios da Região, com cerca de 2,3 milhões de oportunidades de ocupação direta/indireta, aqui considerada a expectativa de investimentos privados, projetada em torno de US\$ 10,9 bilhões.

III - Avanços:

PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO

Ampliar o mercado turístico do destino Nordeste, por meio de produtos e serviços de padrão internacional.

Resultados Esperados:

- Incremento de divisas para o País, via elevação do número do receptivo internacional;
- Aumento da arrecadação tributária regional;
- Fortalecimento da cadeia produtiva do turismo;
- Construção do destino Nordeste, pela delimitação de corredores turísticos, conexos e estratégicos, com sua consequente inserção competitiva nos mercados turísticos nacional e internacional;

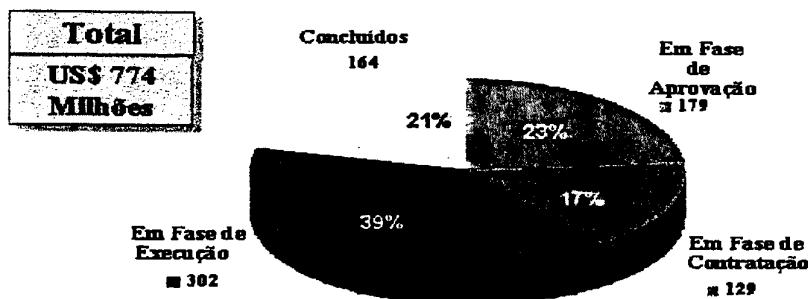
Principais Atividades:

- Instalação dos Conselhos de Turismo dos Pólos;
- Identificação dos principais fatores restritivos à consolidação do destino turístico Nordeste e articulação com todos os agentes envolvidos com o planejamento e gestão da atividade turística, buscando a implementação de soluções;
- Integração das diversas iniciativas em nível estadual, buscando formatar o produto turístico Nordeste;
- Discussão e definição dos corredores turísticos do Nordeste, referenciados pelas macro-estratégias turísticas dos Estados e pela política nacional de turismo;
- Incorporação do produto turístico Nordeste ao produto turístico Brasil.

O PRODETUR/NE já contabiliza, em dezembro/99, 259 projetos, entre concluídos e em execução, cujos investimentos somam US\$ 570,0 milhões. Os projetos apresentados pelos sub-mutuários, ao Banco do Nordeste, já superam US\$ 943,7 milhões, assegurando o comprometimento do valor total de US\$ 670,0 milhões, previsto para esse primeiro Programa. É importante destacar, ainda, que, até junho/2000, todos os projetos estarão iniciados, dentre concluídos e em execução.

A boa performance verificada já está induzindo os atuais parceiros para discutir a operacionalização do PRODETUR/NE II, nova etapa do programa, com aporte de mais US\$ 800,0 milhões (incluídos US\$ 400,0 de financiamento e US\$ 400,0 de contrapartida), também financiados pelo Banco do Nordeste, com repasse de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Projetos Apresentados



Posição: set/98

Principais projetos concluídos e em execução

Dezembro/99

UF	NOME DO PROJETO (Concluídos)	US\$ milhares INVESTIMENTO TOTAL
BA	Abastecimento de água em Arraial D'Ajuda	5,3
BA	Abastecimento de água em Água Porto Seguro – setor A	4,3
BA	Aeroporto de Lençóis	8,5
BA	Aeroporto Porto Seguro	5,7
BA	Rod.Sta.Cruz Cabrália/Belmonte	8,7
BA	Rodovia BA-001 - Ilhéus/Serra Grande (trecho 1)	9,2
BA	Rodovia BA-001 - Serra Grande/Itacaré (trecho2)	6,2
CE	Rodovia Costa Solpoente	23,9

CE	Aeroporto Pinto Martins	58,6
CE	Sist. de abast. de água e Sist. de esgotamento sanitário de Paraipaba	1,4
MA	Aeroporto de São Luiz	7,2
AL	Sist. Viário do Jaraguá (Pontes: Duque de Caxias e Humberto Mendes)	1,1
AL	Recapreamento da Av. Assis Chateaubriand	1,7
AL	Recuperação de Praças e Passeios do Jaraguá	1,3
AL	Restauração do Prédio da Associação Comercial de Maceió	2,5
PE	Via Litorânea Guadalupe/Acessos(Sistema Viário de Guadalupe)	4,1
RN	Parque das Dunas	1,4
RN	Rodovia RN-063 Trecho Barra de Tabatinga / Barreta	1,3
SE	Aeroporto Santa Maria	7,6
SE	Abast. Água Atalaia Velha/Mosqueiro	7,8
SE	Sistema Ibura II	4,4

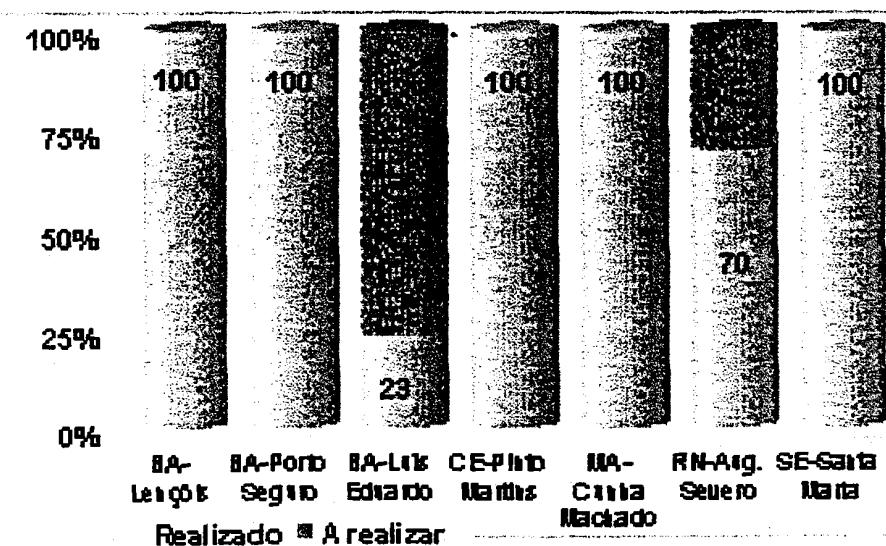
UFFF	NOME DO PROJETO(Em Fase de Conclusão)	US\$ milhões INVESTIMENTO TOTAL
BA	Abastecimento de Água de Porto Seguro - Setor B e C	5,9
BA	Aeroporto Luis Eduardo Magalhães	117,4
BA	APAS de Serra Grande/Itacaré e Lagoa Encantada	5,4
BA	Basilica de N. Sr. J do Bonfim	1,5
BA	Drenagem e Pavimentação de Porto Seguro	4,3
BA	Sist. de esgotamento sanitário em Arraial D'Ajuda	3,6
BA	Sist. de esgotamento sanitário em Belmonte	3,2
BA	Sist. de esgotamento sanitário em Cabralia	3,5
BA	Sist. de esgotamento sanitário em Porto Seguro - Setor A	7,9
BA	Sist. de esgotamento sanitário em Porto Seguro - Setor B e C	11,2
BA	Quarteirão Cultural	6,9
BA	Rodovia Porto Seguro/Trancoso	26,9
BA	Drenagem e Pavimentação A-Fogo/Arraial	1,2
BA	Recup. Patrimônio Histórico P. Seguro/ Trancoso	1,7
BA	Sede do IPAC - Pelourinho 6ª etapa	1,2
BA	Sist. de Esgotamento Sanitário em Coroa Vermelha	1,5

BA	Sist. de Esgotamento Sanitário em Praia do Forte	1,7
BA	Sist. de Esgotamento Sanitário em Trancoso	1,4
CE	Sist. de abastecimento d'água de Paracuru (TA 02-1º Contr. e TA 19-2º Contr.)	1,5
CE	Elaboração de Estudos e Projetos Rodovias	1,5
CE	Sist. de Esgotamento Sanitário S. G. do Amarante	1,8
CE	Sist. de Esgotamento Sanitário do Pecém	1,7
CE	Sist. de esgotamento sanitário de Paracuru (TA 02-1º Contr. e TA 19-2º Contr.)	1,5
MA	Substituição da Rede Elétrica do Centro Histórico de São Luís	4,7
MA	Restauração do Solar Líliah Lisboa P/Implantação da	1,2
MA	Recuperação de ruas e calçadas (projeto de geometria das ruas)	2,0
AL	Despoluição do Vale do Reginaldo/Salgadinho (Contrapartida)	12,0
AL	Enterramento da Rede Elétrica e de Telefonia da Rua	1,0
AL	Implantação da Rodovia MAC 204	1,4
AL	Sist. Viário de Jaraguá	6,
AL	SMCU - Cadastro Técnico	5,5
PB	Abastecimento D'Água Complexo Cabo Branco	1,3
PB	Esgotamento Sanitário Bairro do Bessa	13,9
PB	Rodovia PB 08-Trecho Cabo Branco/Jacumã	6,3
PB	Esgotamento Sanitário Complexo Cabo Branco	1,8
PB	Esgotamento Sanitário do Bairro de Intermares - Cabedelo - PB	1,2
PB	Rodovia PB 08 - Trecho Jacumã - Tambaba	1,3
PE	Estacionamento de Aeronaves do Aeroporto Internacional dos Guararapes	3,2
PE	Reforma do espaço cultural	7,8
PE	Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio Formoso	1,8
PE	Entr. PE-060/Praia dos Carneiros(Via de Penetração Sul)	2,9
PE	Via Litorânea dos Carnerios	1,6
RN	Aeroporto Augusto Severo	11,6
RN	Pavimentação e Sinalização de Vias de Ponta Negra	1,1
RN	Sistema de Esgotamento Sanitário e Drenagem Pluvial de Ponta Negra	5,1
RN	Urbanização da Praia de Ponta Negra	1,1
SE	Revitalização do Centro Histórico de Aracaju	2,3
SE	Rodovia SE-214-Trecho: BR-101/Cauêira	2,6
SE	Sistema de Esgotamento Sanitário Atalaia Velha -	9,1

	Sul		
SE	Mercado Municipal de Aracaju	2,4	
SE	Rodovia SE-100 Linha Verde (Porto/Pirambu)	7,9	

Posição: dezembro/99

- Gerados 1.119.215 empregos diretos
- Gerados 1.448.277 empregos indiretos
- Beneficiados 647 mil habitantes com serviço de esgotamento sanitário e abastecimento d'água
- Implantado/Melhorado 642 km de rodovias
- Recuperados 287.492,7 m² de patrimônio histórico
- Preservados 44.024,4 ha de meio ambiente
- Estruturados/Capacitados 74 órgãos do Governo
- O programa contempla a ampliação/modernização de 08 aeroportos. Destes, 07 já estão concluídos, e 01 em fase de conclusão, o Aeroporto Dep. Luís Eduardo Magalhães, em Salvador.



EMENDA Nº 2 – PLEN

Acrescente-se o seguinte art. 4º ao Projeto de Resolução nº 5, de 2002, renumerando-se o artigo posterior.

“Art. 4º Dos recursos alocados no Prodetur/NE II, em face desta autorização, pelo menos 50% (cinquenta por cento) deverão ser distribuídos igualitariamente entre todos os estados que integram o Plano do Desenvolvimento do Nordeste, conforme art. 2º da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001.”

Justificação

No momento em que vem a apreciação desta Casa o pedido de autorização para a operação de crédito, e concessão de garantia da União para essa operação, destinada a financiar a segunda etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Região Nordeste, é indispensável fazer uma análise prática do referido programa, a fim de verificar a distribuição dos recursos alocados em face de sua principal fonte de financiamento e se este programa está vocacionado a alcançar o seu objetivo primordial, qual seja, representar estímulo ao investimento com vistas à redução das desigualdades regionais.

Para tanto, desenvolvi uma pesquisa no “site” do BNB/Prodetur de onde extraí os dados que, anexados a esta emenda, integra-a como elemento informativo.

Preliminarmente, necessário se faz lembrar que por força da Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, os municípios do Estado do Espírito Santo e municípios de Minas Gerais passaram a integrar a área de atuação da Sudene, ou seja, por similitude de condições climáticas, de relevo e vegetação e principalmente por indicadores socioeconômicos, são considerados como integrantes da região nordeste.

Esta realidade está, hoje, consolidada e ampliada conforme se verifica do art. 2º da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, que “cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, extinguindo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.”, já que estendeu-se aquele enquadramento para todo o Estado do Espírito Santo.

A primeira surpresa — negativa — ao visitar o referido site, foi a ausência do Estado do Espírito Santo na página de apresentação do Prodetur/NE. Minas lá está, mas somente como uma janela inerte, morta, já que nenhum projeto das Gerais foi contemplado.

É inquestionável a importância dos investimentos decorrentes desse programa para a redução das desigualdades regionais e melhoria das condições de

vida da população beneficiada de que são exemplos: a geração de 1.119.215 empregos diretos e outros 1.448.277 indiretos; a implantação de esgotamento sanitário e abastecimento de água beneficiando 647 mil habitantes; a implantação e melhoria de 642 Km de rodovias; e o fato de a sua performance ter induzido essa segunda etapa do programa, com aporte de mais US\$480 milhões de dólares, sendo US\$240 milhões decorrente da operação que ora se analisa e outro tanto de contrapartida.

Não se pode perder de vista que estão entre os objetivos da Federação a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais — art. 30 III. Daí o porquê de ser inadmissível que a operação de crédito que contou com o aval da União, autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 71, de 1994,

não tenha contemplado os municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais incluídos na área de atuação da Sudene, hoje Adene, e de se encontrar tanta distorção na distribuição dos recursos, mesmo entre os estados nordestinos. Enquanto a maioria recebeu investimentos na casa dos 20 milhões de dólares, os dois hegemônicos receberam nas casas dos 80 milhões e de 130 milhões.

Alguns apressadamente poderão argumentar que a inclusão dos municípios do Espírito Santo e de Minas só se deu em julho de 1998 e por isso não teriam sido contemplados. Entretanto, ainda em 1998 poderia ter havido contratação. Por outro lado, exsurge com meridiana clareza a desigualdade da distribuição mesmo entre os estados nordestinos, não encontrando essa discriminação apoio no tempo. Antes, denota o poder político daqueles estados que mais recebem recursos.

Assim, para assegurar recursos mínimos a serem aplicados em cada um dos estados que compõem a Região Nordeste e mais os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, apresento esta emenda para estabelecer que do montante de recursos do Prodetur/NE II pelo menos 50% sejam aplicados mediante distribuição igualitária entre os estados da região nordeste, inclusive o Espírito Santo e Minas Gerais.

Observe-se que essa parcela não engessará a gestão dos recursos, vez que permitirá ao Banco do Nordeste analisar a viabilidade dos projetos apresentados e as diferenças entre os diversos estados que compõem a região, destinando discricionariamente o restante dos recursos, conforme a demanda.

Por essas razões, peço o apoio dos meus nobres pares no sentido da aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, – Paulo Hartung.

PÚBLICO-ALVO

Estados do Nordeste do Brasil e os municípios de capitais da região NE, desde que incluídos na Macro Estratégia Turística de cada Estado.

A QUE SE DESTINA

- 1)Reforçar o potencial turístico do Nordeste via priorização de ações que mantenham e expandam sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico regional;
- 2) Melhorar as condições de infra-estrutura básica e serviços públicos nas áreas atualmente em expansão turística; e
- 3)Gerar oportunidades de emprego e aumentar os níveis de renda e das receitas públicas via atração de investimentos privados complementares.

O QUE FINANCIÁ

Projetos prioritários de infra-estrutura em obras múltiplas, nos setores de saneamento, transportes, desenvolvimento institucional (capacitação, modernização tecnológica, reorganização dos Órgãos estaduais e municipais responsáveis pelo programa na localidade), administração de resíduos sólidos, recuperação e preservação ambiental, preservação do patrimônio histórico e aeroportos.

FONTE

Banco do Nordeste do Brasil com recursos repassados pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONTRATO BID/BANCO DO NORDESTE	DATA FINAL PARA COMPROMETIMENTO DOS RECURSOS (US\$400 MILHÕES)	LIMITE VENCTO. DAS OPERAÇÕES
12.12.1994	31.12.1998	12.12.2017

PRAZO

25 anos.

GARANTIAS

Cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

Reforçar o potencial turístico do Nordeste via priorização de ações que mantenham e expandam sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico regional.

Melhorar as condições de infra-estrutura básica e serviços públicos para a população de baixa renda nas áreas atualmente em expansão turística.

Gerar oportunidades de emprego e aumentar os níveis de renda e das receitas públicas via atração de investimentos privados complementares.



Num horizonte que vai até o ano 2.002, e em função dos recursos que serão alocados pelo Governo Estadual e pelos agentes econômicos do setor privado, espera-se que sejam alcançadas as seguintes metas:

Posição: DEZEMBRO /1999

Descrição	Unid. medida	Globais	Realizadas	% Exec.
Empregos diretos	unid.	1.687.000	1.119.215	66,3
Empregos indiretos	unid.	2.183.000	1.448.277	66,3
Serviços de esgotamento sanitário e abastecimento d'água	mil hab.	809,1	647,0	80,0
Implantação/melhoria de rodovias	km	647,4	642,1	99,2
Recuperação de patrimônio histórico	m ²	287.792,7	287.492,7	99,9
Preservação do meio ambiente	ha	47.679	44.024,4	92,3
Ampliação/modernização de 08 aeroportos	unid.	08	07	87,5
Estruturação/Capacitação de órgãos do Governo (Desenvolvimento Institucional)	unid. projeto	172,0	74,0	43,0

I - Informações Básicas

O PRODETUR/NE é um programa que reúne um conjunto de aproximadamente 450 projetos, mobilizando recursos da ordem de US\$ 800 milhões, dos quais US\$ 400 milhões são financiados pelo Banco do Nordeste, com repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Do montante de recursos previstos no Programa, US\$ 220 milhões são para a construção, ampliação e modernização de aeroportos, e o restante para financiar a realização de obras múltiplas - saneamento, transportes, preservação e proteção ambiental, recuperação do patrimônio histórico e administração dos resíduos sólidos -, bem como para promover o desenvolvimento institucional dos governos estaduais e municipais responsáveis pelo planejamento e gestão da atividade turística na região.

O Programa possui uma característica fundamental, que é possibilitar o aproveitamento do potencial turístico no Nordeste de forma planejada e sistêmica, diferenciando-se de um mero programa de obras e de uma simples linha de crédito à disposição dos governos.

Os recursos do Programa são assegurados pelo contrato de empréstimo - 841/OC-BR - firmado em 12 de dezembro de 1994, entre o BID e o Banco do Nordeste.

Conforme disposto no contrato, o Banco do Nordeste financia US\$ 400 milhões, ao passo que os Estados e os Municípios de Capitais participam com uma contrapartida mínima de 40%, no caso de obras múltiplas e desenvolvimento institucional. Quanto aos aeroportos o financiamento é de 50%, e os demais 50% são assumidos pela União

QUADRO GERAL DE RECURSOS

31/12/99 US\$ / MIL

Estados	MA	PI	CE	RN	PB	PE	MMC (**)	SE	BA
Contrato	26,8	8,9	81,9	22,5	20,7	25,8	22,4	32,7	130,0
Valores Aplic. (*)	12,2	1,5	129,1	29,4	8,6	26,8	39,3	42,0	160,5

(*) Recursos de financiamento + contrapartida

(**) Município de Maceió
(AL)

II - Situação Atual

O Programa conta com 259 projetos, entre concluídos e em execução, envolvendo investimentos superiores a US\$ 570 milhões, com US\$ 459,8 milhões já realizados (financiamento e contrapartida). A previsão é de que, até junho/2000, todos os projetos estejam iniciados, entre concluídos e em execução, comprometendo um volume mínimo de US\$ 670 milhões. Os resultados acumulados apresentam: expansão/modernização de 08

aeroportos (07 já concluídos e 01 em fase de execução); 642 km de rodovias, contemplando atracadouros e terminais hidroviários; 647 mil habitantes beneficiados com saneamento básico; preservação e proteção de 44.024 ha de meio ambiente; recuperação de 287.493 m² de patrimônio histórico; e estruturação/capacitação de 74 órgãos do governo. Destaque-se que essas obras beneficiam 100 municípios da Região, com cerca de 2,3 milhões de oportunidades de ocupação direta/indireta, aqui considerada a expectativa de investimentos privados, projetada em torno de US\$ 10,9 bilhões.

III - Avanços:

PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TURISMO

Ampliar o mercado turístico do destino Nordeste, por meio de produtos e serviços de padrão internacional.

Resultados Esperados:

- Incremento de divisas para o País, via elevação do número do receptivo internacional;
- Aumento da arrecadação tributária regional;
- Fortalecimento da cadeia produtiva do turismo;
- Construção do destino Nordeste, pela delimitação de corredores turísticos, conexos e estratégicos, com sua consequente inserção competitiva nos mercados turísticos nacional e internacional;

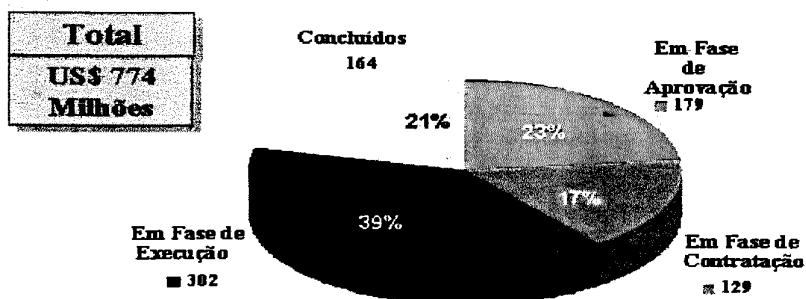
Principais Atividades:

- Instalação dos Conselhos de Turismo dos Pólos;
- Identificação dos principais fatores restritivos à consolidação do destino turístico Nordeste e articulação com todos os agentes envolvidos com o planejamento e gestão da atividade turística, buscando a implementação de soluções;
- Integração das diversas iniciativas em nível estadual, buscando formatar o produto turístico Nordeste;
- Discussão e definição dos corredores turísticos do Nordeste, referenciados pelas macro-estratégias turísticas dos Estados e pela política nacional de turismo;
- Incorporação do produto turístico Nordeste ao produto turístico Brasil.

O PRODETUR/NE já contabiliza, em dezembro/99, 259 projetos, entre concluídos e em execução, cujos investimentos somam US\$ 570,0 milhões. Os projetos apresentados pelos sub-mutuários, ao Banco do Nordeste, já superam US\$ 943,7 milhões, assegurando o comprometimento do valor total de US\$ 670,0 milhões, previsto para esse primeiro Programa. É importante destacar, ainda, que, até junho/2000, todos os projetos estarão iniciados, dentre concluídos e em execução.

A boa performance verificada já está induzindo os atuais parceiros para discutir a operacionalização do PRODETUR/NE II, nova etapa do programa, com aporte de mais US\$ 800,0 milhões (incluídos US\$ 400,0 de financiamento e US\$ 400,0 de contrapartida), também financiados pelo Banco do Nordeste, com repasse de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Projetos Apresentados



Posição: set/98

Principais projetos concluídos e em execução

Dezembro/99

UF	NOME DO PROJETO (Concluídos)	US\$ milhões INVESTIMENTO TOTAL
BA	Abastecimento de água em Arraial D'Ajuda	5,3
BA	Abastecimento de água em Água Porto Seguro – setor A	4,3
BA	Aeroporto de Lençóis	8,5
BA	Aeroporto Porto Seguro	5,7
BA	Rod.Sta.Cruz Cabralia/Belmonte	8,7
BA	Rodovia BA-001 - Ilhéus/Serra Grande (trecho 1)	9,2
BA	Rodovia BA-001 - Serra Grande/Itacaré (trecho2)	6,2
CE	Rodovia Costa Solpoente	23,9

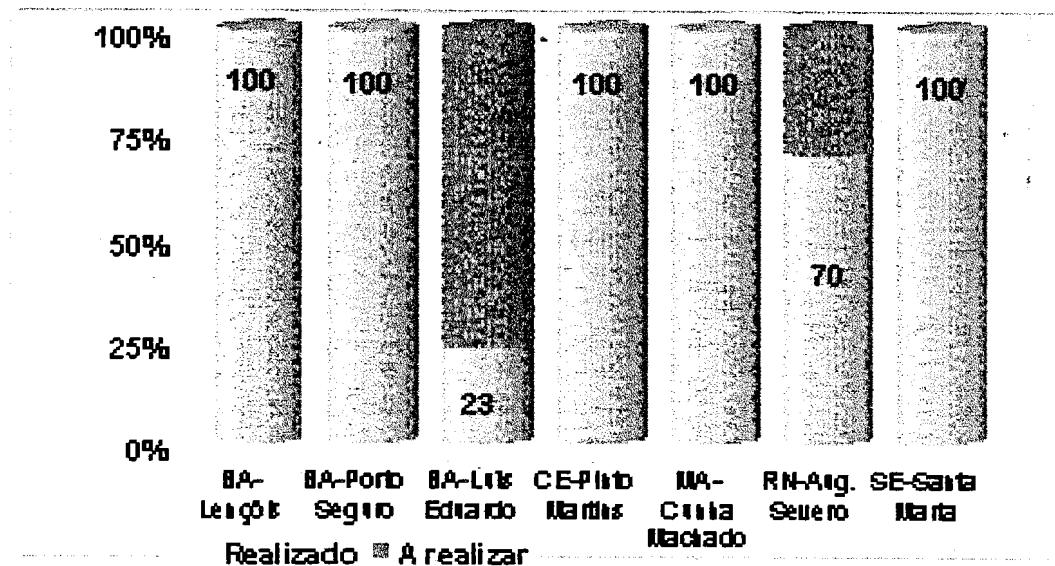
CE	Aeroporto Pinto Martins	58,6
CE	Sist. de abast. de água e Sist. de esgotamento sanitário de Paraipaba	1,4
MA	Aeroporto de São Luiz	7,2
AL	Sist. Viário do Jaraguá (Pontes: Duque de Caxias e Humberto Mendes)	1,1
AL	Recapareamento da Av. Assis Chateaubriand	1,7
AL	Recuperação de Praças e Passeios do Jaraguá	1,3
AL	Restauração do Prédio da Associação Comercial de Maceió	2,5
PE	Via Litorânea Guadalupe/Acessos(Sistema Viário de Guadalupe)	4,1
RN	Parque das Dunas	1,4
RN	Rodovia RN-063 Trecho Barra de Tabatinga / Barreta	1,3
SE	Aeroporto Santa Maria	7,6
SE	Abast. Água Atalaia Velha/Mosqueiro	7,8
SE	Sistema Ibura II	4,4

UFFF	NOME DO PROJETO(Em Fase de Conclusão)	US\$ milhões INVESTIMENTO TOTAL
BA	Abastecimento de Água de Porto Seguro - Setor B e C	5,9
BA	Aeroporto Luis Eduardo Magalhães	117,4
BA	APAS de Serra Grande/Itacaré e Lagoa Encantada	5,4
BA	Basilica de N. Sr. J do Bonfim	1,5
BA	Drenagem e Pavimentação de Porto Seguro	4,3
BA	Sist. de esgotamento sanitário em Arraial D'Ajuda	3,6
BA	Sist. de esgotamento sanitário em Belmonte	3,2
BA	Sist. de esgotamento sanitário em Cabralia	3,5
BA	Sist. de esgotamento sanitário em Porto Seguro - Setor A	7,9
BA	Sist. de esgotamento sanitário em Porto Seguro - Setor B e C	11,2
BA	Quarteirão Cultural	6,9
BA	Rodovia Porto Seguro/Trancoso	26,9
BA	Drenagem e Pavimentação A-Fogo/Arraial	1,2
BA	Recup. Patrimônio Histórico P. Seguro/ Trancoso	1,7
BA	Sede do IPAC - Pelourinho 6ª etapa	1,2
BA	Sist. de Esgotamento Sanitário em Coroa Vermelha	1,5

BA	Sist. de Esgotamento Sanitário em Praia do Forte	1,7
BA	Sist. de Esgotamento Sanitário em Trancoso	1,4
CE	Sist. de abastecimento d`água de Paracuru (TA 02-1º Contr. e TA 19-2º Contr.)	1,5
CE	Elaboração de Estudos e Projetos Rodovias	1,5
CE	Sist. de Esgotamento Sanitário S. G. do Amarante	1,8
CE	Sist. de Esgotamento Sanitário do Pecém	1,7
CE	Sist. de esgotamento sanitário de Paracuru (TA 02-1º Contr. e TA 19-2º Contr.)	1,5
MA	Substituição da Rede Elétrica do Centro Histórico de São Luís	4,7
MA	Restauração do Solar Líliah Lisboa P/Implantação da	1,2
MA	Recuperação de ruas e calçadas (projeto de geometria das ruas)	2,0
AL	Despoluição do Vale do Reginaldo/Salgadinho (Contrapartida)	12,0
AL	Enterramento da Rede Elétrica e de Telefonia da Rua	1,0
AL	Implantação da Rodovia MAC 204	1,4
AL	Sist. Viário de Jaraguá	6,
AL	SMCU - Cadastro Técnico	5,5
PB	Abastecimento D'Água Complexo Cabo Branco	1,3
PB	Esgotamento Sanitário Bairro do Bessa	13,9
PB	Rodovia PB 08-Trecho Cabo Branco/Jacumã	6,3
PB	Esgotamento Sanitário Complexo Cabo Branco	1,8
PB	Esgotamento Sanitário do Bairro de Intermares - Cabedelo - PB	1,2
PB	Rodovia PB 08 - Trecho Jacumã - Tambaba	1,3
PE	Estacionamento de Aeronaves do Aeroporto Internacional dos Guararapes	3,2
PE	Reforma do espaço cultural	7,8
PE	Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio Formoso	1,8
PE	Entr. PE-060/Praia dos Carneiros(Via de Penetração Sul)	2,9
PE	Via Litorânea dos Carnerios	1,6
RN	Aeroporto Augusto Severo	11,6
RN	Pavimentação e Sinalização de Vias de Ponta Negra	1,1
RN	Sistema de Esgotamento Sanitário e Drenagem Pluvial de Ponta Negra	5,1
RN	Urbanização da Praia de Ponta Negra	1,1
SE	Revitalização do Centro Histórico de Aracaju	2,3
SE	Rodovia SE-214-Trecho: BR-101/Cauêira	2,6
SE	Sistema de Esgotamento Sanitário Atalaia Velha - Sul	9,1
SE	Mercado Municipal de Aracaju	2,4
SE	Rodovia SE-100 Linha Verde (Porto/Pirambu)	7,9

Posição: dezembro/99

- Gerados 1.119.215 empregos diretos
- Gerados 1.448.277 empregos indiretos
- Beneficiados 647 mil habitantes com serviço de esgotamento sanitário e abastecimento d'água
- Implantado/Melhorado 642 km de rodovias
- Recuperados 287.492,7 m² de patrimônio histórico
- Preservados 44.024,4 ha de meio ambiente
- Estruturados/Capacitados 74 órgãos do Governo
- O programa contempla a ampliação/modernização de 08 aeroportos. Destes, 07 já estão concluídos, e 01 em fase de conclusão, o Aeroporto Dep. Luís Eduardo Magalhães, em Salvador.



O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência recebeu o Ofício nº S/9, de 2002 (nº 392/02, na origem), da Câmara Municipal de Mauá (SP), encaminhando exemplar do Requerimento nº 362, de 2002, aprovado naquela Casa no último dia 5, através do qual solicita instauração de Sindicância para apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Saúde, notadamente no Hospital de Clínicas Dr. Nardini, daquele Município.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pediu para falar pela ordem o Senador Artur da Távola, a quem concedo a palavra.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Mesa já anunciou a convocação de uma sessão hoje, às 19:30h, ocasião em que, segundo um entendimento propiciado pela sábia ação de V. Ex^a, hoje pela manhã, uma vez votada a questão da CPMF na Câmara dos Deputados e encaminhada aqui para nós, estaremos em plena condição de suspender a obstrução e desanuviar a pauta dos nossos trabalhos, razão pela qual ainda, e talvez pela última vez, consideramo-nos em obstrução, solicitando a V. Ex^a que, constatada a falta de **quorum**, suspenda a Ordem do Dia, estando todos a postos para atender ao que V. Ex^a pretende – como sempre movido pelo mais alto espírito público –, de à noite votarmos todas as matérias que estão na pauta da sessão extraordinária marcada para às 19h30.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Artur da Távola, conforme a nossa reunião e a própria decisão que já foi lida, realmente a Ordem do Dia está suspensa. E espero que haja oportunidade para essa reunião das 19h30, porque entendo, como todo o Senado, imprescindível a continuidade dos trabalhos, a fim de que eles não se acumulem, pois há matérias importantes para serem debatidas.

Agradeço a V. Ex^a.

É a seguinte a Ordem do Dia cuja apreciação fica adiada:

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 9, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 9, de 2001, que dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Confúcio Moura, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2002, incorporando as Emendas nºs 12 e 28, e contrário às Emendas nºs 1 a 11, 13 a 27.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 14 do corrente, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução declarada.

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 11, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 11, de 2001, que cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2002 e contrário às Emendas de nºs 1 a 15, apresentadas perante à Comissão.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 12, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 12, de 2001, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de oitenta e seis milhões de reais, para os fins que especifica, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, em substituição à Comissão Mista e contrário às Emendas nºs 1 a 10, apresentadas perante a Comissão.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 4 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 13, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 13, de 2001, que cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Rubem Medina, em substituição à Comissão Mista.

(Lida no dia 15 de março último, a matéria passa a obstruir imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que ultime sua votação, cujo prazo acha-se esgotado desde o dia 14 de março).

– 5 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2001
 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2001 (nº 5.526/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que, altera o art. 98 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, tendo

Parecer favorável, sob nº 61, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 6 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2002

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 28, de 2002 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 58, de 2002, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 7 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2002

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2002 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 59, de 2002, Relator: Senador Romero Jucá, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a União a conceder garantia à operação de

crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o “Japan Bank for International Cooperation – JBIC”, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 8 –

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 20, de 2002, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos se encontra esgotado.

Votação adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 9 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 271, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2000 (nº 548/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Radio-clube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 2, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 10 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 320, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2001 (nº 768/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Paz e Bem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 5, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 11 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 398, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2001 (nº 740/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Transcontinental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 46, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 12 –

**PARECER Nº 76, DE 2002
(Escolha de autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 76, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 4, de 2002 (nº 1.441/2001, na origem), Relator: Senador Romeu Tuma, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Felipe Sampaio de Lacerda Junior.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 13 –

**PARECER Nº 77, DE 2002
(Escolha de autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 77, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 71, de 2002 (nº 73/2002, na origem), Relator: Senador Romero Jucá, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Doutor Renato de Lacerda Paiva, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Vitalício, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista e decorrente da aposentadoria do Ministro José Luiz Vasconcelos.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 14 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 99, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2001 (nº 3.395/2000, na Casa de origem), que autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 15 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária), tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 16 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, que tramitam em conjunto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 17 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 14, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, que tramitam em conjunto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 18 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 379, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2001 (nº 940/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sentinela do Alegrete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 8, de 2002, da Comissão de Educação, Relatoria: Senadora Emilia Fernandes.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 19 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 387, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2001 (nº 718/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Positiva

FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 10, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 20 -

REQUERIMENTO Nº 754, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 754, de 2001, do Senador Antero Paes de Barros, solicitando, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2001, de sua autoria, cujo prazo se encontra esgotado.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 21 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 27, DE 2001**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 22 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº 3.961/97, na Casa de origem), que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 33, de 2002, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sebastião Rocha, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 23 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2001 (nº 1.477/99, na Casa de origem).

gem), que dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.490, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 24 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e pela Medida Provisória nº 2.193, de 23 de agosto de 2001. (Lei Pelé).

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 25 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 371, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2001 (nº 963/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à TV São José do Rio Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.420, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 26 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 389, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2001 (nº 871/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Uatumã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, tendo

Parecer favorável, sob nº 11, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 27 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 396, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2001 (nº 943/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 13, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 28 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 399, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2001 (nº 741/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Imembuí S.. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 47, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emília Fernandes, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 29 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 401, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2001 (nº 798/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cooperhabic para a Educação e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 15, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Emília Fernandes.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 30 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 404, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2001 (nº 1.022/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 16, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 31 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 416, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2001 (nº 1.035/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 92, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sebastião Rocha, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 32 –

REQUERIMENTO Nº 688, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 688, de 2001, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1997, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

Votação adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 75, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro à Vossa Excelência a aprovação de um voto de aplauso à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pela realização no dia 15 do corrente da eleição para a escolha do Reitor em clima de grande interesse e comparecimento, com o resultado que consagra o Professor Carlos Lessa como indicado por 85% (oitenta e cinco por cento) dos votos e mais de 90% (noventa por cento) dos docentes daquela Universidade.

Justificação

A eleição objeto do voto de aplauso requerido refletiu o grande anseio da Universidade em restaurar um clima de união de esforços capaz de recuperar a motivação da comunidade acadêmica e manter elevado o nível de produção e o prestígio da UFRJ.

Carlos Lessa, não só é decano no corpo docente da Universidade mas é professor reconhecido como símbolo de ética desfrutando de grande prestígio no país e no exterior pelo seu brilhantismo e pela sua capacidade de liderança.

A eleição referida constituiu um fenômeno de grande significado e relevância para a vida daquela que é o maior e mais tradicional das nossas Universidades Federais, com repercussão de regozijo na sociedade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – **Geraldo Cândido – Roberto Saturnino – Artur da Távola.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 76, DE 2002

Requeiro, nos termos do art. 70 e do art. 71, VII, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Tribunal de Contas da União as seguintes informações:

1) sobre auditorias e inspeções realizadas pelo TCU em obras no Estado de Goiás, a partir de 1998:

- a) números dos processos;
- b) relatores dos processos;
- c) pareceres das unidades técnicas;
- d) decisões do Plenário.

2) cópia integral do TC 008.044/1999-6, contendo todos os pareceres e manifestações;

3) sobre processos em que constem as construtoras Caiapó e Guimarães Castro:

- a) números dos processos;
- b) relatores dos processos;
- c) pareceres das unidades técnicas;
- d) decisões do plenário.

4) cópia integral do processo relacionado à Fundação Pró-Educar visando à instalação de computadores em penitenciárias;

5) que os Ministros do TCU informem se têm conhecimento de parentes seus ou de que funcionários do órgão trabalhem ou prestem assessoria a escritórios de advocacia que defendem pessoas investigadas pelo TCU.

Justificação

Em informações obtidas a partir da imprensa (revista **Época** e **Folha de S.Paulo** entre outros – conforme anexo) têm surgido várias denúncias relacionadas ao Tribunal de Contas da União no que diz respeito ao não cumprimento de suas funções constitucionais.

Assim, faz-se necessário que as informações por mim solicitadas sejam remetidas o mais rapidamente possível a fim de que possamos avaliar a veracidade ou não das matérias, a partir de uma análise a ser feita pela Consultoria do Senado Federal.

Esta Casa, responsável última pelo Controle Externo e pela moralidade na Administração Pública não pode se omitir quando do surgimento de denúncias de tais fatos.

Dentro deste contexto, faz-se necessário que o Tribunal de Contas da União preste, com urgência, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – **Roberio Requião.**

ANEXOS DO REQUERIMENTO

Julgamento do TCU em sessão do plenário de 22/8/2001

TC 008.044/1999-6 - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) – 12º Distrito Rodoviário Federal
Ministro-Relator: Walton Rodrigues

Ementa: Representação de equipe de auditoria. DNER. Contorno Noroeste de Goiânia/GO. Graves indícios de superfaturamento de preços, referentes à terraplenagem e pavimentação. Fixação de prazo para pronunciamento (Decisão 387/99-Plenário). Justificativas não acolhidas. Comprovação do sobrepreço, decorrente de falhas no projeto básico. Multa. Determinação de correções das irregularidades, por ocasião da elaboração do projeto executivo, com suspensão dos pagamentos, até que se promovam todas as correções necessárias (Acórdão 139/99-Plenário e Decisão 517/99-Plenário). Inspeção destinada ao exame do projeto executivo. Correção parcial das irregularidades, permanecendo distorções em preços unitários. Manutenção da suspensão de todos os pagamentos até que sanadas as irregularidades. Obra de relevante interesse da coletividade. Fixação de novo prazo para recomposição de custos, adequação de preços, revisão de quantitativos e renegociação com a contratada (Decisão 931/2000-Plenário). Atendimento parcial. Exigüidade de tempo para o cumprimento integral das determinações. Concessão de novo e peremptório prazo, em caráter excepcional, sob pena de multa, inabilitação para exercício de cargo e adoção de medidas com vistas à sustação do contrato (Decisão 1.111/2000 – Plenário). Cumprimento das providências determinadas. Preços unitários para os serviços de Base, Terraplenagem e CBUQ agora compatíveis com o projeto executivo, pelas condições do local da obra e pelos estudos realizados pela autarquia. Inexistência de sobrepreço. Aperfeiçoamento da obra e redução de 7,51% do custo total anteriormente previsto. Possibilidade de prosseguimento. Determinações ao DNER. Inclusão do contorno no plano especial de auditoria de obras do Tribunal. Encaminhamento de cópia à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional e ao Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Apensamento às contas do DNER.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

INVESTIGAÇÃO

Obra teria tido ajuda

Ex-sócio acusa ministro do TCU de favorecimento

**LUCIO VAZ
DENISE MADUEÑO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O Ministério Público Federal abriu inquérito para apurar possível favorecimento de empreiteiras ao ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Iram Saraiva na construção da faculdade Sul-Americana, de propriedade de sua família, em Goiânia.

O procurador Hélio Telho, que cuida do inquérito, vai investigar se a empreiteira ajudou o ministro a construir a faculdade. Se isso for confirmado, estará caracterizada improbidade administrativa, delito previsto na lei 8.429/92. A acusação foi feita por Paulo Gonçalves de Castro, ex-sócio de Iram Saraiva na faculdade, que afirma que a empreiteira Caiapó fez serviços a preços subfaturados na terraplanagem e pavimentação do pátio da instituição. Castro prestou depoimento de sete horas ao procurador, em 4 de julho. Em decisão de 1999, com a presença de Iram Saraiva, o TCU apontou "índicio forte de superfaturamento" no Contorno Noroeste de Goiânia, obra tocada pela empreiteira Caiapó. O custo da pavimentação atingiu superfaturamento de 136%.

O corpo técnico do tribunal recomendou a anulação do contrato. Mas o plenário do TCU seguiu o voto do relator, Walton Rodrigues, que propôs a continuidade da obra para "preservar o evidente interesse público das populações abrangidas". O TCU mandou rever os valores do contrato. Castro diz que uma outra empreiteira, a Castelo, foi contratada para o serviço de terraplanagem na faculdade.

com 23 mil m², pelo valor simbólico de R\$ 32 mil. A Castelo acabou transferindo a obra, por subempreitada, para a Caiapó no mesmo dia.

Para tentar mostrar que a obra na faculdade ficou subfaturada, o ex-sócio informou que um serviço de terraplanagem e pavimentação de 10,5 mil m² feito pelo DNER na avenida em frente à faculdade custou R\$ 600 mil. As máquinas enviadas pela Caiapó para a terraplanagem e a pavimentação na faculdade não tinham o logotipo da empresa. Segundo Castro, o ministro telefonou no início das obras para perguntar se as máquinas tinham adesivos da empresa colados.

Em carta enviada ao ministro Paulo Renato Souza (Educação), no dia 10, Castro faz mais uma denúncia. Disse que as terras adquiridas para a construção da faculdade, às margens da BR-153, custaram R\$ 720 mil. "Mas, por imposição do ministro, a escritura foi outorgada por R\$ 300 mil."

Castro afirmou que os sócios inicialmente eram ele e Saraiva. Posteriormente, o ministro teria imposto a participação de seu filho, o deputado estadual Iram Saraiva Júnior. A faculdade estaria registrada em nome da mulher do ministro, de duas filhas e da mulher do filho deputado.

Também disse que a empreiteira Guimarães Castro, que construiu o anexo do TCU em Brasília e explora seu restaurante, construiu até a segunda laje da faculdade.

[Texto Anterior: Deputado acusa Amazonino de "armação"](#)

[Próximo Texto: Outro lado: Gabinete não atende a pedido de entrevista](#)

[Índice](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

OUTRO LADO

Gabinete não atende a pedido de entrevista

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Folha telefonou para o gabinete do ministro do TCU Iram Saraiva e para os escritórios das empresas Caiapó e Guimarães Castro nos últimos dez dias. Assessores foram informados sobre o conteúdo da reportagem. Anteontem, a Folha voltou a insistir na tentativa de ouvi-los para manifestarem sua posição sobre o caso. Ninguém respondeu até as 19h de ontem.

Texto Anterior: Investigação: Ex-sócio acusa ministro do TCU de favorecimento

Próximo Texto: Governo no escuro: Gregori deixa Justiça e vai para Portugal
[Índice](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PAINEL DO LEITOR

Obras

"Fui citado na reportagem "Ex-sócio acusa empreiteiras de favorecimento a ministro do TCU" (Brasil, pág. A7, 28/7), dos jornalistas Lucio Vaz e Denise Madueño, como relator do processo do TCU que trata do "Contorno Noroeste de Goiânia". No quinto parágrafo, a reportagem diz que, "o corpo técnico do tribunal recomendou a anulação do contrato. Mas o plenário do TCU seguiu o voto do relator, Walton Rodrigues, que propôs a continuidade da obra "para preservar o evidente interesse público das populações abrangidas". O TCU mandou rever os valores do contrato". Para resguardar a veracidade das informações da Folha e, sobretudo, a integridade moral com que sempre exercei vários e relevantes cargos públicos, estou encaminhando, em anexo, todas as decisões tomadas pelo TCU com relação ao "Contorno Noroeste de Goiânia". Nelas se pode verificar que eu, na qualidade de relator do processo, acompanhado do plenário do TCU, determinei que fosse mantida a suspensão de todos os pagamentos referentes à obra, que, por isso, se encontra, desde então, inteiramente paralisada em razão dos problemas que apresentava -ainda não corrigidos. Como demonstram as decisões anexas, em nenhum momento eu autorizei -nem autorizaria- o prosseguimento das obras do contorno sem que fossem inteiramente corrigidas todas as irregularidades por mim claramente mencionadas nas decisões. E mais: não tem, o TCU, desde logo, competência para anular contrato. Quando é o caso, encinha-o ao Congresso Nacional, ao qual, segundo define a Constituição, compete a prática do ato. A forma como foi escrita a reportagem dá margem à idéia de que as obras estão em pleno andamento, o que é falso, já que tiveram sua continuidade interrompida por expressa e peremptória decisão do plenário do TCU, nada obstante o "evidente interesse público das populações abrangidas"."

Iram Saraiva trabalha pelos municípios

Antes mesmo de ser deputado estadual, o vereador Iram Saraiva Júnior já vem reivindicando e conseguindo muitas obras e recursos para os municípios goianos.

Em várias audiências pelos Municípios e órgãos públicos federais, Iram Saraiva Júnior busca verbas e programas capazes de fazerem frente às carências municipais.

Da mesma forma que procede em Brasília, Iram Saraiva Júnior carinhosamente pelos órgãos estaduais, acompanhando prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e líderes regionais, visando melhor atender as comunidades.

PÁGINA 2

Iris e Iram recebem prefeitos

Nos primeiros passos para a grande volta ao Palácio das Esmeraldas, Iris Rezende Machado, na residência de Iram Saraiva Júnior, concedeu audiência a treze prefeitos municipais, além de vice-prefeitos, vereadores e lideranças políticas.

Na ocasião, conversando individualmente com cada prefeito e comitiva, Iris Rezende agradeceu o apoio à sua candidatura a governador e reiterou a importância da eleição de Iram Saraiva Júnior a deputado estadual.

Compareceram os prefeitos Engeli Santos (Palmeiras de Goiás), Osmar Pires de Magalhães (Uruana), Max Rodrigues de Oliveira (Campestre), Antônio Gonçalves Ferreira (Petrolina de Goiás), Ildeste Barbosa Filho (Estrela do Norte), Ester Teixeira Silval (Nova Veneza), Luiz de Lima (Nova América), Braz Fratari Junqueira (Cezarina), Caíon Kleber Rodrigues da Silva (Itaguari), José Cosme de Freitas (Santo Antônio de Goiás), Roberto Paschoal Liegio (Carmo do Rio Verde), Adeir Joaquim Lourenço (Rio Quente) e Jerônimo Pereira Lopes (Jandaia). Esse encontro fortaleceu ainda mais a candidatura de Iram Saraiva Júnior a deputado estadual.

PÁGINAS 2/3

Realizando em Goiânia

Eleito vereador de Goiânia em 1996, com vinte e um anos de idade, Iram Saraiva Júnior, em apenas dezoito meses de mandato, apresentou 1643 requerimentos pedindo melhorias para os bairros, vilas, setores goianienses e conseguiu, com o governador Manoel Vilela, autorizações de obras

Tendo assumido o compromisso de trabalhar em consonância com os anseios populares, o vereador Iram Saraiva Júnior propôs 38 projetos de leis, além de muitos pronunciamentos em plenário e nas comissões técnicas, sempre defendendo teses que garantiam o exercício da ampla cidadania.

O interior goiano é grato ao jovem candidato a deputado estadual Iram Saraiva Júnior que reivindicou e conseguiu, para os municípios que o apoiaram, muitas obras e recursos.

Uruana, Petrolina, Itaguari, Estrela do Norte, Formoso, Nova Veneza e Nova Glória recebem asfaltamento em ruas, avenidas e bairros.

Através do programa "Lavoura Comunitária", tratores e implementos para os municípios: Estrela do Norte, Itaguari, Rio Quente, Formoso, Campestre, Jandaia, Nova Glória, Uruana, Palmeiras de Goiás e Nova América.

No programa "Meu lote, minha casa" do Estado de Goiás, 40 unidades para Campestre e 70 para Indiara. Jandaia foi agraciada com doações de dois veículos: um Opala e uma Brasília.

Em Pontalina um Centro de Múltiplo Uso acaba de ser construído e uma viatura para a polícia civil, graça aos esforços de Iram Saraiva Júnior. Palmeiras de Goiás recebeu: dez mil metros quadrados de asfalto no Setor Real, doação de um prédio que pertenceu a Receita Federal, máquinas para os serviços de aterro do novo campo das Cavaliadas, reativação do convênio com a Emater, negociação junto à prefeitura de Goiânia para aquisição de massa asfáltica para tapa-buracos e um automóvel Opala.

Múltiplo uso

O ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas atendeu pedido de Iram Saraiva e autorizou a construção de Centros de Múltiplo Uso nos municípios goianos: Campestre, Estrela do Norte, Cezarina, Nova América, Rio Quente, Uruana, Vila Boa, Santo Antônio de Goiás e Nova Veneza.

Outras melhorias

Em audiência com o governador Maguito Vilela, Iram Saraiva Júnior, representando o município de Carmo do Rio Verde, obteve a autorização para o programa "Luz na roça" e a iluminação e materiais para a construção das arquibancadas do Estádio Municipal. Para Nova Veneza, o autorizo da retomada das obras do Ginásio de Esportes. Finalmente, Aragarças ganhou a reforma do seu Ginásio de Esportes.

Ministro Iram Saraiva fala sobre o filho candidato a deputado

Aqui ando o desemprego é duro, diz Iram Saraiva Júnior, ministro da Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ele é um advogado que veio para Goiânia defender direitos e lutou desse lado, defendendo também a agricultura, que é mais importante. Ele é membro da União Municipal de Goiânia, presidente de um grupo novo, tentando mudar o cenário. Sócio certeiro que Iram querer ser deputado estadual, não muitas pessoas desejam.

A representatividade da sua categoria Iram Saraiva, e sua luta a favor, é igual para Saraiva Júnior, candidato a deputado federal que trabalhou por Goiás.

Fomentar para o campo

A agricultura e a pecuária goianas necessitam, urgente, de um programa Fomentar. O candidato a deputado estadual, Iram Saraiva Júnior, defende a tese de uma ampla integração entre o Banco do Estado de Goiás, Secretaria do Planejamento, Secretaria da Fazenda e Secretaria da Agricultura, desenvolvendo ações e programas para o incentivo aos produtores do campo.

Além de recursos para aquisições e custeiros, o Fomentar agropecuário, segundo Iram Saraiva Júnior, deverá conter meios orçamentários para o desenvolvimento da agroindústria.

Iram consegue obras

O vereador Iram Saraiva Junior apresentou e aprovou na Câmara Municipal de Goiânia, em nome da população de mais de quatrocentos bairros, requerimentos reivindicando creches, água tratada, esgoto, arreamento, asfalto, escolas, postos de saúde, locações de ônibus, quadras e quadras de esportes, redes e extensões de energia, urbanização de ruas, praças e canteiros, policiamento, infraestrutura urbana, passarelas, plantas de árvores, laira coberta, sinalizações etc.

Projetos

Os projetos apresentados pelo vereador Iram Saraiva Junior são voltados para o incentivo ao esporte, prevenção a AIDS, qualidade ambiental, estagiários para estudantes, espaço cultural, moralização pública, ações de saúde, dentre outros.

Obras

O governador Mauro Vilela, a pedido do vereador Iram Saraiva Junior, autorizou as construções de ginásios de esportes do jardim Curitiba e do Bairro Santo Hilário; rede de água e esgoto no Recanto das Minas Gerais, iluminação e gramado do campo de futebol society do jardim Balneário Meia Ponte, construção de arquibancadas, vestiários e iluminação do campo de futebol da Vila Mutirão; e a construção de uma escola de segundo grau nos Sítios Morada do Sol.

Violência Pública é preocupação

A segurança pública passa pelo combate às drogas, contrabando, violência no trânsito e criminalidade comum, segundo Iram Saraiva Junior, que pretende ser deputado estadual, ampliando a sua competência para atuar contra essas intricações. Como programa, defende polícia bem paga, melhor equipada e com recursos orçamentários reais e sem cortes.

Iram defende escolas

Sendo advogado e filho de professores, Iram sustenta a tese de uma filosofia educacional visando integrar a escola à comunidade. Em horário integral, o aluno terá fixação e revisão do ensino, alimentação, assistência à saúde, práticas esportivas e cul-

Interiorizar o emprego

O combate ao desemprego, clusivo com incentivos, para conforme Iram Saraiva Júnior, que as indústrias se instalem onde os produtos têm origem. Com isso, o interior goiano deixará de ser mero fornecedor de produtos extrativos a serem produzida no próprio município ou região. Criar meios, in-

DE: 1 a 7 de julho de 2001 - Ano: XXVI - No.: 1356 02/07/2001 17:17

Ex-sócio acusa ministro do TCU

O ministro do Tribunal de Contas da União, Iram Saraiva, e seu filho, o deputado estadual Iram Saraiva Júnior, do PMDB, estão sendo acusados por um ex-sócio de terem se beneficiado de favores de empreiteiras

OLOARES FERREIRA

O Ministério Público Federal vai instaurar inquérito para apurar possíveis irregularidades envolvendo empreiteiras e o ministro Iram Saraiva, do Tribunal de Contas da União (TCU), e seu filho, o deputado estadual Iram Saraiva Júnior, do PMDB. O procurador da República Hélio Telho Corrêa Filho vai investigar a suspeita levantada por um ex-sócio do ministro Iram Saraiva, o professor e engenheiro elétrico Paulo Gonçalves de Castro, de que uma empreiteira acusada de irregularidades pelo TCU trabalhou na construção da sede da Faculdade Sul-Americana. A referida faculdade — nome de fantasia da União Sul-Americana de Educação Ltda. — é de propriedade da família do ministro Iram Saraiva e está sendo alvo das denúncias do professor Paulo Gonçalves de Castro, 50 anos, depois que o professor foi excluído da sociedade.

Para o procurador Hélio Telho, caso se confirmarem as suspeitas de que a família do ministro Iram Saraiva teria construído a faculdade com a ajuda de empreiteiros, o caso se configura improbidade administrativa, crime previsto na Lei 8.429, de 2 de junho de 1992. "Servidor público não pode aceitar benefícios de empresas", afirma o procurador, acrescentando que esses benefícios podem ser caracterizados como "receber dinheiro, bem móvel ou imóvel ou mesmo vantagens econômicas e até presentes de quem tem interesse direto ou indireto em contratos com o poder público".

Nem o ministro nem o deputado aparecem como donos da Faculdade Sul-Americana. A faculdade foi registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em nome da mulher do ministro Iram Saraiva (Maria Aparecida Silveira Saraiva, 55 anos), de suas duas filhas (Milena Silveira Saraiva, 24 anos, e Glauce Silveira Saraiva, 28 anos) e da esposa do deputado Iram Saraiva Júnior (Karolyná de Freitas Santos Saraiva, 25 anos). O professor e engenheiro elétrico Paulo Gonçalves de Castro também aparecia como um dos proprietários da Faculdade Sul-Americana, até ser excluído da sociedade, por decisão dos demais sócios. Segundo ele, o verdadeiro dono da faculdade é o ministro Iram Saraiva.

"A esposa dele [ministro Iram Saraiva] é sócia de papel, e a Karolyná [mulher do deputado Iram Saraiva Júnior] nunca ajudou em nada", afirma Paulo Gonçalves. "As filhas do Iram só apareceram depois de tudo mastigado, quando eu fui excluído do negócio", sustenta. O contrato social da Faculdade Sul-Americana foi registrado na Junta Comercial em 26 de abril de 2000. Quase um ano depois, no dia 2 de abril último, foi feita a primeira alteração contratual no registro da empresa, quando Paulo Gonçalves foi excluído da sociedade. E pouco mais de um mês depois, em 7 de maio último, uma nova alteração contratual aumentou o capital social da faculdade de 45 mil para 345 mil reais.

Tudo isso poderia não passar de uma desavença privada entre empresários, sem maior interesse público. Todavia, de acordo com Paulo Gonçalves de Castro, os serviços de terraplanagem e pavimentação asfáltica da faculdade da família do ministro Iram Saraiva foram feitos pela Construtora Caiapó. Essa empreiteira, quando começou a trabalhar na obra da família do ministro do Tribunal de Contas da União, tinha acabado de se tornar alvo de sindicância do próprio tribunal para apurar suspeitas de superfaturamento na construção do anel viário de Goiânia.

De propriedade dos empresários Paulo Renato Paniago, José Rubens Paniago e Aires Santos Corrêa, a Construtora Caiapó também está envolvida no Caso Astro Gráfica, um conjunto de operações irregulares que, segundo o Ministério Público Federal, serviu para pagar as dívidas da campanha eleitoral do PMDB em 1994,

quando foram eleitos Maguito Vilela (governador) e Iris Rezende e Mauro Miranda (senadores). A pedido de Mário Vilela, então diretor do Dergo e primo dos Paniagos, a Construtora Caiapó doou 283 mil reais para quitar as dívidas de campanha do PMDB. A inspetoria do Banco Central constatou que esse dinheiro foi depositado na conta corrente da TV Serra Dourada, também envolvida nas operações irregulares.

Contrato de Fachada — Os serviços de terraplanagem e pavimentação asfáltica da Faculdade Sul-Americana tinham sido contratados, por Paulo Gonçalves de Castro, junto à Construtora Castelo, sediada em Anápolis, do engenheiro Álvaro Otávio Dantas Maia, irmão do atual chefe do DNER em Goiás, José Olímpio Maia. O contrato foi assinado no dia 14 de setembro de 2000 e, nesse mesmo dia, a Castelo subempreitou os serviços para a Construtora Caiapó, que, de acordo com Paulo Gonçalves, colocou sete máquinas pesadas na obra sem os logotipos da empresa ou com os logotipos encobertos, de tal forma que não ficasse caracterizada a propriedade das máquinas.

"O ministro [Iram Saraiva] me ligou perguntando se as máquinas estavam chegando e se nelas tinham adesivos colados. Achei estranho. Mas, apesar da tentativa de esconder o logotipo da Caiapó, ficaram os sinais da tinta e da cola do adesivo", relata Paulo Gonçalves. A Construtora Castelo foi contratada por 32 mil reais para executar os serviços na faculdade da família Saraiva, mas Paulo Gonçalves afirma que, apesar da data de 14 de setembro de 2000, o contrato só foi entregue na faculdade no dia 14 de março de 2001, quando começaram os questionamentos sobre as empresas que prestaram serviços na obra. Seria um contrato de fachada, segundo ele.

"Nunca participei de nenhum pagamento para a Caiapó e até hoje nunca me cobraram um centavo. Sei que, no dia 14 de março deste ano, o senhor Roberto Rolim, gerente da Caiapó, apareceu na obra, com um envelope amarelo, dizendo que ele deveria ser entregue para Celso Pinto Farias, pessoa de confiança do ministro. Abri o envelope e vi que era um contrato de subempreitada. Outras pessoas testemunharam tudo isso", afiança Paulo Gonçalves. Ele afirma que o contrato da faculdade com a Construtora Castelo foi um "contrato-tampão, apenas para poder encobrir a Caiapó", que, segundo ele, apesar de ser uma empresa grande, recolhia até lixo na obra e nunca teria cobrado nada.

O empreiteiro Álvaro Otávio Dantas Maia, dono da Castelo Construções e Administração de Obras Ltda., disse ao Jornal Opção que a Faculdade Sul-Americana pagou pelos serviços prestados por sua construtora, mas não quis revelar o valor. Ele conta que, entre outros serviços, fez terraplanagem e pavimentação asfáltica na obra. Sobre o fato de ter subempreitado a obra para a Caiapó, ele explica que isso foi motivado pela urgência dos serviços. A Construtora Castelo também recebeu do DNER 600 mil reais para fazer uma rua que passa em frente à Unip e à Faculdade Sul Americana, obra devidamente licitada segundo informações do DNER.

Já a Construtora Caiapó não deu sua versão sobre as acusações feitas pelo professor Paulo Gonçalves Duarte. Durante toda a semana, a reportagem do Jornal Opção tentou ouvir insistente mente o empreiteiro Paulo Renato Paniago, proprietário da Construtora Caiapó Ltda., mas apesar de ter sido procurado quase duas dezenas de vezes nos telefones 207**34 e 288**30, não houve retorno para o jornal. Em todas as ligações, a informação era a mesma — ele não estava ou não podia atendê-las.

Professor diz que foi "traído"

Professor de física há 30 anos da Escola Técnica Federal de Goiás (hoje Cesfet), o engenheiro elétrico Paulo Gonçalves de Castro, 50 anos, foi aluno do ministro Iram Saraiva em 1970, no Colégio Carlos Chagas. Iram Saraiva, hoje com 56 anos, faria uma bem-sucedida carreira política, elegendo-se vereador, deputado estadual, deputado federal e senador. Sempre pelo MDB e, depois, pelo PMDB. Em 1990, mudou-se temporariamente para o PDT e candidatou-se a governador, em franca oposição a Iris Rezende, então candidato do PMDB. Foi sua primeira derrota na carreira política.

Paulo Gonçalves de Castro reencontrou-se com seu antigo professor nessa época e o ajudou na campanha. Posteriormente, Iram Saraiva reconciliou-se com Iris Rezende, que possibilitou sua indicação para o Tribunal de Contas da União. Impedido de atuar politicamente, Iram Saraiva elegerá seu filho, Iram Saraiva Júnior, vereador em 1996. E, em 1998, Iram Saraiva Júnior foi eleito deputado estadual. Paulo Gonçalves de Castro

ajudou nas duas campanhas e, segundo ele, foi nessa época que surgiu a idéia de montar uma faculdade, idéia assumida pelo próprio ministro Iram Saraiva.

Várias escolas particulares foram procuradas para alugar o prédio para que a faculdade funcionasse no período noturno. "Procuramos os colégios Visão, Dinâmico, Alfa Beta e Delta, mas não conseguimos fechar negócio. Os proprietários do Delta e do Alfa Beta concordavam em alugar o prédio de suas escolas, desde que participassem da sociedade, mas o Iram Saraiva não quis", conta Paulo Gonçalves. Segundo ele, a faculdade teria apenas dois sócios — ele e o próprio Iram Saraiva, pai.

Como não deu certo a idéia de alugar um prédio, Iram Saraiva e Paulo Gonçalves decidiram construir a sede da faculdade. Vários terrenos foram visitados até que se decidiram por uma área de 60 mil metros quadrados, a Fazenda Botafogo, às margens da BR-153, próximo à Telegoiás, onde Paulo Gonçalves trabalhou cerca de 20 anos. Foi aí que, segundo ele, Iram Saraiva Júnior começou a participar do negócio. "Foi uma surpresa para mim a entrada dele. Estranhei a atitude do ministro que, sem me informar, inseriu o filho na sociedade", afirma Paulo Gonçalves, lembrando que foi convencido por Iram Saraiva a aceitar a participação de Iram Saraiva Júnior.

Capital Social — Originalmente, a Faculdade Sul-Americana foi registrada com um capital social de apenas 45 mil reais, dividido em 45 mil cotas de 1 real cada uma. Paulo Gonçalves de Castro e Karolyna de Freitas Santos Saraiva, a mulher de Iram Saraiva Júnior, eram os sócios majoritários, com cotas de 15 mil reais cada um. Maria Aparecida Silveira Saraiva, mulher do ministro Iram Saraiva, tinha 13 mil reais e as filhas do casal, Milena e Glauce Silveira Saraiva, tinham 1 mil reais cada uma. Com a exclusão de Paulo Gonçalves, sua cota de 15 mil reais passou para Maria Aparecida, que tornou-se sócia majoritária, com 28 mil reais em cotas.

Menos de um mês depois, a segunda alteração contratual aumentou o capital social da empresa, que passou a ser de 345 mil reais. Maria Aparecida continuou sendo sócia majoritária, com 214 mil reais. Karolyna passou a ter 115 mil reais. E as irmãs Milena e Glauce ficaram com pouco mais de 7 mil reais cada uma. Por intermédio do advogado Neiron Crivinel, Paulo Gonçalves de Castro entrou com um recurso na Junta Comercial do Estado de Goiás pedindo o cancelamento das alterações contratuais propostas pelos familiares do ministro Iram Saraiva. Ele alega que foi "traído" pelo ministro: "Fiz o papel de tolo durante todo esse tempo".

Para excluir Paulo Gonçalves da sociedade, a família Saraiva alegou que ele não integralizou suas cotas de capital no ato de assinatura do contrato e que, quando contactado pelos demais sócios, reagia de "forma agressiva". Suas ex-sócias o responsabilizam até mesmo de ter impedido a sociedade de se viabilizar, "atrasando, inclusive, o inicio de suas atividades". E afirmam que o sócio não possui qualquer direito, tanto por não ter integralizado suas cotas quanto pelo fato de a sociedade "não ter iniciado suas atividades, não possuindo nenhum patrimônio, nem resultados a serem apurados".

Cursos Aprovados — Paulo Gonçalves nega essas afirmações de suas ex-sócias na alteração contratual. Ele garante que entrou com os 15 mil reais em dinheiro quando a faculdade foi registrada na Junta Comercial e diz que trabalhou duro para montar a faculdade. De acordo com ele, oito cursos da Faculdade Sul Americana já foram aprovados pelo Ministério da Educação. São eles: direito, publicidade e propaganda, jornalismo, relações públicas, administração de empresas pública e privada, marketing e análise de sistemas. O primeiro vestibular deve ser realizado em julho e as aulas devem ter início em agosto.

No recurso que apresentou à Junta Comercial em sua defesa, Paulo Gonçalves alega que o que ocorreu foi uma discordância quanto aos métodos "nada ortodoxos, praticados pelas demais sócias, ou seja, esposa, filhas e nora do ministro do TCU, Iram de Almeida Saraiva, sob a supervisão direta deste, já que, de fato, sempre se comportou como sócio e gerenciador da sociedade e dos seus interesses". No recurso, o professor diz que Iram Saraiva tem um gênio "irascível" e que era ele próprio quem "coordenava e representava de fato os demais sócios".

Dizendo ter investido quase todas as suas economias no projeto, ele afirma que, além de trabalhar junto ao MEC para aprovação dos cursos, também acompanhou todas as obras da faculdade. De acordo com Paulo Gonçalves, depois da aprovação dos cursos, a sociedade passou a ter um valor "extremamente vultoso", que

ele estima em 3 milhões de reais. Daí, segundo ele, o interesse de suas sócias em excluí-lo. No recurso que apresentou à Junta Comercial, Paulo Gonçalves quer que seja feito um balanço da sociedade para que seja apurada a parte em consequência de sua exclusão.

Entretanto, ao menos em parte as ex-sócioas de Paulo Gonçalves de Castro parecem lhe dar razão. No próprio texto da alteração contratual em que o excluem da sociedade, datada de 2 de abril de 2001, elas se contradizem. No parágrafo primeiro da primeira cláusula do documento afirmam que "o sócio não possui qualquer direito", entre outras coisas "pelo fato de a sociedade ainda não ter iniciado suas atividades". Duas páginas depois, na cláusula quarta admitem: "O prazo da duração da sociedade é por tempo indeterminado. As suas atividades tiveram início no dia 1º de fevereiro de 2001". Essa cláusula será repetida ipsis literis na segunda alteração contratual em que aumentam o capital social da empresa. (Oloares Ferreira)

A perplexidade do sócio

Antes mesmo de ser excluído da sociedade com a família Saraiva, o professor Paulo Gonçalves de Castro já vinha preparando sua saída da Faculdade Sul-Americana desde o final do ano passado. "Tive a intenção de sair quando vi as falcatruas feitas pela Construtora Guimarães, mas fui bronqueado pelo ministro. Em janeiro tentei novamente vender minha parte, mas o Irmão Saraiva [deputado Iram Saraiva] propôs me pagar apenas o que tinha gasto na obra e, mesmo assim, de forma parcelada. Queriam provocar uma dissolução como se eu não tivesse dado conta de pagar a minha parte na sociedade. Mas paguei minha parte no terreno e ajudei a pagar todas as despesas durante a construção da faculdade", alega Paulo Gonçalves.

Ele diz que começou a ser "enganado" pelo ministro Iram Saraiva quando as obras do prédio da faculdade começaram. Segundo ele, "fatos estranhos", que o deixavam perplexo, começaram a acontecer no processo de construção da obra. "Vi material elétrico sendo entregue num caminhão baú sem nota fiscal. E o motorista do caminhão me contou que não sabia de onde tinha vindo todo o material. Disse que um caminhoneiro entregou a ele na rodovia", relata.

Na época, diz ter feito uma visita a Iram Saraiva no Tribunal de Contas da União: "Saimos para almoçar numa casa e percebi que estava dentro do canteiro de obras da Construtora Guimarães e que havia gente dela no almoço. Ela tinha construído o anexo do tribunal. Pessoas ligadas a essa construtora tentaram levar o projeto da obra para técnicos de Brasília, para ser feito de graça. Fui contra. Dias depois, Iram Saraiva Júnior me disse que seu pai, Iram Saraiva, já tinha acertado com a Guimarães para construir a faculdade. Achei estranho, porque eu, apesar de sócio, não tinha sido consultado".

Paulo Gonçalves diz que tudo foi encaminhado para que a Construtora Guimarães pegasse a obra, apesar de sua resistência. Pelo cronograma feito pela construtora, o primeiro bloco da faculdade deveria começar a ser erguido em julho para ser concluído em dezembro de 2000. "A obra deveria custar 870 mil reais, mas desconfio que só eu paguei pelos serviços feitos pela construtora", acredita. No dia 4 de novembro do ano passado, Paulo Gonçalves conta que houve uma reunião entre ele, Iram Saraiva, Iram Saraiva Júnior e o empreiteiro Mário Sérgio, da Construtora Guimarães, para discutir os atrasos na obra. "Notei que meus sócios não estavam pagando as medições e que Mário Sérgio queria receber pelo menos a quarta medição", lembra.

No início de dezembro, segundo Paulo Gonçalves, foi feita uma reunião no canteiro de obras. Participaram, segundo ele, o dono da Construtora Guimarães, Marco Antônio Guimarães; o primo dele, Mário Sérgio; Plínio Junqueira, primo de Marco Antônio; Leonardo Fleury, estagiário de engenharia; Luiz Carlos Caetano, da Cooperativa Conserv; Paulo, mestre de obras; Celso Pinto de Farias, funcionário de Iram Saraiva Júnior; Adail Vieira Rosa, motorista de Iram Saraiva Júnior; o deputado estadual Iram Saraiva Júnior e o ministro Iram Saraiva.

Nessa reunião, segundo Paulo Gonçalves, o empreiteiro Marco Antônio Guimarães disse ao ministro Iram Saraiva que, apesar de todas as dificuldades, iria cumprir o que fora combinado — entregar o prédio da faculdade até a segunda laje. "Eu não sabia daquela negociação entre o ministro Iram Saraiva e o empreiteiro Marco Antônio Guimarães. Fiquei assustado e comecei a pensar que aquela empreiteira, responsável pela construção do anexo do Tribunal de Contas da União, podia inclusive estar interferindo na construção a favor

do ministro, em função de alguns interesses que eu não sei quais eram". salienta. Segundo ele, as empreiteiras abandonaram a obra no dia 12 de dezembro do ano passado.

Versão da Construtora — Um dos diretores da Guimarães Castro Engenharia Ltda., com sede em Uberaba, Minas Gerais, falou com o Jornal Opção por telefone. Marcos Junqueira Guimarães disse que, em Goiás, a empresa está trabalhando na obra dos Correios, na Vila Brasília, em Aparecida de Goiânia, na Vila dos Sargentos, em Anápolis, e na ampliação do Aeroporto Santa Genoveva. "A parte que ela tinha que fazer na faculdade, que era só a estrutura, já foi feita", disse.

O proprietário da construtora, Marco Antônio Guimarães, também falou com o Jornal Opção por telefone. Sobre a prestação dos serviços na Faculdade Sul-Americana sem contrato, ele foi taxativo: "Não tem lógica". Perguntado se teria doad o construção até a segunda laje da faculdade ao ministro Iram Saraiva, como suspeita Paulo Gonçalves, Marco Antônio disse que essas e outras informações deveriam ser obtidas com o engenheiro Mário Sérgio Castro Borges, coordenador comercial da empresa.

Indagado, por telefone, se teria executado serviço na faculdade da família Saraiva, Mário Sérgio Castro Borges, disse: "Trabalho em Anápolis e em Goiânia em várias obras e não me recordo de ter trabalhado nessa Faculdade Sul-Americana. Teria que procurar nos arquivos da empresa". Irônico, ele disse que "de graça" não estava "dando nem prosa" e aconselhou o repórter a consultar o ministro Iram Saraiva, porque ele mesmo não se recordava de ter feito esse serviço. "Com certeza, prestar serviço direto eu não prestei", disse.

Apesar das negativas do empresário, o Jornal Opção teve acesso a certidões da Prefeitura de Goiânia, datadas de 27 julho do ano passado, em nome de Luís Carlos Caetano e Paulo Marcos Junqueira de Guimarães, em que aparece o endereço da Faculdade Sul-Americana — BR-153, Fazenda Botafogo. Uma outra correspondência assinada por Plínio Junqueira e endereçada à Faculdade Sul-Americana diz o seguinte: "Conforme solicitação de V. Sas. segue em anexo relação de todas as notas fiscais e despesas realizadas na obra da Faculdade Sul-Americana que estão sob nossa responsabilidade".

O nome de Mário Sérgio também aparece numa folha relativa a uma reunião ocorrida no dia 4 de novembro de 2000, em que lhe são atribuídas várias tarefas nas obras da faculdade, inclusive a de pagar faturas vencidas. Questionado sobre as ligações da Guimarães Castro Engenharia Ltda. com o Tribunal de Contas da União (TCU), Mário Sérgio Castro Borges disse que a empresa construiu, em 1994, os anexos do TCU em Brasília, que custaram 38 milhões de reais ao órgão. Durante a gestão de Iram Saraiva, como presidente do TCU, a Construtora Guimarães recebeu 1,8 milhão de reais como quitação do contrato. Os sócios da construtora são donos do restaurante Staf, que funciona dentro do TCU, em Brasília. "O contrato foi feito há cerca de seis meses", afirma Mário Sérgio. Os empreiteiros não pagam aluguel para o TCU. Apenas pagam as contas de água e luz do restaurante.

O outro lado

Durante três dias seguidos, a reportagem do Jornal Opção tentou ouvir a versão do ministro do TCU, Iram de Almeida Saraiva e do filho dele, deputado estadual Iram Saraiva Júnior. Mais de 30 telefonemas foram feitos para os gabinetes do deputado e do ministro em Brasília e para seus assessores, em telefones comuns e celulares.

Foram deixados recados na residência do ministro Iram Saraiva, em Goiânia, com a empregada Leulita; com Flávia no apartamento funcional do ministro em Brasília; com Pedro Henrique, filho de Adail, assessor de Iram Saraiva, e com o próprio Adail Vieira Rosa. Quase uma dezena de vezes, o repórter conversou com Cláudia e Araci, no gabinete do ministro Iram Saraiva, em Brasília. Nenhum retorno foi dado.

A reportagem só conseguiu falar com uma pessoa próxima ao ministro, o assistente do posto de combustível do Tribunal de Contas da União, Francisco Basílio de Aguiar. Ele veio de Brasília e ficou quinze dias em Goiânia trabalhando nas instalações hidráulicas da Faculdade Sul-Americana. Basílio disse ao Jornal Opção, por telefone, que não recebeu pagamento pelos serviços: "Foi uma coisa excepcional. Sou servidor público e não mexo com essas coisas não. Ele [ministro Iram Saraiva] me solicitou para ir aí [em Goiânia] dar uma

força porque ele estava precisando. Ai eu dei um auxílio para ele". Basílio diz que fez os serviços na faculdade "por consideração".

Terreno na mira da Receita

A Receita Federal também vai investigar a compra do terreno em que está sediada a Faculdade Sul-Americana de propriedade da família do ministro Iram Saraiva, do Tribunal de Contas da União. O terreno, de 60 mil metros quadrados, situado às margens da BR-153, em frente a sede da Telegoiás, foi adquirido por 720 mil reais, conforme consta do contrato de compra e venda, datado de 13 de abril de 2000, no 6º Tabelionato de Notas. Entretanto, no dia 9 de maio, no mesmo tabelionato, foi lavrada a escritura pública de compra e venda do imóvel no valor de 300 mil reais, ou seja, 420 mil reais a menos do que efetivamente foi pago por ele.

Agora, a Receita Federal quer saber se o valor real do imóvel foi declarado ao Imposto de Renda. "Em casos como esse, que ainda vamos apurar, o contribuinte tem que pagar 15 por cento sobre a diferença do valor real e o declarado, mais 75 por cento de multa sobre o imposto devido", explica o delegado da Receita Federal em Goiás, José Domingos de Medeiros. Na escritura, constam como compradores do imóvel o professor Paulo Gonçalves de Castro (que ainda não tinha sido excluído da sociedade), Maria Aparecida Silveira Saraiva (mulher do ministro Iram Saraiva) e Karolyná de Freitas Santos Saraiva (mulher do deputado Iram Saraiva Júnior).

De acordo com o contrato de compra e venda do terreno da faculdade, os 720 mil reais foram pagos aos vendedores do imóvel (paulistas de Campinas) da seguinte forma: 300 mil reais à vista em moeda corrente e 150 mil reais representado por uma propriedade rural de Paulo Gonçalves, localizada na cidade de Goiás. Os 270 mil restantes, com uma carência de seis meses, foram pagos em outubro do ano passado com o resgate de uma nota promissória emitida pelo ministro Iram Saraiva. Desse restante, caberia a Paulo Gonçalves pagar 90 mil reais, mediante a venda de um imóvel.

O delegado da Receita Federal em Goiás, José Domingos de Medeiros, está analisando a documentação registrada em cartórios da Capital, relacionada à compra do terreno onde está a faculdade do ministro. Por lei todos os cartórios são obrigados a enviar para a Receita Federal informação sobre compras e vendas de imóveis. O delegado José Domingos diz que o que interessa para a Receita Federal é o valor real da transação: "A Receita Federal vai cruzar as declarações de compradores e vendedores. Vamos ver se os compradores do imóvel tem rendimento compatível para pagar pelo bem adquirido".

Copyright Jornal Opção. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita do Jornal Opção.
jornalopcao@cultura.com.br

Desenvolvido por MooWalker Soluções Digitais. Hosted by iPlaneta.

NEGÓCIO SUSPEITO**A faculdade do ministro é alvo de denúncias**

- A compra do terreno foi subvalorizada em cartório – típica operação de sonegação de impostos
- Segundo o ex-sócio, as empreiteiras fizeram preço camarada para o ministro
- Uma das construtoras é acusada de superfaturamento em auditoria do TCU

JUSTIÇA

Uma casa de ferreiro

Fiscal de gastos públicos, ministro do TCU é acusado de ter sido beneficiado por empreiteiras

O ministro Iram Saraiva, do Tribunal de Contas da União (TCU), é responsável por fiscalizar os gastos do governo federal e zelar pela boa aplicação do dinheiro público. Mas há suspeitas de que ele não resista a um pente-fino em sua contabilidade pessoal. Há seis meses, o Ministério Públíco Federal apura denúncia de que o ministro obteve vantagens de empreiteiras na construção de uma faculdade em Goiânia. A principal testemunha é o engenheiro Paulo Gonçalves, ex-sócio de Saraiva.

As irregularidades acompanham o empreendimento desde o início. A primeira é a escritura de compra e venda de um terreno de 60 mil metros quadrados na periferia da capital goiana, onde foi construída a Faculdade Sul-Americana. No cartório, o imóvel custou R\$ 300 mil. No contrato de gaveta o valor é outro: R\$ 720 mil. Registrar imóvel por preço inferior é uma manobra típica de sonegação de impostos. Em outra operação, Iram Saraiva quitou uma parcela do negócio – R\$ 180 mil – com dinheiro vivo. "As notas de R\$ 50 e R\$ 100 foram levadas ao Banco do Brasil num saco de papel", afirma Gonçalves. "Gastei quase uma hora ajudando a contar tudo."

As principais denúncias envolvem a construção do prédio da faculdade. Segundo Gonçalves, as construtoras

Caiapo e Guimarães Castro, encarregadas da obra, tiveram um preço camarada para Saraiva. A Caiapo foi acusada em auditoria técnica de superfaturar obras do anel rodoviário de Goiânia. A Guimarães Castro construiu o prédio anexo do TCU em Brasília quando Saraiva era vice-presidente.

"Enviamos toda a documentação relativa ao caso ao Ministério Públíco", diz o presidente do Tribunal, Humberto Souto. As desavenças entre os ex-parceiros começaram depois de o engenheiro ter se recusado a aceitar como sócio na faculdade o filho do ministro, o deputado estadual Iram Saraiva Jr. (PMDB). Gonçalves acabou expulso do empreendimento, que hoje é de propriedade exclusiva de integrantes do clã Saraiva. Com a compra do terreno, a construção, a capitalização e a aquisição de equipamentos, o ministro gastou pelo menos R\$ 1,3 milhão. No ano passado, a renda de Saraiva, porém, não passou de R\$ 209 mil em salários do TCU e pensão do Instituto de Previdência dos Congressistas. Ele obteve ainda R\$ 66.200 em rendimentos de aplicações financeiras. "Pedi ao MP para investigar se a renda e o patrimônio do ministro são compatíveis", diz Gonçalves.

Se o MP comprovar que o ministro foi beneficiado pelas empreiteiras, ele poderá ser condenado por improbidade administrativa. A punição inclui a perda do cargo e a suspensão dos direitos políticos por até dez anos. A Faculdade Sul-Americana revelou-se um excelente investimento para a família Saraiva. No mês passado, seis imobiliárias avaliaram o empreendimento em R\$ 7,5 milhões. Procurados por EPOCA, o ministro e seus familiares não quiseram falar. ■

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 2002

Altera os arts. 408 e 594 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941
– Código de Processo Penal, especificando condições para a soltura de réu primário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 408 e 594 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 408.

.....
§ 2º Se o réu for primário, poderá o juiz deixar de decretar-lhe a prisão ou revogá-la, caso já se encontre preso, observadas as condições do art. 323, incisos I, II, IV e V e do art. 324, incisos II e IV

.....(NR)

Art. 594. O réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário, assim reconhecido na sentença condenatória, observadas as condições do art. 323, incisos I, II, IV e V e do art. 324, incisos II e IV ou condenado por crime de que se livre solto.

.....(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A sociedade está cansada de assistir à soltura de criminosos que cometem delitos graves e de repercussão, por autoridades judicícias que, não resistindo a pressões diversas, interpretam, de forma simplista, as disposições dos arts. 408 e 594 do Código de Processo Penal. Assim é que, na prática, tendem a autorizar a soltura dos réus, desde que sejam primários. A condição de “bons antecedentes” é, muitas vezes, desconsiderada, porque, além de vaga, é de difícil constatação.

Além disso, a primariiedade, por si só, não significa que o réu não seja um perigo para a sociedade.

Esta proposição visa corrigir esse anacronismo da Lei Penal, que tem causado tanta indignação social.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – Senador **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 2 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

.....
Art. 323. Não será concedida fiança:

I – nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for superior a 2 (dois) anos;

II – nas contravenções tipificadas nos arts. 59 e 60 da Lei das Contravenções Penais;

III – nos crimes dolosos punidos com pena privativa da liberdade, se o réu já tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado;

IV – em qualquer caso, se houver no processo prova de ser o réu vadio;

V – nos crimes punidos com reclusão, que provoquem clamor público ou que tenham sido cometidos com violência contra a pessoa ou grave ameaça.

Art. 324. Não será, igualmente, concedida fiança:

I – aos que, no mesmo processo, tiverem quebrado fiança anteriormente concedida ou infringido, sem motivo justo, qualquer das obrigações a que se refere o art. 350;

II – em caso de prisão por mandato do juiz do cível, de prisão disciplinar, administrativa ou militar;

III – ao que estiver no gozo de suspensão condicional da pena ou de livramento condicional, salvo se processado por crime culposo ou contravenção que admite fiança;

IV – quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva.

.....
Art. 408. Se o juiz se convencer da existência do crime e de indícios de que o réu seja o seu autor, pronunciá-lo-á, dando os motivos do seu convencimento.

.....
§ 2º Se o réu for primário e de bons antecedentes, poderá o juiz deixar de decretar-lhe a prisão ou revogá-la, caso já se encontre preso.

.....
Art. 594. O réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória, ou condenado por crime de que se livre solto.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 54, DE 2002**

Altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo de dez meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de vinte e quatro meses, contados da data da dispensa que deu origem à primeira habilitação." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Justificação

Uma das maiores faturas geradas pela política econômica implementada nos últimos oito anos está sendo penosamente paga por imenso contingente da população brasileira. É o aumento do desemprego. De acordo com a pesquisa mensal de emprego do Seade-Dieese, a taxa de desemprego total na região metropolitana de São Paulo aumentou de 14,2% para 17,6%, entre 1995 e 2000, situando-se em 17,9% da população economicamente ativa em janeiro de 2002. Comportamento este evidenciado nas demais regiões do Brasil.

Ao lado de tal comportamento, e representando consequência esperada, está a substancial elevação do tempo médio que o desempregado brasileiro gasta para conseguir uma nova vaga no mercado de trabalho. Na região metropolitana de São Paulo, esse período era de 25 semanas em 1994, quase dobrando em 2000 e 2001 (48 semanas). Tal demora na fila do emprego também não é um fenômeno concentrado em São Paulo, podendo-se citar como exemplos Salvador, Distrito Federal e Porto Alegre, onde o tempo médio de desemprego foi de 60, 50 e 45 semanas, respectivamente, em 2001.

Ocorre que a despeito dessa situação, o seguro-desemprego, praticamente o único alento que o Estado garante ao trabalhador desempregado, cobre no máximo vinte semanas de desemprego. Ao mesmo tempo, os recursos destinados a financiar o benefício, oriundos da arrecadação para o PIS-Pasep e alocados no Fundo de Amparo ao Trabalhador —FAT, financiam despesas outras que o seguro, muitas vezes beneficiando apenas os donos do capital, ou seja, grandes empresas.

O presente projeto de lei visa modificar tal situação, na medida em que estende o prazo de percepção do seguro-desemprego para dez meses. Assim, adapta o benefício às reais condições do nosso mercado de trabalho.

Com isso, ao invés de receber o benefício por um período máximo variável de três a cinco meses, conforme atualmente estipulado no art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, o trabalhador desempregado poderá perceber o benefício pelo prazo máximo de dez meses.

Diante dessas considerações, fica evidente a oportunidade da proposição, para a qual espero poder contar com o apoio dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – Senador **Lauro Campos**.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI N° 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Presidente da República,

faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei regula o Programa do Seguro-Desemprego e o abono de que tratam o inciso II do art. 7º, o Inciso IV do art. 201 e o art. 239, da Constituição Federal, bem como Institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

.....

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 (dezesseis) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação.

Parágrafo único. O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no art. 3º desta lei, à exceção do seu inciso II.

LEI N° 8.900, DE 30 DE JUNHO DE 1994

Dispõe sobre o benefício do seguro-desemprego, altera dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 2º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de três a cinco meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

1º O benefício poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, observado o disposto no artigo anterior.

2º A determinação do período máximo mencionado no **caput** deste artigo observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos trinta e seis meses que antecederam a data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego:

I – três parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo seis meses e no máximo onze meses, no período de referência;

II – quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses e no máximo vinte e três meses, no período de referência;

III – cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência.

3º A fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês integral, para os efeitos do parágrafo anterior.

4º O período máximo de que trata o **caput** poderá ser excepcionalmente prolongado em até dois meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Codefat, desde que o gasto adicional representado por este prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

5º Na determinação do prolongamento do período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego, o Codefat observará, dentre outras variáveis, a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País e o tempo médio de desemprego de grupos específicos de trabalhadores.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2002

Altera a Lei nº 10.233, de 5 junho de 2001, que Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências, para incluir o mencionado Departamento no âmbito da competência reguladora das Agências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** e a alínea **b** do inciso II do art. 20 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passam a vigor com a seguinte redação:

"Art. 20.

I –

II – regular ou supervisionar, em suas respectivas esferas e atribuições, as atividades de prestação de serviços e de exploração da infra-estrutura de transportes, exercidas direta ou indiretamente pelo poder público, com vistas a:

a)

b) harmonizar, preservado o interesse público; os objetivos dos usuários. do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, das empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e arrendatárias, e de entidades delegadas, arbitrando conflitos de interesses e impedindo situações que configurem competição imperfeita, infração da ordem econômica ou ofensa a direito." (NR)

Art. 2º Fica alterada a redação dos incisos I, II e III e do § 1º do art. 82 da Lei nº 10.233, de 2001, passa a seguinte:

"Art. 82.

I – propor à Antt e à Anfaq padrões, normas e especificações técnicas para os programas de segurança operacional, sinalização, manutenção ou conservação, restauração ou reposição de vias, terminais e instalações, bem como observá-los em sua área de atuação;

II – propor à Antt e à Antaq padrões, normas e especificações técnicas para a elaboração de projetos e execução de obras viárias, bem como observá-los em sua área de atuação;

III – fornecer ao Ministério dos Transportes, à Antt e à Antaq informações e dados para subsidiar a formulação dos planos gerais de outorga e de delegação dos segmentos da infra-estrutura viária;

.....
 § 1º As atribuições a que se referem os incisos de IV a XII não se aplicam aos elementos da infra-estrutura concedidos ou arrendados pela Antt e pela Antaq, à exceção das competências expressas no art. 21 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, que serão sempre exercidas pelo Dnit, diretamente ou mediante convênios de delegação.

....."(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A edição da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, constitui verdadeiro marco divisor em relação à política de transportes no Brasil. Seja pela criação de agências reguladoras, seja pela extinção de órgãos específicos de cada modal de transporte substituídos pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), cuja esfera de atuação estimula a multi modalidade, a nova lei sedimenta as bases de um modelo que se deve voltar para a satisfação do usuário.

Há nessa norma, contudo, lapso relevante que, não sanado, poderá obstar a implementação de seus próprios objetivos; ao limitar a atribuição das Agências às atividades “exercidas por terceiros” (art. 20, inciso II), a Lei nº 10.233 excluiu o Dnit do âmbito da regulação e da fiscalização da ANTT e da ANTAQ. Nesse sentido, a prevalecer o texto vigente, não haveria ente público incumbido de verificar, por exemplo, se o DMT estaria atendendo aos “padrões, normas e especificações técnicas para os programas de segurança operacional, sinalização, manutenção ou conservação, restauração ou reposição de vias terminais e instalações”, estabelecidos pela própria autarquia, nos termos do art. 82. Situação que, convenhamos, não condiz com os propósitos enunciados na nova lei.

Afinal, ancoradas nos princípios de isenção e independência, as agências reguladoras devem operar

mais como instrumento de Estado que de governo. Não por acaso, dispõem de independência administrativa, autonomia financeira e funcional, e seus dirigentes detêm mandato. Assim, não há porque limitar a atuação desses entes aos contratos de concessão, permissão ou autorização firmados com “terceiros”. Nesse caso, a que instância recorreriam os usuários de vias de transporte operadas diretamente por órgãos governamentais?

As alterações ora propostas têm, assim, a finalidade de aprimorar a Lei nº 10.233. Para tanto, substitui-se, no **caput** do inciso II do art. 20, a expressão “exercidas por terceiros” por “exercidas direta ou indiretamente pelo poder público”. Na alínea b desse dispositivo, acrescenta-se o Dnit ao objeto da harmonização ali prevista, a par de incluir a “ofensa a direito” entre as situações a serem combatidas.

No art. 82, que fixa as atribuições do Dnit, são propostas modificações nos incisos I, II e III. Nos dois primeiros, no tocante a padrões, normas e especificações técnicas, altera-se a expressão “estabelecer” para “propor à ANTT e à ANTAQ” e torna-se expressa para o Dnit a obrigação de “observá-los em sua área de atuação”. Trata-se não apenas de fixar a necessária obrigação de o Dnit atender a esses padrões, mas igualmente de harmonizar as atribuições do Departamento com as das Agências, que devem valer-se das mesmas regras ao promover concessões, permissões e autorizações.

No caso do inciso III, fixou-se a atribuição de o Dnit fornecer “informações e dados para subsidiar a formulação dos planos gerais de outorga e de delegação” não apenas ao Ministério dos Transportes, como estabelece o texto vigente, mas igualmente à ANTT e à ANTAQ, vez que essas já detêm a incumbência de propor tais planos de outorga ao Ministério (art. 24, III, e art. 27, III) e poderão melhor fazê-lo com base nas informações e dados fornecidos pelo Dnit.

Em consequência das modificações feitas nos incisos, adaptou-se o texto do § 1º do art. 82.

Com essas alterações, acreditamos estar prevendo a ocorrência de prováveis conflitos de competência ou, o que seria ainda mais pernicioso, a prevalência da idéia de que uma autarquia da importância do Dnit estaria autorizada a operar sem submeter-se aos princípios e padrões que deverão presidir a outorga dos serviços de transporte a terceiros.

Na certeza de que, ao atender ao interesse público, a proposição que ora apresentamos merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional, manifestamos confiança em sua aprovação.

Sala das Sessões 19 de março de 2002. – **Paulo Souto.**

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001**

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras-providências.

Art. 20. São objetivos das - Agências Nacionais de Regulação dos Transportes Terrestre e Aquaviário:

II — regular ou supervisionar, em suas respectivas esferas e atribuições, as atividades de prestação de serviços e de exploração da infra-estrutura de transportes, exercidas por terceiros, com vistas a:

b) harmonizar, preservado o interesse público, os objetivos dos usuários, das empresas concessionárias, permissionárias autorizadas e arrendatárias, e de entidades delegadas, arbitrando conflitos de interesses e impedindo situações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica.

Art. 24. Cabe à ANTT, em sua esfera de atuação, como atribuições gerais:

III — propor ao Ministério dos Transportes os planos de outorgas, instruídos por estudos específicos de viabilidade técnica e econômica, para exploração da infra-estrutura e a prestação de serviços de transporte terrestre.

Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

III — propor ao Ministério dos Transportes o plano geral de outorgas de exploração da infra-estrutura aquaviária e portuária e de prestação de serviços de transporte aquaviário;

Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

I — estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para os programas de segurança operacional, sinalização, manutenção ou conservação, restauração ou reposição de vias, terminais e instalações;

II — estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para -a elaboração de projetos e execução de obras viárias;

III — fornecer ao Ministério dos Transportes informações é dados para subsidiar a formulação dos planos gerais de outorga e de delegação dos segmentos da infra-estrutura viária;

§ 1º As atribuições a que se refere o **caput** não se aplicam aos elementos da infra-estrutura concedidos ou arrendados pela ANTT e pela ANTAQ, à exceção das competências expressas no art. 21 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, que serão sempre exercidas pelo DNIT, diretamente ou mediante convênios de delegação.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Serviço de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2002

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que “Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências” para dispor que qualificação militar de difícil formação seja contabilizada como título para fins de pontuação nos processos seletivos destinados a ingresso nas Polícias Militares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 11.

Parágrafo único. A qualificação militar de difícil formação será contabilizada como título para fins de pontuação nos processos seletivos destinados a ingresso nas Polícias Militares. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A iniciativa que ora submetemos à apreciação dos nossos ilustres Pares tem o objetivo de contribuir para o aprimoramento das condições de segurança pública em nosso País.

Com efeito, um dos problemas da segurança pública é a falta de pessoal qualificado para atuar nas diferentes atividades a ela relacionadas.

Por outro lado o País gasta recursos com a formação de pessoal qualificado e parte desse pessoal é sumariamente dispensado, com prejuízos para a sociedade.

Nesse sentido a Imprensa recentemente noticiou que dois mil soldados e cabos, especializados em atividades como pára-quedismo, tiro de precisão, camuflagem, explosivos, mergulho, entre outras, serão dispensados do Exército por já estarem perto de completar dez anos de atividade, o que lhes daria estabilidade nessa Força Armada.

Por seu turno, o Exército argumenta que esses soldados e cabos não podem ser estabilizados em razão de que em pouco tempo, por razões de idade, não poderão mais exercer as atividades para as quais foram treinados.

O fato é que essas pessoas, com idade média de 26 anos, de acordo com a notícia referida, intensamente treinadas, têm baixa do Exército e voltam ao mundo civil, muitas vezes sem perspectiva de trabalho, havendo, inclusive temor, justificado segundo especialistas, de que parte deles migre para a delinqüência em razão da dificuldade na obtenção de trabalho.

Dessa forma, o presente projeto de lei objetiva contribuir para solucionar esse problema e, também, a um só tempo, colaborar com o aprimoramento das condições de segurança pública em nosso País, pois esses militares do Exército, altamente especializados, podem ser úteis em diversas atividades desenvolvidas pelas Polícias Militares.

Nesse sentido estamos propondo que a qualificação militar de difícil formação será contabilizada como título para fins de pontuação nos processos seletivos destinados a ingresso nas Polícias Militares.

Tal norma, segundo nos parece, seria um incentivo para que esses militares procurassem ingressar na atividade policial militar, pois teriam contabilizado, a seu favor, pontos por ocasião da realização de processo seletivo destinado à composição do efetivo.

Lembramos, por pertinente, que o art. 22, XXI, da Constituição Federal, preceitua que compete à União legislar privativamente sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Dessa forma, não obstante as polícias militares sejam órgãos vinculados aos Estados, a Constituição prevê que compete à União legislar sobre normas gerais relativas à organização e efetivo dessas polícias.

Ante o exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do projeto de lei que ora submetemos à apreciação desta Casa.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – Senador **Moreira Mendes**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969

Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Esta- dos, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

.....
Art 11. O recrutamento de praças para as Polícias Militares obedecerá ao voluntariado, de acordo com legislação própria de cada Unidade da Federação, respeitadas as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu regulamento.
.....

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 77, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno, requeiro à Mesa do Senado Federal, que solicite ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Dr. Barjas Negri, as seguintes informações:

1 – Se foi celebrado contrato entre o Ministério da Saúde e a empresa FENCE – Consultoria Empresarial Ltda., com a finalidade de prestar serviços, àquele Órgão, de assessoramento e segurança de comunicações em linhas telefônicas;

2 – Em caso afirmativo, se consta do contrato cláusula prevendo a possibilidade de instalação de equipamentos “anti-grampos”. Se existe, ainda, previsão de serviços de grampo telefônico, com a finalidade de espionar ou bisbilhotar a vida de pessoas ou entidades;

3 – Que, em decorrência das informações acima, sejam encaminhados, ao Senado Federal, os seguintes documentos:

a) cópia do contrato em tela;

b) quadro demonstrativo das despesas, mês a mês, realizadas pelo Ministério da Saúde para pagamento do valor do contrato; e

c) contrato social da empresa, acompanhado de comprovantes de sua capacitação técnico-financeira, referências cadastrais, **curriculum vitae** de cada um dos seus sócios gestores, bem como relação de seus principais clientes, inclusive outros órgãos da Administração Federal, se houver.

Justificação

O presente Requerimento visa ao esclarecimento de dúvidas surgidas a partir da publicação,

Estranhas relações com o mundo dos arapongas

Na Saúde, Serra multiplicou gastos com empresa de ex-agente do SNI

Luiz Alberto Weber
Da equipe do Correio

O Ministério da Saúde, onde até 21 de fevereiro último despachava o candidato tucano à Presidência, José Serra, tem uma forte proximidade com escutas telefônicas — mas do outro lado balcão.

Serra, quando ainda ministro, autorizou a contratação por R\$ 1,8 milhão da empresa carioca Fence Consultoria Empresarial, especialista em detectarescutas clandestinas. Só neste ano, a Fence recebeu do ministério R\$ 226 mil, o que torna o órgão o maior cliente da empresa carioca dentro do governo.

Os valores recebidos pela Fence e sua própria existência acrescentam mais combustível ao dossier que investigadores privados do PFL tentam montar para apontar o envolvimento de integrantes do governo em suposta escuta montada no escritório da empresa Lunus, de propriedade da governadora Roseana Sarney.

Atribui-se a um grampo clandestino o fato de a Polícia Federal ter sido alertada e descoberto que os cofres da Lunus guardavam R\$ 1,34 milhão, que seriam usados na campanha da candidata do PFL à Presidência.

O dono da Fence, Enio Gomes Fontenelle, é um ex-coronel do Exército que por muitos anos trabalhou no extinto Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão de investigação oficial durante a ditadura militar, que desapareceu para dar vez à Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Ex-chefe da área de comunicações do SNI, Fontenelle é um craque em espionagem eletrônica. Antigos agentes do SNI atribuem a Fontenelle a modernização do arsenal tecnológico da agência nos anos 80.

O coronel chegou a comandar um grupo que desenvolveu aparelhos de escutas com tecnologia nacional em substituição aos importados. Depois de aposentado, especializou-se em combater os grampos. Entre os clientes da Fence, estão o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a hidrelétrica de Itaipu. A empresa é respeitada no mercado pela competência tecnológica e discrição.

Nos últimos meses, Fontenelle esteve várias vezes no Ministério da Saúde, onde encontrou-se com Serra. Hoje, cerca de 600 telefones e ambientes (salas de reunião e gabinetes) são monitorados pela Fence no ministério. A empresa rastreia, principalmente, a existência de grampos ou emissores de rádio clandestinos, com capacidade de transmitir conversas para um interceptador posicionado a até 100 metros de distância.

O coronel tem outro conhecido comum com Serra: o delegado da Polícia Federal Marcelo Itajiba. O delegado foi assessor do candidato tucano em Brasília. Mas, antes de desempenhar essa função burocrática, era chefe do Centro de Inteligência da PF, a mais produtiva instaladora de grampos legais a serviço do governo. No ministério, Itajiba montou uma mini-central de inteligência, que contou com a participação dos delegados da PF Onésimo e Hercílio.

Itajiba é da copa e cozinha do ex-ministro. Serra tentou, sem sucesso, fazê-lo diretor-geral da Polícia Federal, em 1999. Hoje, o delegado está no Rio, assim como Fontenelle. "Conheço o delegado, mas apenas de contatos superficiais", disse Fontenelle ao Correio.

Segundo a assessoria do ministério, o reforço no orçamento anual da Fence (que mal passava de R\$ 100 mil) deveu-se ao temor de Serra de ser grampeado por representantes das indústrias de tabaco e de medicamentos, que tiveram interesses contrariados pelo ex-ministro.

Assessores do ex-ministro dizem que durante a campanha pela popularização dos remédios genéricos e contra o cigarro Serra amealhou muitos inimigos. Antes, a varredura (como é chamado o trabalho de localização de escutas) era mensal. Hoje, segundo informações da segurança do ministério, ela é semanal. Registre-se, porém, que as batalhas de Serra contra o fumo e contra os grandes laboratórios datam de dois anos atrás e hoje as relações estão pacificadas.

As investigações realizadas pelos arapongas do PFL sobre os autores do suposto grampo na sede da Lunus haviam apontado, primeiro, para a possibilidade de envolvimento de uma empresa de Brasília, a Interfort Sistemas de Segurança.

pela grande imprensa (matérias anexas), de vasto noticiário a respeito da contratação, pelo Ministério da Saúde, desde abril de 1999, da empresa FENCE – Consultoria Empresarial Ltda., com a finalidade de detectar a existência e desativar campos magnéticos espúrios nas linhas telefônicas daquela Pasta,

As informações, aqui solicitadas, serão de grande valia para toda a sociedade brasileira e, certamente, comprovarão a lisura do Ministério da Saúde no trato de assunto de tamanha relevância.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – **Romero Jucá.**

Reprodução



Cartão da Interfort, empresa suspeita de ter feito grampo em São Luís

As suspeitas contra a Interfort deveram-se ao fato de José Heitor Nunes, gerente da empresa, ter estado várias vezes no Maranhão nas semanas que antecederam a invasão da Lunus.

O que o PFL desconhece é que o coronel Fontenelle (ex-integrante do SNI), o delegado Itajiba e Onésimo (ex-chefe da área de Inteligência da PF) e Nunes (dono de uma empresa que presta consultoria para PF na área de escutas) se conhecem.

Ex-militar do Exército, Nunes tem trânsito livre nos órgãos do governo dedicados a fazer investigação. Como consultor de segurança, Nunes dá aulas para os arapongas da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Durante sua militância empresarial e militar, conheceu Itajiba e o coronel Fontenelle. É ainda amigo do delegado Onésimo, que também trabalhou com Serra e hoje presta serviço à empresa ControlRisk, especialista em investigações e medidas de segurança.

OS DOSSIÉS E OS INVESTIGADOS

Ao que tudo indica, os agentes que se espalharam pelo país produziram vários dossiês diferentes. As primeiras informações sobre eles começaram a circular na semana seguinte à apreensão dos documentos e da bolsa de R\$ 1,3 milhão no escritório da Lunus, da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e de seu marido, Jorge Murad.

Contra Lula e Roseana

O candidato do PPS à Presidência da República, Ciro Gomes, foi o primeiro a denunciar a existência de uma estrutura de arapongagem. Segundo ele, havia um grupo de 40 pessoas plantado em São Paulo para bisbilhotar a vida dos possíveis adversários do candidato do PSDB à Presidência, José Serra. Os principais alvos seriam, segundo Ciro, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Roseana Sarney, do PFL.

Sarney também se queixa

O senador José Sarney (PMDB-AP), pai de Roseana, obtém informações semelhantes. No mês passado, ele se queixou ao presidente Fernando Henrique Cardoso sobre essas suspeitas.

Dossiê para Garotinho

O governador do Rio e candidato do PSB à Presidência da República, Anthony Garotinho, informa que foi procurado por um político do PSDB, a mando do deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ), que pretendia lhe passar um dossiê com denúncias contra Roseana Sarney.

Uma revista

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, também afirma ter tido acesso a um dossiê. Ele teria informações que embasariam reportagem de uma revista de circulação nacional.

Foto comprometedora

O presidente do PTB, deputado José Carlos Martinez (PR), que articula uma aliança com Ciro Gomes, foi fotografado com uma amiga durante uma viagem a Miami. Uma revista de circulação nacional iria publicar a foto. Martinez procurou a direção da empresa e conseguiu evitar a publicação.

Também contra Tasso

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, que chegou a disputar com Serra a indicação do PSDB para ser candidato à Presidência, também foi investigado. Os arapongas ainda seguiram seu irmão, o empresário Carlos Jereissati. Ele é sócio do marido de Roseana, Jorge Murad, em um shopping center em Porto Alegre (RS).

Brindeiro adia inquérito

Da Redação
Com Agência Estado

Uma decisão do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, deve adiar por pelo menos um mês o reinício das investigações da participação da empresa Lunus, de propriedade da governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), em irregularidades na extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Logo depois da apreensão dos documentos, há 13 dias, os advogados de Roseana Sarney conseguiram retirar a investigação do âmbito da Procuradoria Geral da República do Tocantins, a mesma que pediu a prisão do ex-senador Jader Barbalho por seu envolvimento com o escândalo da Sudam. Os advogados alegaram que Roseana, governadora, tem foro especial. Como ela é uma das donas da Lunus, o caso não poderia ser investigado no Tocantins.

Brindeiro disse hoje que, por enquanto, não vai pedir ao Superior Tribunal de Justiça que abra um inquérito contra Roseana. Primo do vice-presidente Marco Maciel, do PFL, o procurador-geral decidiu que até sexta-feira encaminhará um parecer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a reclamação dos advogados da governadora, que querem transferir o caso da Justiça Federal de Tocantins para o STJ.

Como autor das ações penais, teoricamente, o Ministério Pùblico poderia aproveitar a oportunidade e também pedir a abertura de um inquérito contra Roseana, juntamente com a divulgação do parecer. Uma

providência como essa pouparia tempo na investigação, segundo integrantes de tribunais superiores. "Só posso requisitar depois de o STJ decidir na reclamação se a competência é dele", justificou, acrescentando que deve sugerir ao tribunal que não anule o que foi feito até agora pela Justiça Federal de Tocantins.

No parecer, possivelmente o procurador-geral sugerirá que a parte das investigações contra a Lunus seja transferida para o STJ, que é o tribunal responsável por processar e julgar governadores.

Além de não pedir nesse momento a abertura de inquérito para apurar a suposta participação de Roseana em irregularidades na Sudam, Brindeiro disse hoje que não deve entrar por enquanto na investigação sobre a origem do R\$ 1,3 milhão encontrado na Lunus durante operação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal há quase duas semanas.

"Por enquanto, a matéria está no âmbito dos juízes e procuradores", afirmou Brindeiro. Enquanto Brindeiro mantém o caso em banho-maria, o dinheiro encontrado na Lunus aguarda em uma conta bancária de uma agência da Caixa Econômica Federal, em São Luís. Por ordem da Justiça Federal, o R\$ 1,34 milhão foi aplicado numa conta com direito a correção monetária, o equivalente a cerca de 0,2% ao mês — bem abaixo dos 0,7% do rendimento da caderneta de poupança ou do 1,2% de alguns fundos de investimentos.

Proprietário diz que empresa não faz grampo

FERNANDA DA ESCÓSSIA
DA SUCURSAL DO RIO

O coronel da reserva do Exército Enio Fontenelle, 64, identificou-se como o dono da Fence Consultoria Empresarial Limitada e disse que a empresa não faz gramos telefônicos. Age defensivamente, com o objetivo de proteger de invasões eletrônicas, como o grampo. "Não gosto que a minha empresa seja confundida com empresa de grampo. Sou o oposto, sou o mocinho", afirmou.

Ele afirmou também que o ex-ministro José Serra sabia do contrato firmado com a empresa em 1999. "Claro que ele sabe, você acha que o ministro não vai saber algo que ocorre dentro do ministério dele?", questionou Fontenelle, dizendo que a pessoa que o

procurou em 1999 agiu "em nome do ministro".

Uma pessoa de confiança, segundo ele, é indicada pelo gabinete do ministério para receber os relatórios mensais da Fence. Especialista na técnica e na doutrina de segurança de comunicações, área em que atua desde 1958, Fontenelle foi oficial de comunicações do Exército e está na reserva.

Ele chefiou o setor de Telecomunicações Eletrônicas do SNI (Serviço Nacional de Informações) de 1980 a 1990, foi professor de segurança nacional na Academia Nacional da Polícia Federal e coordenou o esquema de comunicações de segurança na Eco 92.

No SNI, Fontenelle disse que trabalhava na área técnica, não na de operações. Era encarregado da doutrina e da compra de equipa-

mentos, mas não da execução de trabalhos de espionagem.

"A coisa pior que existe para mim é que o meu cliente de hoje me confunda com araponga."

Fontenelle recebeu a Folha ontem no escritório da Fence, na Barra da Tijuca (zona oeste do Rio). Segundo disse, a empresa foi criada em 1993, e ele divide a sociedade com os dois filhos. Afirma que, no caso da Saúde, sua atuação foi mais preventiva.

"Essas pessoas que já conhecem o modus vivendi da sua atividade contratam o serviço mesmo sem ter nenhuma desconfiança. Foi o que aconteceu na Saúde."

O coronel disse que, em 1999, foi procurado por uma pessoa do gabinete do ministério —não disse quem— para que a empresa fizesse uma proposta de trabalho.

Não revelou se a pasta já foi alvo de invasão eletrônica. "É confidencial." Na avaliação dele, tanto o ministério como Serra são altamente suscetíveis a invasões.

"Se eu tivesse de dizer, de zero a dez, os alvos potenciais mais importantes do Brasil, diria que ele está entre dez e dez. Ele [Serra] é alvo número 1, é candidato à Presidência. Ele, a Roseana, o Lula, são alvos potenciais enormes."

Para ele, a Saúde contrariou interesses de laboratórios, com o lançamento dos genéricos, e dos EUA, com relação à quebra de patentes dos medicamentos contra a Aids. Entre seus 40 clientes estão grandes empresas do setor privado e órgãos públicos, afirmou. O único cliente cujo nome revelou foi Itajpu Binacional, para quem a Fence faz segurança eletrônica.

Ex-diretor nega grampo no BNDES

LILIAN CHRISTOFOLETTI
DA REPORTAGEM LOCAL

Em depoimento à Justiça, Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor do Banco do Brasil, disse ontem desconhecer os gramos telefônicos instalados no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) durante a privatização da Telebras, em 1998. No final, ele fez uma declaração de apoio à pré-candidatura de José Serra (PSDB).

O ex-diretor foi ouvido, como testemunha, pelo juiz substituto da 5ª Vara Criminal Federal de São Paulo, Sidmer Dias Martins. O processo, que corre no Rio,

apura crime de interceptação telefônica sem autorização judicial.

Ricardo Sérgio foi citado, pelo ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, como um dos responsáveis pelo vazamento das fitas. O ex-ministro disse que Ricardo Sérgio o teria procurado e, em tom de ameaça, teria dito que sabia da existência de fitas gravadas pelo serviço reservado do Banco do Brasil.

"O ex-ministro cometeu um desrespeito. O Banco do Brasil nunca teve um serviço reservado de informação. Isso é delirante. Conversei com Mendonça de Barros várias vezes, mas nunca em tom de ameaça. Eu apenas ti-

nha ouvido boatos. Quero afirmar que eu também fui vítima do grampo", disse o ex-diretor.

Ricardo Sérgio foi quem disse "estamos no limite de nossa irresponsabilidade" em conversa com o ex-ministro captada pelo grampo no BNDES, referindo-se à participação do Banco do Brasil e da Previ (fundo de pensão dos funcionários) na privatização das telecomunicações.

No processo, quatro pessoas foram denunciadas: Temilson Antônio Barreto de Resende, o Telmo, ex-agente da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), Gerci Firmino da Silva, João Guilherme do Santos e o detetive particular Adilson Alcântara de Matos.

Política

Ricardo Sérgio arrecadou dinheiro para as principais campanhas do PSDB nos últimos anos. Segundo reportagem da Folha, de maio do ano passado, o ex-diretor fez isso na campanha de Serra ao Senado e também nas campanhas presidenciais de Fernando Henrique Cardoso.

"Não sou homem público, não tenho cargos públicos e não pretendo ter cargos públicos. Não vou participar da campanha de Serra, mas voto nele por ser o melhor candidato. Não serei seu coordenador financeiro", disse.

Delegado responsável pelo caso Telemar é afastado

CHICO SANTOS

DAS CURSAS D'ORIO

O delegado federal Deuler da Rocha, que presidia o inquérito aberto para apurar suspeitas de irregularidades na privatização da Tele Norte Leste (atual Telemar), foi afastado ontem da Delecoc (Delegacia de Combate ao Crime Organizados e de Inquéritos Especiais) do Rio. Ele deixou de ser o responsável pela investigação.

O inquérito apura suspeitas de corrupção ativa e passiva envolvendo Ricardo Sérgio Oliveira, diretor da Área Internacional do Banco do Brasil na época da privatização do sistema Telebrás, e acionistas da Telemar.

A suspeita tem como base acusação feita pelo ex-senador Antônio Carlos Magalhães de que Oliveira teria cobrado propina no valor de R\$ 90 milhões para acertar a participação da Previ (fundo de pensão dos empregados do Banco do Brasil) no consórcio que comprou a Tele Norte Leste.

O ex-diretor do Banco do Brasil nega as acusações, que chamou de "mentirosas e descabidas". Ele participou das duas campanhas presidenciais de Fernando Henrique Cardoso e da campanha ao Senado, em 1994, do ex-ministro José Serra, pré-candidato à Presidência pelo PSDB.

O inquérito apura também a suspeita de que a Previ agiu indevidamente como banco, empregando dinheiro para que seus parceiros no consórcio pagassem a primeira parcela da compra da telefônica.

Segundo o assessor da Superintendência da PF (Policia Federal)

no Rio, Sílvio Pinho, a destituição de Rocha foi "um ato de rotina" do superintendente Marcelo Itagiba. Pinho disse que a destituição atingiu toda a equipe da Delecoc, inclusive o chefe da delegacia, Eduardo da Matta.

Itagiba chegou à superintendência em maio passado, após chefiar o núcleo de inteligência no Ministério da Saúde. Sua indicação para comandar a PF no Rio é atribuída a José Serra. Segundo o assessor, Itagiba não fez mudanças nos primeiros meses de sua gestão e estaria agora reformulando os quadros da superintendência. A primeira mudança ocorreu em fevereiro, com a troca da chefia da Delegacia de Prevenção e Repressão a Crimes Fazendários.

O delegado Antônio Carlos Ruyol, ex-chefe da Fazendária, foi substituído por Paulo Roberto Ornellas de Linhares. A mudança de nomes, segundo o assessor, foi apenas no comando da delegacia.

Já na Delecoc, a modificação foi geral. Além do ex-titular, foram trocados todos os quatro delegados. O novo titular é o delegado Marcos David Salene, que atuava na Corregedoria da PF no Rio.

Procurado pela Folha, o delegado Deuler da Rocha disse ter se surpreendido com a destituição, da qual desconheceria o motivo. No inquérito sobre a privatização da Tele Norte Leste, ACM já foi ouvido, na Bahia. Segundo informações da PF, ele não apresentou provas do que havia dito. Mas, segundo a Folha apurou, o ex-senador teria entregado um documento apócrifo, que disse ter recebido pelo correio, contendo detalhes da formação do consórcio.

Saúde contrata empresa contra grampos

OTÁVIO CABRAL
DO PAÍS E BRASÍLIA

FERNANDA DA ESCÓSSIA
DA SUCURSAL DO RIO

O Ministério da Saúde contratou serviços de contra-espionagem da Fence Consultoria Empresarial Ltda., empresa do Rio de Janeiro que atua com "assessoramento e segurança de comunicações em linhas telefônicas". Entre abril de 99 até ontem, foram pagos pelos serviços R\$ 1,19 milhão.

Somente neste ano, o contrato prevê o pagamento de até R\$ 1,87 milhão. A Fence foi contratada para "detectar a existência e desativar campos magnéticos espúrios" nas linhas telefônicas do Ministério da Saúde, conforme está previsto no contrato 18/99, firmado entre a empresa e aquela pasta em abril de 1999.

A Abin (Agência Brasileira de Inteligência, que atua como serviço secreto do governo federal) e a Polícia Federal fazem varredura de grampos quando solicitadas por órgãos do governo que suspeitam de espionagem. Segundo o Ministério da Saúde, a Abin "não tem estrutura nem pessoal para realizar este tipo de trabalho", o que, segundo o ministério, levou à contratação de "uma empresa idónea" (leia texto ao lado).

Conforme a Folha apurou, a Fence, além de varreduras eletrônicas, também tem capacidade de fazer escutas telefônicas, embora a execução desse tipo de serviço seja negada tanto pela empresa quanto pelo ministério.

Perfilistas atribuem a uma operação de grampo ilícito a origem da busca e apreensão feita na empresa Lunus, em São Luís, que resultou na descoberta de R\$ 1,34 milhão no cofre da empresa, supostamente destinados à campanha presidencial da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, segundo a versão de Jorge Murad, marido e sócio de Roseana.

Murad se demitiu anteontem do governo, once ocupava o cargo de gerente de Planejamento, após assumir a responsabilidade pela arrecadação do dinheiro, cuja origem não revelou.

Atribui-se à repercussão do episódio a queda de Roseana nas pesquisas de opinião. O PSDB, em nota oficial, já negou qualquer tipo de relação com a operação feita na Lunus pela Polícia Federal.

A Fence é de propriedade do coronel da reserva do Exército Enio Fontenelle, que chefiou o setor de telecomunicações eletrônicas do extinto SNI (Serviço Nacional de Informações). Enio afirma que Serra, que deixou o ministério da Saúde em fevereiro último, sabia do contrato firmado e de toda a atuação da empresa.

O contrato do Ministério da Saúde com a Fence foi assinado sem licitação, com a estimativa de que sejam feitas pelo menos 600 varreduras por mês.

Coincidemente, o valor do contrato aumentou substancialmente neste ano de eleição. Entre 1999 e 2001, a empresa recebia até R\$ 28.406,06 mensais, valor previsto no Orçamento da União. Para 2002, o contrato foi reajustado e a empresa passou a receber até R\$ 156.048 ao mês.

A contratação pelo ministério dos serviços de contra-espionagem da Fence surpreende membros do Executivo. Dois ministros do atual governo, um do PSDB e outro do PMDB, afirmaram à Folha que, no ano passado, suspeitaram que seus telefones estavam grampeados. Ambos procuraram o general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que determinou que a Abin promovesse varreduras eletrônicas, sem necessidade de gastos extras para o governo.

Um ex-ministro da Justiça do governo FHC, sob condição de não ser identificado, afirmou que, quando esteve no cargo, orientou todos os funcionários de primeiro e segundo escalões a promovem varreduras em seus telefones em busca de grampo.

O ex-ministro colocou a PF à disposição para a execução do serviço. Segundo ele, a PF tem os melhores especialistas em varredura e, por isso, não haveria necessidade de contratar empresa. Além da Saíde, a Fence foi contratada em 1999 pelo Superior Tribunal de Justiça. Para promover varreduras nos gabinetes e nas casas dos ministros, a empresa recebeu na época R\$ 92.248,80.

"Não gosto que a minha empresa seja confundida com empresa de grampo"

ENIO FONTENELLE
dono da Fence

Ministério diz que precisa se precaver

DO PAINEL, EM BRASÍLIA

O Ministério da Saúde afirma que a contratação da Fence para a varredura de grampos é uma ação de interesse nacional, pois protege ações estratégicas do governo na saúde, como a quebra de patentes de medicamentos e a luta contra o fumo.

Segundo a assessoria de imprensa, o ministério precisa se precaver, porque essas ações polêmicas contrariaram "interesses poderosos" de empresas do Brasil e do exterior. O serviço executado pela Fence, diz a assessoria, é de "checagem de existência de grampos telefônicos e de transmissores de rá-

dio" no ministério.

O serviço não foi confiado à Abin ou à PF, segundo a assessoria, porque o ministério precisa de uma detecção de grampos permanente. Os órgãos do governo fariam apenas trabalhos pontuais e específicos, a partir de suspeitas de espionagem. Além disso, a Abin não teria meios nem pessoal para acompanhar a evolução tecnológica do setor de informação.

O Ministério da Saúde alega que o valor pago à empresa foi aumentado em 2002 porque as varreduras, antes mensais, passaram a ser diárias, com acompanhamento permanente dos telefones.

Segundo o ministério, a licitação foi dispensada nesse caso porque a Fence é uma empresa de notória especialização e já prestou serviços para órgão do governo como o Superior Tribunal de Justiça e Itaipu.

FRASE

"O Ministério da Saúde enfrenta —e contraria— interesses poderosos, como a indústria farmacêutica e a indústria do cigarro"

NOTA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

justificando a contratação de empresa de varredura de grampo

Secos e molhados

FHC orientou seus líderes no Congresso a negociarem "no va-rejo" com parlamentares pefe-listas para evitar a CPI do Grampo. É a história de sempre: quem não assinar o requerimento poderá ter emendas liberadas e manter os cargos nos Estados.

Burita de aeroporto

O Planalto considera que o PFL é hoje um partido sem bú-sola, fragmentado e com uma ala que age sob emprego para se viregar de Serra. Se não for máni-do por dentro, a partir dos par-lementares propensos a uma re-composição, o PFL poderá real-me-ntre aprovar a CPI.

Bode expiatório

Enquanto uma ala do PFL tenta colar uma bomba para des-truir Serra, outra desenha uma recompensação a médio prazo como o governo. Mas acha que, para quietar a sigla, precisa la-var a honra do PFL com o san-gue de Márcio Fortes, suposto mentor do dossier Roseana.

Marcção cerrada

O PMDB vai jogar mais duro contra o governo. Motivo: at-e-ora não herdou nenhum car-dezido pelo PFL. E desconfia de que, em algum momento, o PFL não só pode recuperar los, como ganhar mais alguns.

Perdas e ganhos

O PPS tem assinar a CPI e ser-vir de instrumento de chantag-em do PFL para voltar ao go-verno. Já o PT acha que não per-de nada investindo na crise.

Sem sigilo

A alegação de que houve vazamento de dados no processo so-bre a empresa de Roseana esbarra num detalhe: o processo é pú-blico. Pouco antes da operação da PF, a justiça havia decidido que não cabe sigilo no caso.

Linha direta

Como o processo a respeito da empresa Lumen é público, os do-mentos podem ser manusea-dos não só pela imprensa, mas por qualquer cidadão. As fotos das pilhas de dinheiro encontra-das na empresa de Roseana fa-zem parte dessas peças públicas.

Fora do ar

Um grupo de deputados da oposi-ção obteve liminares que suspen-de a propaganda da União sobre as mudanças da CLT. Para o juiz federal Rafael Soares, "trata-se de lobby custeado pelo dinheiro público".

Olhos fechados

A Comissão Pastoral da Terra emitiu carta aberta com o se-guinte título: "O que a ONU não quis ver no Maranhão". Jean Ziegler, relator do órgão sobre a fome, cancelou sua visita ao Es-tado por interferência do Planalto, que achou que Roseana po-deria vê-la como provocação.

Visitas à Folha

Ronaldo Sardenberg, ministro da Ciéncia e Tecnologia, visitou ontem a Folha, onde foi recebido em almoço. Estava acompanhado de Simone Scholzer, as-sessora especial do ministro, e de Fernando Luiz, assessor de comunicação.

★

Fernando Dall'Acqua, secretá-rio do Estado da Fazenda de São Paulo, visitou ontem a Folha. Estava acompanhado de Clóvis Panzarini, coordenador da ad-ministração tributária, e de Alberto Morelli, jornalista da All-comm Partners.

★

Edevaldo Alves da Silva, presi-dente da Unifmu e presidente do Instituto Metropolitanano de

REVIRAVOLTA NA SUCESSÃO Partido intensifica ofensiva contra pré-candidato

PFL ameaça Serra com CPI do grampo e cassação de Fortes

RAQUEL ULHOA

LUIZA DAME

DA SICURSA DE BRASÍLIA

O PFL avançou ontem na ofen-siva para tentar minar a pré-can-didatura do senador José Serra (PSDB-SP) à Presidência, levan-tou a questão sobre a contratação de serviços de contra-espionagem pelo Ministério da Saúde, amea-cou apoiar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do grampo e pediu a cassação do se-cretário-geral do PSDB, o deputado federal Márcio Fortes (RJ).

Um dos pefe-listas mais incisivos, o líder do partido na Câmara, Inocéncio Oliveira (PE), apoiou a criação de uma CPI Mista para in-vestigar denúncias de escutas tele-fônicas clandestinas nos últimos anos. A iniciativa partiu do PT.

Na Câmara, o PFL também for-mulou na Mesa Diretora uma repre-sentação contra Fortes, um dos principais articuladores da candidatura de Serra. O PFL quer a investigação das suspeitas de en-volvimento dele em espionagem da governadora Roseana Sarney (MA), pré-candidata do partido.

Ontem, o governador do Rio, Anthony Garotinho (PSB), disse que, se fosse chamado para depor numa eventual CPI, diria "exata-mente" o que tem dito à imprensa: "Fui procurado por uma pes-soa que se disse enviada pelo Márcio Fortes". Garotinho se negou a revelar o nome dessa pessoa, que teria lhe oferecido um dossier con-tra a governadora pefe-lista: "Não é o caso de divulgar o nome dessa pessoa. Agora é hora de investigar as acusações contra a Roseana".

Mas o assunto que mais pro-vo-cou reações dos pefe-listas o dia to-do foi a publicação de reportagem na Folha ontem sobre a contrata-

ção da empresa Fenc Consulto-ria Empresarial Ltda. pelo Minis-terio da Saúde para detectar a exis-tência de grampo telefônico.

Para o presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), o fato é "da maior gravidade" e cobrou expli-cações do governo. "O dinheiro é público e foi gasto com objetivos duvidosos e desnecessários."

Na reunião da Executiva Nacio-nal do partido, a cúpula pefe-lista cogitou a convocação do ministro Barjas Negri para explicar o con-trato no Senado, o que poderá ser feito na próxima semana.

O líder do PFL no Senado, José Asgrípolo (RN), levantou suspei-tas de que o contrato com a Fenc firmado na gestão do então mi-

nistro Serra — poderia envolver outros serviços, além da varredura nos telefones do ministério.

"Ao PFL causa profunda estranheza o contrato, principalmente pelos valores revelados. Será que uma varredura custa tudo isto?", perguntou o líder.

Segundo ele, o PFL "está investi-gando" o contrato e o eventual envolvimento de setores do go-verno em aliyades de espionagem com finalidade eleitoral. Em tom cauteloso, não hipotecou apoio à CPI nem à convocação de Negri por enquanto.

★

Ó pais não pode ficar à mercé da arapongagem, da bisbilhotice", disse o líder do PT na Câma-ra, João Paulo Cunha (SP). Para o

senador petista José Eduardo Du-stra (SE), a iniciativa "poderá as-sustar o PSDB e imbr ações futu-ras relacionadas a espionagem".

Inocéncio disse que deve ir a aliar à oposição na tentativa de sus-pender a decisão do TSE de vincular as coligações para a elei-ção presidencial. Ele prometeu au-sinhar o projeto de decreto legi-ativo que anularia a decisão.

O PFL entrou com uma ação in-direta de inconstitucionalidade no STF contra a medida do TSE.

REVIRAVOLTA NA SUCESSÃO Fence, de ex-oficial do SNI, atua para o ministério desde 99 e deve receber R\$ 1,87 mi este ano

Saúde contrata empresa contra grampos

OTÁVIO CABRAL
DO PAINEL, EM BRASÍLIA
FERNANDA DA ESCÓSSIA
DA SUCURSAL DO RIO

O Ministério da Saúde contratou serviços de contra-espionagem da Fence Consultoria Empresarial Ltda., empresa do Rio que atua com "assessoramento e segurança de comunicações em linhas telefônicas". Entre abril de 99 até ontem, foram pagos pelos serviços R\$ 1,19 milhão.

Somente neste ano, o contrato prevê o pagamento de até R\$ 1,87 milhão. A Fence foi contratada para "detectar a existência e desativar campos magnéticos espúrios" nas linhas telefônicas do Ministério da Saúde, conforme está previsto no contrato 18/99, firmado entre a empresa e aquela pasta em abril de 1999.

A Abin (Agência Brasileira de Inteligência, que atua como serviço secreto do governo federal) e a Polícia Federal fazem varredura de grampos quando solicitadas por órgãos públicos que suspeitam de espionagem. Segundo a Saúde, a Abin, "não tem estrutura nem pessoal para realizar este tipo de trabalho", o que, para a pasta, levou a contratação de "uma empresa idônea" (leia texto ao lado).

Conforme a Folha apurou, a Fence, além de varreduras eletrônicas, também tem capacidade de fazer escutas telefônicas, embora a execução desse tipo de serviço seja negada tanto pela empresa quanto pelo ministério.

Pefelistas atribuem a uma operação de grampo ilícito a origem da busca e apreensão feita na empresa Lunus, em São Luís, que resultou na descoberta de R\$ 1,34 milhão no cofre da empresa, supostamente destinados à campanha presidencial da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, segundo a versão de Jorge Murad, marido e sócio de Roseana.

Murad se demitiu anteontem do governo, onde ocupava o cargo de gerente de Planejamento, após assumir a responsabilidade pela arrecadação do dinheiro, cuja origem não revelou.

Atribui-se à repercussão do episódio a queda de Roseana nas pesquisas de opinião. O PSDB, em

nota oficial, já negou qualquer tipo de relação com a operação feita na Lunus pela Polícia Federal.

A Fence é de propriedade do coronel da reserva do Exército Enio Fontenelle, que chefiou o setor de telecomunicações eletrônicas do extinto SNI (Serviço Nacional de Informações). Enio afirma que Serra, que deixou o ministério da Saúde em fevereiro último, sabia do contrato firmado e de toda a atuação da empresa.

O contrato do Ministério da Saúde com a Fence foi assinado sem licitação, com a estimativa de que sejam feitas pelo menos 600 varreduras por mês.

Coincidemente, o valor do contrato aumentou substancialmente neste ano de eleição. Entre 1999 e 2001, a empresa receberá até R\$ 28.406,06 mensais, valor previsto no Orçamento da União. Para 2002, o contrato foi reajustado e a empresa passou a receber até R\$ 156.048 ao mês.

A contratação pelo ministério dos serviços de contra-espionagem da Fence surpreende membros do Executivo. Dois ministros do atual governo, um do PSDB e outro do PMDB, afirmaram à Folha que, no ano passado, suspeitaram que seus telefones estavam grampeados. Ambos procuraram o general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que determinou que a Abin promovesse varreduras eletrônicas, sem necessidade de gastos extras para o governo.

Um ex-ministro da Justiça do governo FHC, sob condição de não ser identificado, afirmou que, quando esteve no cargo, orientou todos os funcionários de primeiro e segundo escalões a promovem varreduras em seus telefones em busca de grampo.

O ex-ministro colocou a PF à disposição para a execução do serviço. Segundo ele, a PF tem os melhores especialistas em varredura e, por isso, não haveria necessidade de contratar empresa.

Além da Saúde, a Fence foi contratada em 1999 pelo Superior Tribunal de Justiça. Para promover varreduras nos gabinetes e nas casas dos ministros, a empresa recebeu na época R\$ 92.248,30.

Dono diz que empresa não faz grampo

DA SUCURSAL DO RIO

O coronel da reserva do Exército Enio Fontenelle, 64, identificou-se como o dono da Fence Consultoria Empresarial Limitada e disse que a empresa não faz grampos telefônicos. Age defensivamente, com o objetivo de proteger de invasões eletrônicas, como o grampo. "Não gosto que a minha empresa seja confundida com empresas de grampo. Sou o oposto, sou o mocinho", afirmou.

Ele disse também que o ex-ministro José Serra sabia do contrato firmado com a empresa em 1999.

"Claro que ele sabe, você acha que o ministro não vai saber algo que ocorre dentro do ministério dele?", questionou, dizendo que a pessoa que o procurou em 1999 agiu "em nome do ministro".

Uma pessoa de confiança, segundo ele, é indicada pelo gabinete do ministro para receber os relatórios mensais da Fence. Especialista na técnica e na doutrina de segurança de comunicações, área em que atua desde 1958, Fontenelle

foi oficial de comunicações do Exército e está na reserva.

Ele chefiou o setor de Telecomunicações Eletrônicas do SNI (Serviço Nacional de Informações) de 1980 a 1990, foi professor de segurança nacional na Academia Nacional da Polícia Federal e coordenou o esquema de comunicações de segurança na Eco 92.

No SNI, Fontenelle disse que trabalhava na área tecnicista, não na de operações. Era encarregado da doutrina e da compra de equipamentos, mas não da execução de trabalhos de espionagem.

"A coisa pior que existe para mim é que o meu cliente de hoje me confunda com araponga." Fontenelle recebeu a Folha ontem no escritório da Fence, na Barra da Tijuca (zona oeste do Rio). Segundo disse, a empresa foi criada em 1993, e ele divide a sociedade com os dois filhos. Afirmou que, no caso da Saúde, sua atuação foi mais preventiva.

"Essas pessoas que já conhecem o modus vivendi da sua atividade

contratam o serviço mesmo sem

ter nenhuma desconfiança. Foi o que aconteceu na Saúde." Disse que em 1999 foi procurado por alguém do gabinete do ministério —não disse quem— para que fizesse uma proposta de trabalho.

Não revelou se a pasta já foi alvo de invasões eletrônicas. "É confidencial." Na avaliação dele, tanto o ministério como Serra são altamente suscetíveis a invasões.

"Se eu tivesse de dizer, de zero a dez, os alvos potenciais mais importantes do Brasil, diria que ele está entre dez e dez. Ele [Serra] é algo número 1, é candidato à Presidência. Ele, a Roseana, o Lula, são alvos potenciais enormes."

Para ele, a Saúde contrariou interesses de laboratórios, com o lançamento dos genéricos, e dos EUA, com relação à quebra de patentes dos medicamentos contra a Aids. Entre seus 40 clientes estão grandes empresas do setor privado e órgãos públicos, afirmou. O único cliente cujo nome revelou foi Itaipu Binacional, para quem a Fence faz segurança eletrônica.

(FERNANDA DA ESCÓSSIA)

Ministério diz que precisa se precaver

DO PAINEL, EM BRASÍLIA

O Ministério da Saúde afirma que a contratação da Fence para a varredura de grampos é uma ação de interesse nacional, pois protege ações estratégicas do governo na saúde, como a quebra de patentes de medicamentos e a luta contra o furto.

Segundo a assessoria de imprensa, o ministério precisa se precaver, porque essas ações polêmicas contrariaram "interesses poderosos" de empresas do Brasil e do exterior.

O serviço executado pela Fence, diz a assessoria, é de "checagem de existência de grampos telefônicos e de transmissores de rádio" no ministério.

O serviço não foi confiado à Abin ou à Polícia Federal, segundo a assessoria, porque o ministério precisa de uma detecção de grampos permanente. Os órgãos do governo fariam apenas trabalhos pontuais e específicos, a partir de suspeitas de espionagem. Além disso, a Abin não teria meios nem pessoal para acompanhar a evolução tecnológica do setor de informação.

O Ministério da Saúde alega que o valor pago à empresa foi aumentado em 2002 porque as varreduras, antes mensais, passaram a ser diárias, com acompanhamento permanente dos telefones.

Segundo o ministério, a licitação foi dispensada, nesse caso porque a Fence é uma empresa de notória especialização e já prestou serviços para órgão do governo como o Superior Tribunal de Justiça e Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 78, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro tenham tramitação em conjunto os Projeto de Lei do Senado nºs 138, de 1999 e 24 de 2002, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – Senador **Carlos Patrocínio**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 79, DE 2002

Sr. Presidente,

O Senador Bello Parga, com fulcro no art. 216 e art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de obter informações acerca dos contratos entre o Ministério da Saúde e a Empresa Fence Consultoria Empresarial, em razão das denúncias narradas em matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo** do dia 17 de março de 2002, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, intitulada “Perigo à vista”, requer, após o trâmite deste requerimento, seja oficiado ao Ministro de Estado da Saúde para que forneça:

1. cópia dos autos dos processos administrativos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação que culminaram na contratação da Empresa Fence Consultoria Empresarial, de propriedade do Sr. Énio Fontenelle;

2. cópia dos contratos e dos respectivos termos aditivos;

3. valores pagos à Empresa Fence em razão de cada contrato, seus respectivos aditivos e as respectivas datas;

4. relatório das inspeções realizadas com as respectivas datas e horários, bem como o nome e

qualificação dos profissionais que executaram os serviços;

5. qualificação da empresa e currículos dos prestadores do serviço;

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – **Belo Parga**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a violência em nosso País chegou a tal ponto que o Congresso Nacional, que jamais ficou alheio ou omisso, houve por bem instituir uma Comissão Especial Temporária para analisar todos os projetos existentes na Casa e para apresentar, em 60 dias, sugestões para minimizar a violência no Brasil.

Tenho a certeza de que, depois dos trabalhos dessa Comissão, depois de votadas as matérias nas duas Casas, algum avanço teremos alcançado, embora entenda que, se aplicássemos as leis atuais, certamente teríamos diminuído em pelo menos 50% a violência em nosso País. O que se observa é que todos esses criminosos de alta periculosidade, quando são presos, já têm extensa ficha policial e às vezes são reincidientes até mais de uma vez.

Gostaria de apresentar também a minha colaboração a essa Comissão e penso que, entre as medidas discutidas pelo Congresso Nacional neste momento, no esforço de deter o assustador crescimento da violência no Brasil, não se deve esquecer ou relegar a plano secundário a questão do sistema penitenciário, verdadeiro “estado-maior” da organização do crime. Não se pode também reduzir essa discussão às modificações do controle interno das instituições penitenciárias, pois o problema apresenta dimensões complexas, com aspectos jurídicos, estruturais e sociais agravados por circunstâncias históricas e culturais.

Sem a pretensão de esgotar a análise do tema o que, na verdade, fugiria aos objetivos deste pronunciamento, solicito às Sras e aos Srs. Senadores atenção para a síntese que passo a expor, a fim de que possam apoiar, se for o caso, o encaminhamento que

proponho com a finalidade de reverter o quadro lastimável das prisões brasileiras, objeto de crítica de organismos internacionais e da imprensa mundial, e quartéis estratégicos da propagação da violência, do tráfico, dos seqüestros e de outros crimes que apavoram a nossa sociedade.

A antigüidade, Sr^{as}s e Srs. Senadores, desconheceu totalmente a privação de liberdade estritamente considerada como sanção penal. Mesmo havendo encarceramento de delinqüentes, este não tinha o caráter de penas, mas, sim, de preservar os réus até o seu julgamento ou execução. Recorria-se à pena de morte, às penas corporais e às penas infamantes. Os lugares onde se mantinham os acusados até a realização do julgamento eram diversos, já que não existia ainda uma arquitetura penitenciária própria. Utilizavam-se calabouços, aposentos de castelos, torres, conventos abandonados, subterrâneos de palácios e outros edifícios. O direito era exercido por meio do Código de Hamurabi ou da Lei de Talião, que ditava: "Olho por olho, dente por dente"; tinha base religiosa e moral vingativa.

Durante os séculos XVI e XVII, a pobreza se abateu e se estendeu por toda a Europa. Os distúrbios religiosos, as guerras, as expedições militares, a extensão dos núcleos urbanos e a crise das formas feudais da economia agrícola contribuíram para o aumento da criminalidade. Ante tanta delinqüência, a pena de morte deixou de ser uma solução adequada. Na metade do séc. XVI, iniciou-se um movimento de grande transcendência no desenvolvimento das penas privativas de liberdade, na criação e construção de prisões organizadas para a correção dos apenados.

A mais antiga arquitetura carcerária data de 1596, construída em Amsterdã, que se destinava, em princípio, a mendigos e jovens malfeitos condenados a penas leves ou longas, com trabalho obrigatório, vigilância contínua, exortação e leituras espirituais. Já as raízes do Direito Penitenciário começaram a se formar no séc. XVIII. Durante muito tempo, o condenado foi objeto da execução penal, e só recentemente ocorreu o reconhecimento dos direitos da pessoa humana do condenado, ao surgir a relação do direito público entre o Estado e o sentenciado.

Após a II Guerra Mundial, surge, em vários países, uma lei de execução penal como na Polônia, Argentina, França, Espanha, Brasil e outros Estados-Membros da Organização das Nações Unidas – ONU. Somente a partir do segundo Código Penal, em 1890, aboliu-se a pena de morte e surgiu o regime pe-

nitenciário de caráter correcional, com a finalidade de ressocializar e reeducar o detento.

Hoje, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Brasil administra um dos maiores sistemas penais do mundo, com cerca de 250 mil detentos, agrupados em 871 estabelecimentos de diferentes categorias, incluindo penitenciárias, presídios, cadeias públicas, cadeões, casas de detenção, sem contar os distritos ou delegacias policiais.

Em todos os sentidos, o sistema penal brasileiro é enorme. O Brasil encarca mais pessoas do que qualquer outro país da América Latina; o sistema opera o maior presídio do continente; até mesmo o número de fugitivos atinge milhares. Infelizmente, os problemas desse sistema imenso e de difícil controle possuem proporções correspondentes, conforme comprovam os dados a seguir enunciados.

A grave superlotação é, talvez, o problema mais básico e crônico a afligir o sistema penal brasileiro. A capacidade real de uma prisão é difícil de ser objetivamente estimada e fácil de ser manipulada. Mas não resta dúvida de que quase todos os estabelecimentos prisionais brasileiros estão superlotados. Como todos sabemos, prisões superlotadas são extremamente perigosas: aumentam as tensões, elevando a violência entre os presos, tentativas de fuga e ataques aos guardas. O Governo teria de investir R\$1 bilhão para criar 80 mil novas vagas e acomodar os 250 mil presos que superlotam os presídios brasileiros. Nos últimos anos, foram criadas 70 mil vagas, mas a população carcerária aumentou em 120 mil pessoas. Nos principais presídios, bandos organizados controlam os presos.

O pior, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é que todos são jogados juntos. Assassinos são misturados aos ladrões de galinha. Reincidentes violentos e réus primários detidos por delitos menores freqüentemente dividem a mesma cela, situação que, combinada com as condições difíceis das prisões — ausência de supervisão efetiva, abundância de armas e falta de atividades —, resulta em abusos entre os presos.

Nas prisões mais perigosas, os detentos poderosos matam outros presos impunemente, enquanto até mesmo em prisões de segurança relativa extorsão e outras formas mais brandas da violência são comuns. A lei do cão, que não foi debatida por nenhum jurista e nunca passou pelo Congresso, é a única que vale dentro da cadeia.

Os presos brasileiros são normalmente mantidos em condições subumanas nos presídios, nas cadeias e nas delegacias do País. Devido à superlotação, muitos deles dormem no chão de suas celas, às

vezes no banheiro, próximo ao buraco do esgoto. Nos estabelecimentos mais lotados, onde não existe espaço livre nem no chão, presos dormem amarrados às grades das celas ou pendurados em redes. A maior parte dos estabelecimentos penais conta com uma estrutura física deteriorada – alguns de forma bastante grave.

Forçados a conseguir seus próprios colchões, roupas de cama, vestimentas e produtos de higiene pessoal – de que sou totalmente a favor –, muitos presos dependem do apoio de suas famílias ou de outros de fora dos presídios. A luta por espaço e a falta de provisão básica levam à exploração dos presos por eles mesmos. Assim, um preso sem dinheiro ou apoio familiar é vítima dos outros presos. O "princípio" político vigente é, na verdade, semelhante ao abordado por Thomas Hobbes em seu livro **Leviatã, homo homini lupus** – o homem é o lobo do homem; ou análogo ao conceito do filósofo francês Jean-Paul Sartre de que "inferno é o outro".

Nesse ambiente carcerário, a aprendizagem do crime e a formação de associações criminosas são meras consequências. O indivíduo que entra num presídio acaba entrando numa escola do crime, de onde sai grande convededor dos delitos e contravenções penais das mais diversas.

Existem, dentro da prisão, fatores contundentes para a degeneração da saúde física e mental do recluso. As deficiências de alojamento e de alimentação facilitam o aparecimento da tuberculose, enfermidade encontrada por excelência nas prisões. Contribuem igualmente para deteriorar a saúde dos detentos as más condições de higiene dos locais, originadas da falta de circulação de ar, da umidade e dos odores nauseabundos. A não alternância entre o ócio e o trabalho configura um dano considerável na condição físico-psíquica do interno, pois a falta de atividade condiciona o indivíduo a um estado de inoperância e descompromisso.

Pela inércia, pela falta de ocupação, pela carência de bons hábitos e costumes, inicia-se um processo degradante da personalidade do recluso. O apenado, diante da inatividade, acaba inevitavelmente, por relacionar-se com os demais sujeitos que estão ao seu redor, envolvendo-se também com drogas e alucinógenos que provocam, não raras vezes, a dependência física e psíquica.

A violência das condições descritas atinge, da mesma forma, a vida sexual dos apenados. De caráter universal, o atentado violento ao pudor ocorre quase sempre na presença de terceiros, e os reclusos mais jovens são as maiores vítimas. Há a resistência,

mas no final o jovem fica sem saída e acaba cedendo pelo temor que lhe é causado. Casos há em que o detento é "passado" por todos os demais da cela. São casos deprimentes, que muitas vezes se repetem pelo consentimento dos próprios guardas, em troca de propinas.

Nesse cenário, a AIDS encontra as condições ideais de expansão e atinge 20% da população carcerária do Brasil, segundo pesquisa da Universidade de São Paulo, USP. Essa população é considerada de alto risco, principalmente por ser constituída, em sua grande parte, por um grupo de pessoas em contato com o uso ou o tráfico de drogas e discriminadas pela sociedade.

Os indivíduos são provenientes de comunidades com acesso limitado aos cuidados de saúde especialmente em relação a atenção primária, detecção precoce e tratamento adequado das doenças. Populações encarceradas são representadas, em grande parte, por usuários de drogas. Esse dado ressalta o fato de que os presídios são o mais importante local de acesso às drogas injetáveis.

Evidências adicionais indicam que a atividade sexual, tanto hetero como homossexual ocorre comumente nos presídios, facilitando a ação de doenças sexualmente transmissíveis. Como se não bastasse tudo o que foi dito, outros fatores ainda concorrem, Srs e Srs. Senadores, para o agravamento do quadro penitenciário brasileiro. Mais de 30% dos presos do País ainda não tiveram suas sentenças julgadas em definitivo; cerca de 89% dos presos não desenvolvem qualquer trabalho pedagógico ou produtivo; 95% são indigentes e 97%, analfabetos ou semi-analfabetos.

A reincidência na população penal é de 85%, o que demonstra que as penitenciárias não estão desempenhando a função de reabilitação dos detentos. As constantes fugas, rebeliões e mortes mostram, por outro lado, que o Estado precisa restabelecer sua autoridade no sistema penitenciário para reconquistar a confiança da sociedade.

O fato de bandidos condenados imporem suas regras nos presídios, corromperem servidores, montarem exércitos do tráfico e liderarem as ações criminosas dos respectivos bandos nas ruas é um perigoso sinal de que o Estado está à beira da falência.

De fato, o desafio do sistema penitenciário tal como se apresenta no País exige, para seu enfrentamento, adaptações e reformulações infra-estruturais capazes de assegurar o mínimo de adequação desses estabelecimentos às finalidades em função das quais foram implantados. As deficiências de toda ordem apontadas nas instalações físicas das peniten-

ciárias, muitas em diferentes pontos do território brasileiro, comportam sua classificação como simples "depósito de presos". Além disso, sobressaem disfunções de variada natureza, determinando que o cumprimento da pena se transforme, graças a fatores como a superlotação, a promiscuidade e a ociosidade, em via pura e simples dos que delinqüiram.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador Carlos Patrocínio, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Concedo o aparte ao eminentíssimo Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a desenvolve um discurso da maior importância, notadamente porque estamos, nesse instante, discutindo em todas as instâncias do Legislativo, do Executivo e do Judiciário e, de um modo geral, no seio da sociedade o sistema de segurança pública do nosso País e a matéria a que V. Ex^a se refere, a questão carcerária ou penitenciária do nosso País. É lamentável que um País como o nosso, considerado a 25^a economia do mundo em renda **per capita**, tenha uma situação tão deprimente em seus presídios. A promiscuidade, a desocupação e as instalações inadequadas, tudo isso é um relatório candente de uma processo que se vem agravando com o tempo. Tendo o Brasil se descuidado da questão social, todos os segmentos foram prejudicados, inclusive o sistema penitenciário, porque foi relegado a um segundo plano. Senador, recentemente, em meu Estado, Sergipe, ocorreu um fato estarrecedor. Mais de 200 presos, como vem ocorrendo ultimamente, abriram um túnel para fugir de uma penitenciária. Os policiais, antes que a fuga acontecesse, descobriram o buraco e para lá foram de armas em punho. Mas, por incrível que pareça, a munição era de festim. Então, a polícia, desarmada, não tinha como enfrentar os bandidos em fuga, muitos deles portando armas construídas na penitenciária. Apesar da vistoria feita pelas autoridades, os detidos sempre encontram algum jeito de fabricar alguma arma perfurante. Dispõe desse armamento, eles poderiam, naquele instante, se descobrissem que os soldados estavam desarmados, fugir em massa e, quem sabe, até assassinar aqueles pobres soldados. Essa é a situação em nosso País. Com o assassinato do Prefeito petista do Município de Santo André, a sociedade entrou em polvorosa. Todas as autoridades envolvidas na resolução do problema foram cobradas. Também o Senado Federal se mobilizou, cumprindo o seu papel. Nada menos de 288 proposições se encontram em

tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, aguardando solução e um resultado positivo. A Comissão Mista certamente se engrandecerá com o pronunciamento de V. Ex^a, porque ele é um relato fiel de tudo o que está acontecendo nas penitenciárias brasileiras e recomenda uma ação enérgica do Poder Executivo, no sentido de solucionar, de uma vez por todas, esse problema cíclico. Como V. Ex^a afirmou, mais de 80% desses presos são reincidentes. Eles saem da cadeia, mas voltam a praticar o crime, uma prova evidente de que a prisão não está reintegrando o cidadão à sociedade e não o ensina a obedecer as normas vigentes da sociedade. Felicito V. Ex^a pelo importante pronunciamento. Tenho certeza de que ele servirá, dentre tantos outros, como fundamento para a sustentabilidade da segurança pública e da melhoria das condições de nossas penitenciárias.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Senador Antonio Carlos Valadares, agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento. V. Ex^a, um eminentíssimo representante do Estado de Sergipe, demonstra grande preocupação com essa questão e reforça minhas afirmações ao citar a tentativa de fuga dos sentenciados de seu Estado.

Senador, falarei do custo de um preso e demonstrarei que se gasta mais com o preso do que com o policial, que as penas alternativas seriam mais baratas para o Governo, e que não temos o direito de colocar um ladrão de galinha junto com um sequestrador, um preso de alta periculosidade, que não zela pela vida de seus semelhantes.

Convenhamos, Srs. Senadores, se a prisão não oferece condições de recuperação, a pena de morte seria uma medida menos hipócrita – embora deva confessar que, por questões religiosas, éticas e até profissionais, sempre me posicionarei contrariamente à adoção dessa medida em nosso País. Daí a necessidade de renovação do sistema penal, inclusive mediante a aplicação mais freqüente das penas alternativas, como juristas de expressão insistentemente aconselham.

No Brasil, conforme estatuído no art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal, a lei regula, entre outras, as seguintes penas: privação de liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos. Não obstante essas medidas, a reiterada execução das penas privativas de liberdade ultrapassam em muito as demais. Uma política criminal orientada no sentido de proteger a sociedade deveria restringir a pena privativa de liberdade aos casos de reconhecida necessidade como meio

eficaz de impedir a ação criminosa cada vez maior do cárcere.

Não se deve, desse modo, esquecer que a sanção não se resume à simples consequência do ilícito. Visa ela à correção da personalidade humana. Deve-se, portanto, aplicar, sempre que possível, o princípio maior da escola correcionalista segundo o qual não há criminosos incorrigíveis, mas incorrigidos.

Apesar de a legislação autorizar sua aplicação, apenas 1,2% dos condenados brasileiros cumpre penas alternativas. Na Inglaterra, o índice é de 50%; nos Estados Unidos, 68% e, na Alemanha, 2% dos condenados estão na prisão, todos os outros cumprem penas alternativas.

Este percentual impressiona, nobres colegas: enquanto na Alemanha 98% dos sentenciados cumprem penas de resarcimento à sociedade em regime aberto, no Brasil 98,8% se encontram inativos, segregados, mergulhando ainda mais nos meandros do crime e vivendo inteiramente à custa dos cofres públicos, isto é, dos impostos pagos pelos cidadãos que trabalham e cumprem as leis.

Se aplicássemos os tipos de penas alternativas, poderíamos promover uma retirada de cerca de 40 mil presos das penitenciárias. A ressocialização é incompatível com o encarceramento - pelo menos no Brasil, isso está demonstrado. O que se observa em toda parte é que a prisão exerce um efeito devastador sobre a personalidade, reforça valores negativos, cria e agrava distúrbio de conduta, é uma eficiente escola do crime.

Congressos de especialistas, documentos internacionais de direitos humanos e vozes autorizadas de grupos têm recomendado incansavelmente que se reduza drasticamente o aprisionamento das pessoas, substituindo-o por outros mecanismos.

Se o fim da prisão é, como já afirmamos, a ressocialização do preso condenado, se a ressocialização implica socialização dos valores do condenado, se é a experiência que possibilita a modificação e desenvolvimento dos valores, seria de se esperar que as prisões fossem ambientes, laboratórios que proporcionassem ao condenado uma gama de experiência que lhe incutisse ou que lhe permitisse desenvolver valores benéficos à sociedade.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, como vimos, as prisões no Brasil não proporcionam ao condenado preso a sua recuperação. Os direitos previstos na Lei de Execuções Penais não são aplicados na prática. Enfim, sabemos que o ambiente de

uma unidade prisional no Brasil, em regra, é muito mais propício ao desenvolvimento de valores nocivos à sociedade do que ao desenvolvimento de valores e condutas benéficos.

Por outro lado, não se pode confundir um homicídio com um ladrão de galinhas, com um sonegador de imposto ou um funcionário que comete peculato. Os crimes são bem diferentes, e os primeiros compreendem uma ação violenta direcionada contra a pessoa humana em relação a sua vida e a sua integridade física. Já os outros incidem sobre o patrimônio e resultam de uma ação de astúcia e esperteza.

Estou convencido, Sr^{as} e Sr^s Senadores, de que a segregação só se justifica quando o convívio social representa perigo concreto. Estou seguro ainda de que a pena pecuniária, em alguns casos, desde que guarde adequação às condições financeiras de quem delinqüiu, tende a ser mais eficaz do que a privação da liberdade.

A aplicação de penas alternativas é, pois, uma das soluções para o sistema penitenciário brasileiro, desde que assegurados os meios de fiscalização capazes, mas que certamente custariam muito menos para o Estado do que investir em casas de reclusão ou na terceirização de serviços.

Um preso custa ao Estado, mensalmente, R\$500,00 (quinhentos reais). Um condenado a serviços comunitários custa R\$50,00 (cinquenta reais) por mês, sendo que o retorno social e educacional é muito mais proveitoso para a sociedade.

Paralelamente, com os presídios aliviados da superlotação, desenvolver-se-ia um trabalho para sua recuperação física, funcional e social. Proporcionando-se ocupação remunerada ao presidiário, poderá ele reessarcir o Estado das respectivas despesas e se habituar ao trabalho dignificante, o que lhe permitirá, posteriormente, a reintegração social.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, tratamento humanitário não é favor nem privilégio; é dever indeclinável do Estado assegurá-lo a tantos quantos mantém sob sua custódia. Consideremos, entretanto, a adoção de penas alternativas, não só como medida de humanização dos presídios, mas também como estratégia para a redução da violência e para o desmantelamento do principal quartel do crime organizado em nosso País.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Concedo, com muita honra, um aparte ao Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Carlos Patrocínio, não entrarei, é claro, no mérito da questão, no estudo profundo que V. Ex^a fez dessa ou daquela pena, da forma de prisão alternativa na Europa, na Alemanha. Esse trabalho que V. Ex^a desenvolveu de como podemos aliviar, desalojar, minimizar a questão dos presídios, das lotações, merece todo o nosso respeito. Gostaria de cumprimentá-lo, Senador Carlos Patrocínio, pelo estudo e pelo fato de despertar o interesse da sociedade, dos responsáveis, enfim, de todos com relação à premência que estamos a viver no País. Quão bom seria se não houvesse presídios lotados, quão bom se não houvesse tantos presos, e quão bom se houvesse mais tranquilidade. É neste conjunto de idéias, de como minimizar, de como separar, de como realizar, de como aproveitar, de não deixar os mais perigosos com outros cujas penas são menores, que devemos tratar o tema. Pois, após cometido o crime, temos de enfrentar, de resolver. Mas, como fato preponderante, temos de atacar em conjunto as causas. Devemos evitar, Senador Carlos Patrocínio, a superlotação nas penitenciárias, nas prisões. Talvez uma das causas seja a de que milhares de jovens que não conseguem estudar – dos 16 aos 24 anos –, ou passam no vestibular mas não podem estudar porque não têm como pagar, os pais não possuem recursos e os filhos deixam de freqüentar a escola, não buscam o aprimoramento e, com isso, não encontram emprego; então, como esses jovens não conseguem nada na vida, muitas vezes não estão preparados para o insucesso eles seguem por caminhos outros e enveredam no mundo do crime. Começam devagar, vão indo, vão indo e ocorrem os casos sérios Brasil afora. Muitos pais de família que não encontram também guarida, estão desempregados; o meio provoca a situação, vai viciando e conduzindo a isso. Precisamos evitar as causas. Com certeza, teremos nossas prisões e penitenciárias mais vazias e ofereceremos mais tranquilidade a todos. Portanto, creio que devemos enfrentar toda essa problemática em conjunto, em diversas frentes. Cumprimento V. Ex^a por estar preocupado em qualificar e em classificar, também, como é que trataremos a segurança e a recuperação, para oferecer mais segurança à família brasileira. Não há a menor dúvida que devemos oferecer mais tranquilidade à população, por isso é importante o debate de V. Ex^a, na tarde de hoje, não só nesta Casa, mas em todo o Brasil. Aliás, este é um tema que está em pauta no País, o problema da segurança e como enfrentá-lo. Ninguém sabe o que fazer e cada cidadão quer ter até um segurança para si. Há uma prisão em cada canto e em cada lugar. Não é

possível mais sair depois das 22 horas, pois a insegurança é total. "Vamos nos enclausurar" é a expressão hoje. Por isso temos que parar para meditar. Ao lado das causas, nós vimos, desde o começo até a parte final, como qualificar, como classificar, quando acontecido. Agora, quanto antes e quanto mais pudermos evitar, sem dúvida, ajudaremos o conjunto. Parabenizo V. Ex^a porque, como médico, como homem preparado dessa área, vem buscar as questões fundamentais nessa tese, pois faz um estudo profundo de como as questões são tratadas nos países do Primeiro Mundo e como podemos aplicá-las também em nosso País.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Eminent Senador Casildo Maldaner, quis exatamente provocar a discussão desse tema. Estamos apresentando uma sugestão para minimizar a degradante situação das penitenciárias brasileiras, mostrando que ali existem vários presos que já deveriam ter saído, até porque já cumpriram pena. São centenas de pessoas que já cumpriram pena. Estamos mostrando a degradação do sistema penitenciário brasileiro. A pessoa que lá viver durante algum tempo estará, ao nosso ver, inexoravelmente perdido para a vida em sociedade.

Então, é uma maneira de mostrar a esta Comissão que teremos que agir também na questão penitenciária. Mas, o mais importante para acabar com tantas prisões no Brasil, com tantos mandados de prisão não cumpridos, evidentemente, é o investimento no social, conforme já disse aqui o eminent Senador Antonio Carlos Valadares. Mas, aí, eminent Senador Casildo Maldaner, é uma questão muito mais complexa, que merece um trabalho diuturno desta Casa, que deseja implantar o sistema de renda mínima no Brasil, que deseja erradicar a pobreza no País – e até já criamos um fundo. É um assunto a ser demoradamente discutido. É dessa forma que evitaremos a lotação atual dos nossos presídios.

Agradeço, portanto, a participação de V. Ex^a e o cumprimento pela preocupação. Espero que possamos, quem sabe um dia, fazer com que todas as nossas crianças tenham uma vida digna e que não precisem seguir pelo caminho do vício ou da criminalidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de fato, pessoalmente não sei da onde

vem essa nobreza toda. Na verdade atuo com um modelo que é o tribuno do povo surgido na velha Roma. O parlamentar desligado da nobreza que representava a população mais simples, mais pobre no parlamento romano.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero pedir o apoio e chamar a atenção dos Srs. Senadores para cinco projetos de minha autoria que tramitam na Casa. Dois deles dizem respeito à contabilidade unificada de Municípios e de Estados. Um é uma emenda constitucional; outro, um mero projeto de lei que determina com precisão a forma com que a contabilidade deve ser redigida para evitar a impossibilidade da leitura dos balanços de Prefeituras e Estados, impossibilidade que decorre da manobra ilusionista dos Secretários da Fazenda que misturam rubricas e impedem de forma quase definitiva a correta leitura do desempenho das finanças de Estados, Municípios e da própria União. É um projeto interessantíssimo que me foi sugerido pelo Deputado Max Rosenmann e redigido com o apoio da especializada e competente Assessoria Legislativa do Senado da República. Esse projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e já tem parecer favorável, em suas duas versões de PEC e de projeto de lei, do Senador José Agripino Maia.

O segundo projeto se arrasta, tramita há três anos no Senado da República; um projeto extraordinariamente claro e objetivo que põe fim ao jogo do bingo e às máquinas eletrônicas de jogo de azar no Brasil. Essa questão é muito séria pois o jogo, legalizado, serve basicamente para lavagem de dinheiro.

Pasmem os Srs. Senadores que, esta semana, um grupo de Parlamentares da República Argentina fez contato com o meu gabinete impressionados com algumas denúncias publicadas na minha página da Internet. Os Senadores e Deputados argentinos, acessando a referida página verificaram que os mesmos mafiosos espanhóis e italianos que atuaram no Brasil corrompendo o Ministério do paranaense Rafael Greca atuam e tentam corromper o processo legislativo no idêntico sentido de legalização da jogatina na Argentina. Estou tentando contactar o Ministério Público brasileiro para que, em consulta aos argentinos, inteire-se também dessa ramificação, desse braço argentino da corrupção do jogo. Peço aos Srs. Parlamentares apoio ao projeto que extingue o jogo de azar, o bingo e as máquinas eletrônicas no nosso País. Esse projeto se encontra na pauta da CCJ e tem, desde agora, parecer favorável do Senador Maguito Vilela.

Outra matéria que se arrasta com extraordinária vagareza no Senado Federal é um projeto de resolução que muda o sistema de votação na Casa, que acaba com o voto impessoal, com o voto de Liderança, e estabelece que todas as votações devem ser feitas por meio do painel eletrônico, à prova de fraudes – já que o voto não é o voto secreto; o voto digitado que aparece no painel pode ser conferido por cada um dos Srs. Senadores. Eu ponho, isso sim, fim ao voto de Liderança, à manipulação das maiorias e ponho cobro também à necessidade do pedido de verificação de **quorum** porque, não havendo **quorum**, esse não se manifestará no painel e, logo, a votação ou mesmo a sessão cairá automaticamente. Trata-se de projeto que já ficou muito tempo na Mesa Diretora e que agora se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável também do Senador Lúcio Alcântara.

Finalmente, peço aos Srs. Senadores apoio a um projeto de decreto legislativo que pretende cassar a condecoração dada ao ex-Presidente Fujimori, do Peru. Fujimori, hoje derrubado, é foragido da Justiça e procurado em todo o mundo, mas por um equívoco ou por uma torpeza do Executivo foi condecorado com a maior comenda existente no Brasil, a Ordem do Cruzeiro do Sul. A cassação dessa comenda por decreto legislativo é uma necessidade da moralização dos costumes e uma imposição reclamada pela dignidade de outras pessoas ilustres que ao longo da história da existência da Ordem do Cruzeiro do Sul a receberam.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero trazer ao conhecimento do Plenário do Congresso Nacional o teor integral da Carta de Fortaleza; carta vazada na reunião externa da Comissão Mista do Mercosul, comissão que presido, composta pelo Senado e pela Câmara, e que contou com a participação de Parlamentares do Parlamento Andino, do Parlatino, do Chile, da Venezuela, do Uruguai, do Paraguai e do Brasil. O teor da carta que neste momento trago ao conhecimento do Senado da República e do País é o seguinte:

DECLARAÇÃO DE FORTALEZA.

Os representantes da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, incluindo delegações do Congresso Nacional do Brasil, dos Parlamentos do Paraguai e Uruguai, as representações dos Parlamentos do Chile, Venezuela, do Parlamento Andino e do Parlamento Latino Americano, assim como da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará reunidos no Fórum "O Mercosul, a Alca e a dívida externa"

CONSIDERANDO

1.:Os indicadores sociais na América Latina que atestam a exclusão social, o desemprego e a baixa qualidade de vida da grande maioria do povo;

2. Que os recursos das agências multilaterais de desenvolvimento, ainda que formalmente negociados sob condições favoráveis para atender demandas dos segmentos mais fragilizados, nem sempre atingem os objetivos previstos;

3 .Que a negociação e a aplicação dos recursos oriundos das instituições internacionais de crédito vêm sendo realizadas sem a participação dos corpos legislativos de cada nação, estado ou província, a quem fica reservada apenas a homologação das decisões tomadas pelo Poder Executivo;

4. Os fortes condicionamentos e as permanentes pressões que se impõem às nações latino-americanas por parte das agências financeiras multilaterais, com ingênuica na elaboração e aplicação de nossas políticas macroeconômicas;

5. Que há um aprofundamento cada vez mais acentuado da pobreza em todo o continente latino-americano, o que ressalta ao alcance limitado dos projetos que os recursos internacionais financiam;

6. A dificuldade de fazer com que a América Latina se liberte da miséria sem que ingresse em um longo e seguro processo de desenvolvimento, com democracia plena;

7. Que o desenvolvimento político, social, educacional, cultural e econômico latino-americano só ocorrerá com a execução de políticas públicas firmemente conduzidas pelos governos de cada nação, com o acompanhamento e fiscalização dos parlamentos nacionais;

8. Que alguns países latino-americanos precisam realizar sua respectiva reforma tributária que imponha uma tributação justa a toda a sociedade e gere uma arrecadação mais elevada para financiar os custos do processo de desenvolvimento.

Concluem:

I. A gestão das políticas públicas deve se subordinar a um sistema de planejamen-

to que traduza com fidelidade as prioridades e necessidades majoritárias de cada país;

II. As instituições internacionais de apoio ao desenvolvimento não podem dar cobertura e respaldo a processos autoritários de administração de seus recursos, que privilegiem grupos minoritários, concentrando renda e poder e enfraquecendo a democracia;

III. Há necessidade urgente de reforma das instituições financeiras internacionais, cuja criação iniciou-se há mais de cinqüenta anos e hoje obsoletas, para adequá-las ao cenário de um mundo globalizado em que se verifica a extrema vulnerabilidade das economias em desenvolvimento frente aos impactos perversos da volatilidade dos fluxos do capital internacional;

IV. É chegada a hora de o Parlamento de cada nação latino-americana exercitar a soberania nacional e o controle permanente das políticas públicas adequadas às condições e carências de cada país, exigindo prestação de contas aos seus representantes nos organismos financeiros internacionais;

V. O Parlamento de cada país, bem como os Parlamentos regionais, devem incluir em suas agendas debates e medidas sobre as políticas específicas aplicadas pelas entidades financeiras internacionais e as dificuldades de sua adequação à realidade latino-americana.

Tendo em vista esses aspectos, declaram:

a – A política e acordos realizados com o BID, FMI, BIRD e demais agências internacionais devem permitir a adequada e oportuna participação da sociedade civil e das instituições político-representativas;

b – É necessário que todos os países latino-americanos sejam incluídos nos processos multilaterais de discussão sobre integração política, econômica ou social das Américas, assim como para programas de financiamento;

c – As negociações para formação de qualquer área de livre comércio ou de integração devem ser executadas coletivamente pelos blocos econômicos existentes, levando em conta os princípios consagrados na

presente Declaração, em especial os referentes ao controle democrático pelos Parlamentos, assim como o recurso essencial à consulta popular;

d – A necessidade de se discutir e avaliar a aprovação de legislação que determine a participação dos Parlamentos nacionais na definição dos escopos dos acordos internacionais por parte dos governos;

e – Frente à globalização da economia, a América Latina assume o dever iniludível e irrenunciável de proteger, conservar e manter nosso patrimônio cultural, nossas etnias e nossos povos tradicionais, eliminando todos os vestígios de discriminações históricas e odiosas e perseguições a nossas raças autênticas;

f – Nossos Parlamentos devem definir junto aos respectivos governos políticas para a promoção, nos sistemas educacionais, dos grandes valores universais da solidariedade, justiça social e da democracia.

Fortaleza, Ceará, 12 de março de 2002."

Essa declaração foi assinada por mim; pelo Deputado Estadual Wellington Landim, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; pelo Deputado Federal Inácio Arruda, membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; pelo Deputado Federal Ney Lopes; pelo Deputado Federal Feu Rosa; pelo Senador Arlindo Porto; pelo Deputado Federal Paulo Gouvêa; pelo Deputado Federal Confúcio Moura; pelo Deputado Federal Sérgio Miranda; pelo Deputado Estadual Eudoro Santana; pelo Deputado Estadual João Bosco; pelo Deputado Estadual José Nobre Guimarães; pelo Senador Danilo Astori, do Uruguai; pelo Deputado Ronald Pais, do Uruguai; pelo Deputado Sergio de Velasco, do Chile; pelo Deputado Mario Escura, do Paraguai; pela Deputada Jhannett Madriz, Presidente do Parlamento Andino, da Venezuela; pelo Deputado Victor Hugo D'Paola, do Parlamento Latino-americano, da Venezuela.

Esse seminário externo da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul foi realizado como um contraponto ao Seminário do BID, em Fortaleza. Há necessidade de que o contraditório se estabeleça e de que idéias claras que se opõem à Alca, que assumem com clareza a defesa do projeto de Mercosul, pelo menos nesse momento do desenvolvimento e da conjuntura política do Brasil, do Cone Sul latino-ame-

ricano e do mundo, sejam colocadas para a discussão pública.

Esse seminário teve uma repercussão extraordinária no Ceará. Foi coberto por 150 emissoras de rádio e pela totalidade da imprensa local, mas foi, soberba e galhardamente, ignorada pela imprensa nacional, que se dedicou, única e exclusivamente, à cobertura do seminário do BID. Omissão, desinteresse, ou deliberado encobrimento de uma discussão importante para o Cone Sul, para a América Latina e, principalmente, para o Brasil.

A TV Senado também, de certa forma, falhou conosco, pois não esteve presente. Tomamos o cuidado de filmar todo o encaminhamento do trabalho e dos debates e entregamos essas fitas à Direção da TV Senado, para que, como se faz com o funcionamento de todas as Comissões no Senado da República, esses debates, essas contradições e essa defesa insistente do interesse brasileiro e da cidadania latino-americana sejam também do conhecimento do povo brasileiro.

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores e telespectadores da TV Senado, a importância dessa televisão pública na cobertura dos eventos, das opiniões, dos debates entre os Partidos, do pluralismo político brasileiro! A televisão a cabo, privada, com a ameaça da participação de 30% do capital estrangeiro, que já não vem cobrindo assuntos que não sejam do interesse da globalização, do neoliberalismo e do entreguismo que toma conta do Governo nacional, omite-se, e apenas a televisão do Senado, por cabo ou com sinal aberto, acessível pelas antenas parabólicas, em todo o território nacional e América Latina, possibilita esse debate possível e faz com que seja do conhecimento dos latino-americanos o inteiro teor das discussões desse **forum**, desse seminário realizado em Fortaleza, que se contrapôs ao seminário do BID.

A TV Senado é o buraco no fim do túnel, é a possibilidade última de que os grandes debates nacionais sejam realizados com o conhecimento do povo. A televisão privada cobre o que quer ou, principalmente, não cobre o que não quer. Fica aqui a advertência sobre a ameaça que significa a participação de 30% do capital estrangeiro. O mínimo que um grupo financeiro internacional, que participe do capital de uma televisão brasileira, exigirá é que os seus interesses não sejam contrariados, que os seus interesses não sejam discutidos, que os seus interesses não sejam abordados no País de uma perspectiva do interesse dos brasileiros e da nossa economia e que diga res-

peito, fundamentalmente, ao nosso processo civilizatório.

Percebiam, brasileiros, no plenário e fora dele, a importância desse sinal aberto às redações dos jornais e das rádios, às casas de milhares de brasileiros e que deveria estar aberto nos sistemas tradicionais em cada Município e em cada Estado, viabilizando que os debates nacionais sejam acompanhados por um número cada vez maior de cidadãos.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade do uso da palavra e a tolerância com o tempo. Despeço-me de V. Ex^a para dar oportunidade ao próximo orador, que, sem a menor sombra de dúvida, será o nobre e brilhante Senador Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornelas, por cessão do Senador Álvaro Dias.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sra^s e Srs. Senadores, transcorre no próximo dia 21, depois de amanhã, o Dia Mundial de Combate e de Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. O Brasil começa a tomar consciência desse tema a respeito do qual o Senado da República pode, ainda nesta semana, tomar decisões importantes.

Basta que passemos em revista a situação social dos negros em nosso País para vermos, com clareza, a necessidade de políticas e ações afirmativas em favor da nossa população afro-descendente. Abolida a escravidão há 113 anos, não foram criadas condições de igualdade de oportunidades para aqueles que foram, então, libertos. Na situação de hoje, a participação dos negros na população brasileira é da ordem de 45,3%, considerando-se aqui o contingente de pardos (39,9%) e de pretos (5,4%), conforme a classificação do IBGE.

Cerca de 70 milhões de brasileiros constituem a segunda maior nação negra do mundo. Mas, se são 45% da nossa população, os negros concentram entre nós 64% da pobreza e 69% da indigência.

Considerando-se a distribuição regional, quase a metade da população parda brasileira vive no Nordeste (47%). Se tomamos em consideração a questão educacional e suas relações com o mercado de trabalho e os níveis de remuneração da população negra, vemos que têm razão aqueles que bradam, que desfraldam a bandeira da reparação. É preciso que, efetivamente, o nosso País tenha consciência e adote medidas para corrigir essa situação de desigualdade que se perpetua em nossa realidade.

O Brasil, na recente Conferência de Durban, na África do Sul, de acordo com o relatório do seu Comitê Nacional, reconheceu a situação de desigualdade e firmou posição para adotar medidas reparatórias por meio de políticas públicas específicas ainda por serem definidas, estabelecidas, desenhadas.

Adotou, contudo, a representação brasileira alguns critérios bastante claros como o desenvolvimento das comunidades remanescentes dos quilombos e, também, a defesa do sistema de cotas para as universidades públicas, entre outras medidas estabelecidas.

O IPEA, órgão do Ministério do Planejamento, realiza estudos que contêm um diagnóstico das condições de vida da população brasileira afro-descendente e se propõe a realizar estudos específicos e, sobretudo, a propor políticas públicas a serem executadas.

Não devemos ficar de braços cruzados esperando que esses estudos sejam concluídos. É preciso que medidas e providências sejam tomadas de logo para começar a transformar essa realidade que afeta praticamente metade da população brasileira.

Vejamos alguns dados dos estudos já realizados. Se considerarmos os 54 milhões de pobres no Brasil, o que equivale a 34% da nossa população, nada menos do que 33,7 milhões são afro-descendentes. Dos 22 milhões de indigentes, nada menos do que 15,1 milhões são afro-descendentes. O conceito de pobreza refere-se aos gastos com alimentação e às despesas mínimas com vestuário, habitação e transporte.

Considerando-se, no entanto, o conceito de indigência, Srs. Senhores, 22 milhões de brasileiros não têm acesso sequer à cesta básica. Dentre esses, 15,1 milhões são afro-descendentes.

É uma realidade chocante, que precisa ser tratada com atenção pelos legisladores e executivos do Poder Público em nosso País, bem como pelas empresas privadas, que precisam ter cuidado especial com a população brasileira afro-descendente.

Entre os pardos, que são a grande maioria dessa população, a situação é ainda pior que a dos pretos: 48,4% são pobres e, destes, 22,3% são indigentes. Entre os pretos, 42,9% são pobres e 18,3% são indigentes.

Coincidemente, é no Nordeste que se concentra boa parte da população afro-descendente brasileira. O Nordeste é uma região pobre e sofrida, subdesenvolvida, que concentra 28,9% da população brasileira. Desse povo nordestino, 76,8% são

afro-descendentes, ou seja, de cada quatro nordestinos, três são afro-descendentes. Estão no Nordeste 60,6% dos pardos pobres e 46,6% dos pretos pobres do País.

Se olhamos do ponto de vista da criança, a pobreza é mais acentuada nesse segmento, que, abrangendo 29% da população, concentra 43% da pobreza, cuja incidência é superior a 60% entre os afro-descendentes de zero a catorze anos.

Se passamos a considerar o trabalho infantil, vemos que, embora venha se reduzindo, constitui mais uma indicação da precária condição de vida dos afro-descendentes em nosso País. Na faixa dos cinco aos nove anos, em 1992, trabalhavam 3,7% das crianças. Em 1999, esse porcentual tinha-se reduzido para 2,4%. Entre os brancos a situação tem melhorado mais rapidamente. A redução foi de 45% no período, enquanto entre os negros, de apenas 24%. Na faixa de dez a catorze anos cai, entre 1992 e a partir de 1995, de 22% para 17% o número das crianças que trabalham. No entanto, 13% das crianças brancas e 20% das crianças negras entre dez e catorze anos trabalhavam. Também aqui o diferencial tem crescido com redução do trabalho infantil entre os brancos, mais acelerado do que entre os negros.

Com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, mais a bolsa-escola, que se expande significativamente a partir de 2001, com a criação do Fundo de Combate à Pobreza – essa situação já deve ser, em 2002, melhor do que então.

Diminui a quantidade de crianças que trabalham, mas mantém-se e até tem-se agravado a diferença da situação racial.

A população negra, no que diz respeito ao emprego, se concentra na atividade agrícola, na construção civil e na prestação de serviços, especialmente nos trabalhos domésticos com empregos precários.

O trabalho livre substituiu a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra imigrante. Em 1901, de cada 100 trabalhadores na indústria, 90 eram imigrantes europeus. Eis aí, Srs e Srs. Senadores, o retrato da exclusão em nosso País logo depois de proclamada a Abolição da Escravatura.

Os negros representam, quanto à renda, 70% dos 10% mais pobres da população e somente 15% nos 10% mais ricos. Dentre os 10% mais ricos, os brancos apropriam 41% da renda total do Brasil e os negros apenas 6%.

É o que o técnico do Ipea, Ricardo Henriques, chama de embranquecimento da riqueza nacional. E aponta um Brasil branco, mais rico e mais desigual, e

um Brasil negro, mais pobre e mais equânime, sendo que o Brasil branco é cerca de duas vezes e meia mais rico do que o Brasil negro.

Boa parte desses problemas resulta dos diferenciais de escolaridade: 55% do diferencial de salários entre brancos e negros está associado à desigualdade educacional. Os jovens de 25 anos, negros, têm 6,1 anos de estudo; os brancos, 8,4 anos de estudo. Portanto, um diferencial de 2,3 anos, que é relativamente pequeno, mas sobre uma base muito baixa.

Na verdade, precisamos melhorar, no que se refere aos anos de estudo, toda a população, mas nem por isso devemos deixar prolongar, se agravar esse diferencial que existe e vigora na realidade social do País, entre essas duas parcelas étnicas da nossa população.

Dados de 1999 nos mostram que, entre as pessoas analfabetas de 15 e 25 anos, os negros são 8%; os brancos, 3%. No analfabetismo com mais de 15 anos, os negros são 19,8%; os brancos são 8,3%.

O ensino fundamental tem-se universalizado, é verdade, os demais níveis, não. Mas, mesmo assim, na idade de 7 a 13 anos, fora da escola, temos 2% dos brancos e 5% dos negros.

Entre os 18 e os 23 anos, com secundário não completo, os brancos são 63%; os negros, 84%.

Entre os 18 e 25 anos que não haviam ingressado na universidade, os brancos são 89%; os negros são 98%. Apenas 2% dos negros haviam ingressado na universidade, em 1999, na faixa entre os 18 e 25 anos de idade.

A escolaridade média, é verdade, tem crescido, mas tem-se mantido o diferencial entre brancos e negros. A política universalista, mais uma vez aqui fica claro, não atende à necessidade de corrigir esse diferencial ao longo do tempo. E nós sabemos da importância dos negros na formação da nossa nacionalidade, de sua importância histórica e da sua contribuição cultural para o País. Falta-lhes, contudo, oportunidades de ascensão social.

A abordagem da questão racial no Brasil causou, numa primeira fase, preocupação penal quanto à discriminação – a Lei Afonso Arinos estatuiu como contravenção. Após a Constituição Federal de 1988, a Lei Caó criminalizou o preconceito racial. Mas o que precisamos, além da abordagem penal, é de um tratamento, de uma política específica de inclusão social, uma política que crie oportunidades iguais para toda a população brasileira.

O baiano Rui Barbosa, na linha de Aristóteles, nos ensinou que a verdadeira lei de igualdade consis-

te em aquinhoar desigualmente aos desiguais à medida que se desigualam, para assim estabelecer, por intermédio da justiça distributiva, condições efetivas de igualdade.

Ingressamos, agora, felizmente, numa segunda fase: a fase das ações afirmativas. Da atitude de não discriminar, passamos a promover a igualdade de oportunidades. Da igualdade formal, queremos alcançar a igualdade substantiva, a igualdade real. Isso requer, por parte do Estado, por parte do poder público, uma política ativa, que reconheça a insuficiência das políticas universalistas que congelam as desigualdades, e que resulta, também, numa ampliação dos poderes e do papel do Estado. O Estado que se retrai, que reflui, que se afasta da atividade econômica, da atividade de produção é o Estado que precisa ampliar os seus poderes e a sua intervenção, para executar uma política social de correção dos desequilíbrios que resulte na prestação positiva por parte do Estado, através de políticas de eliminação das desigualdades.

Aqui no Senado Federal, temos em tramitação pelo menos dois projetos que tratam de políticas afirmativas no sentido de corrigir as desigualdades de natureza racial em nosso País. Refiro-me ao Projeto de Lei do Senado n.º 212, de 2001, de minha autoria, que estabelece prioridade absoluta para os afro-descendentes nas bolsas de estudo da filantropia, que devem ser concedidas a título de assistência social a carentes, proporcionando às instituições de ensino a isenção da quota patronal previdenciária.

Como todos sabemos, depois da Constituição de 1988, as bolsas de estudo desapareceram. Elas estão previstas na Constituição apenas para aquele caso do ensino fundamental, onde não haja oferta adequada de vagas. De modo que essas bolsas de estudo da filantropia constituem um nicho que devemos aproveitar para orientar, para direcionar, para focar, nesse contingente populacional brasileiro, que tem sido tão prejudicado ao longo do tempo e que, sobretudo no acesso à universidade, tem enfrentado graves limitações.

Trata-se, no caso deste projeto, de bolsas de estudo, e não do financiamento educacional, do crédito educativo. Tampouco se trata da política de quotas. O que desejamos é dar prioridade absoluta, enquanto houver um brasileiro afro-descendente carente numa dessas instituições, seja de ensino superior ou de ensino médio ou de ensino fundamental, na concessão dessas bolsas para, só então, passar a outras camadas e a outras parcelas da população.

Sr. Presidente, essa é uma proposta que não tem qualquer implicação, qualquer conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal. É uma isenção já existente, a qual se está procurando dar uma destinação social justa e adequada. Não tem, portanto, impacto fiscal, mas corresponde a cerca de R\$800 milhões ao ano. Isso é o dobro do atual Filanprograma de financiamento educacional a estudantes de nível superior. Trata-se, por conseguinte, de um valor nada desprezível e que tem sido mal utilizado em nosso País, permitindo que a filantropia se transforme em "pilantropia".

Com a aprovação desse projeto, teremos condições de maior controle social, porque hoje não existe sequer controle administrativo sobre a efetiva aplicação desses recursos.

Aprovado na Comissão de Educação, a matéria deverá ser apreciada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, juntamente com o Projeto de Lei do Senado nº650/99, de autoria do Senador José Sarney, que prevê uma cota de 20% para a população negra nas vagas destinadas a cargos e empregos públicos nos três níveis de Governo, nos cursos de graduação, em todas as instituições de nível superior do País e nos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior.

Em ambos os projetos, adotou-se o critério da autodeclaração, tal como ocorre em relação ao censo realizado pelo IBGE. O projeto do Senador Sarney recebeu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na semana passada, um importante substitutivo da lavra do Senador Sebastião Rocha. O referido substitutivo amplia o escopo do projeto, introduzindo novos critérios e novos elementos. Dependendo da decisão desta Casa amanhã, por meio da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cuja deliberação terá caráter terminativo – o projeto de minha autoria terá de vir ainda ao plenário desta Casa – o País poderá comemorar o Dia Mundial de Combate à Discriminação Racial neste 21 de março.

Será a oportunidade de tomarmos a vanguarda da definição de uma política de ações afirmativas que visem à integração definitiva da população afro-descendente, desses nossos irmãos que foram involuntariamente trazidos nos navios negreiros e que, até hoje, não foram, de fato, incorporados de modo equânime, igualitário e solidário, na nossa sociedade, embora tenham contribuído tanto com a nossa cultura, a nossa nacionalidade e a nossa história.

Ao fazer este pronunciamento, apelo às Sr.ªs e Srs. Senadores para que tenhamos amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois no Senado, a aprovação dessas leis que constituirão

um marco definitivo de mudança de atitude do País em relação à população brasileira afro-descendente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Waldeck Ornelas, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Sem Partido – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a maior das nossas universidades públicas federais, tendo sido a universidade do Brasil, orgulho do País e muito especialmente do Rio de Janeiro, atravessou, ultimamente, um período de dissensos internos graves. Isso resultou na perda de motivação por parte de professores e alunos, da comunidade acadêmica como um todo, e, obviamente, de perda de produção acadêmica e de prestígio, bem como a um certo período de esvaziamento e de descrédito, de descrença da população em relação ao trabalho eminentíssimo, indispensável e de valor inestimável daquela universidade.

Entretanto, Sr. Presidente, esse período findou agora, no último dia da semana passada, quando se abriram as urnas com a votação de toda a comunidade acadêmica – professores, alunos, funcionários – para a escolha do novo reitor. O comparecimento maciço dos votantes demonstrou o interesse e até mesmo um certo anseio da comunidade acadêmica de superar aquele período de desmotivação e inaugurar a recuperação dessa unidade de pensamento e de esforços em prol exatamente da ultrapassagem daquele período.

Houve o comparecimento maciço e 85% dos votos se concentraram na figura do professor Carlos Francisco Lessa, um dos decanos da Universidade; um professor de prestígio nacional e internacional. De brilhantismo reconhecido por todos, o professor constitui um paradigma de comportamento ético, moral e que foi escolhido por sua capacidade de liderança. Constituiu-se no estuário de todas aquelas aspirações da UFRJ com a finalidade de recompor todas as suas forças vivas para inaugurar um período de fertilidade maior, de restauração da sua missão universitária, da sua missão eminentemente educativa e de pesquisas, o que corresponde a restaurar aquele orgulho que a cidade do Rio de Janeiro tem pela sua Universidade.

Portanto, esse acontecimento constituiu-se em um motivo de enorme regozijo para toda a cidade do Rio de Janeiro. A Câmara de Vereadores da cidade realizou uma sessão especialmente dedicada ao professor Carlos Lessa e à comunidade acadêmica da UFRJ para comemorar o evento e o resultado da eleição.

Eu e os Senadores Artur da Távola e Geraldo Cândido, do Rio de Janeiro, apresentamos um requerimento de voto de aplauso do Senado, que foi encaminhado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação. Espero que seja aprovado. Trata-se de manifestação de regozijo do Senado, de reconhecimento da importância e significado da eleição feita pela comunidade acadêmica para a escolha do novo reitor. Mais de 90% dos votos dos professores se destinaram à figura do professor Carlos Lessa. Com isso, a cidade do Rio e —acredito— todo o meio universitário do Brasil esperam uma restauração de todas as qualidades da UFRJ, a primeira grande universidade e a maior das universidades federais públicas do Brasil.

Sr. Presidente, aproveito o ensejo para manifestar, em meu nome e em nome dos Senadores Geraldo Cândido e Artur da Távola, o contentamento, o regozijo e a satisfação de noticiar à Casa esse grande acontecimento. A escolha do Professor Carlos Lessa, que será naturalmente confirmada em reunião depois de amanhã, na quinta-feira, pelo Conselho Universitário, para que seja enviada a sua indicação ao Presidente da República pela via do Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Casildo Maldaner, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Colegas, volto mais uma vez a esta tribuna, em poucos minutos, para traçar novamente algumas considerações em relação a uma questão que reputo de suma importância para todos nós: as catástrofes, as emergências, as enchentes, as secas e diversas outras circunstâncias adversas vividas por milhares de famílias, em várias regiões do Brasil. E já tenho analisado este assunto por diversas vezes nesta Casa.

Gostaria de voltar ao tema até por uma certa satisfação, porque, na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a proposta que apresentei sobre a criação de um Fundo de Defesa Civil Nacional recebeu apoio quanto ao mérito; apenas há uma dúvida quanto à constitucionalidade do projeto, motivo pelo qual foi enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para análise desse aspecto.

Sr. Presidente, essas propostas são importantes – ressalto, porque somos um País imprevidente quanto a catástrofes; por isso é que elas ocorrem. Acontece uma catástrofe no Município "X" ou em determinada região, faz-se o levantamento e encaminha-se à Defesa Civil do respectivo Estado, que o envia ao Ministério de Integração Nacional, à Defesa Civil Nacional, e esta, por sua vez, não detém os recursos; é necessário, então, provocar a medida provisória do Governo para que venha ao Congresso Nacional, e daí se tenta minimizar a crise. Quanto tempo transcorre até essa data? Geralmente são 6 meses, 8 meses, muitas vezes um ano até que possíveis recursos sejam liberados para a reconstrução do posto de saúde, da escola que caiu, da ponte que ruiu, da pinguela para as crianças irem à escola. Tudo isso leva uma eternidade, porque na verdade somos um País imprevidente, a despeito de as questões serem imprevisíveis.

Por isso, há dois projetos. Um deles tramita na Casa e propõe que, de todo seguro feito no Brasil, destine-se um percentual para um Fundo de Defesa Civil Nacional. Além disso, que também se destine para esse Fundo um percentual do Imposto de Renda da Pessoa Física e da Jurídica. Por que não? Hoje, a Lei Roaunet já permite a destinação de parte do Imposto de Renda a pagar, das Pessoas Físicas e Jurídicas, para se fazer um filme, por exemplo. Logicamente, existe um limite para isso. Muitas vezes, é claro, o filme não é o mais recomendável, sabemos disso; mas é bom para a cultura. Claro que pode!

Dessa forma, por que não aplicar alguma coisa do Imposto de Renda a ser pago, por mínima que seja a quantia, no Fundo de Defesa Civil Nacional? É isso o que prevê o nosso projeto. Do montante recolhido, oriundo do Imposto de Renda e também dos seguros, 1/3 fica para a Defesa Civil Nacional, 1/3 para as Defesas Civis Estaduais e do Distrito Federal, e 1/3 para as Defesas Civis dos Municípios brasileiros. Assim, haverá uma Defesa Civil organizada em cada um dos cerca de cinco mil Municípios brasileiros. Quando ocorrer a emergência, não será mais necessário recorrer a esferas superiores, pois já existirá a Comissão de Defesa Civil Municipal, preparada pelo menos

para resolver os assuntos preliminares referentes a calamidades.

Então, surge a pergunta: Como motivar a população para colaborar com esse Fundo? A motivação decorre do fato de que, de todo seguro de automóvel feito no Município ou do montante do Imposto de Renda arrecadado, algo ficará no próprio Município, ou seja, um terço, no mínimo, dos valores destinados ao Fundo de Defesa Civil Nacional irão para a Defesa Civil desse Município. Assim, haverá um envolvimento de toda a sociedade, que saberá que os valores não ficarão totalmente no Governo Federal. E, quando acontecer uma calamidade, já se terá alguma coisa no Município para as providências preliminares. Se esses recursos não forem suficientes, Sr. Presidente, entra em ação a Defesa Civil Estadual, que também administra 1/3 do Fundo. Se ainda não for suficiente, se o número de Municípios for muito grande, abrangendo mais de um Estado ou até mais de uma Região do Brasil, recorre-se à Defesa Civil Nacional, detentora de seu respectivo terço do Fundo.

Isso é fundamental, Sr. Presidente. Precisamos dessa cultura, precisamo-nos precaver um pouco mais. Muitas vezes, preocupamo-nos com o nosso automóvel, mas, em relação ao meio em que ele circula, não somos previdentes. Alegam alguns, equivocadamente, que tal medida encareceria o seguro. Isso não vai acontecer, porque, se formos mais previdentes, se evitarmos catástrofes, desmoronamentos de estradas, pontes, bueiros, os sinistros serão menores e as indenizações pagas pelas companhias de seguros também o serão. Portanto, precisamos ser mais previdentes e evitar consequências desagradáveis para nós mesmos. No entanto, se acontecerem as tragédias, estaremos mais preparados. Essa é a grande razão pela qual precisamos fazer com que a sociedade como um todo participe.

Por isso, Sr. Presidente, não poderia deixar de, até certo modo, congratular-me com nossos Colegas da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, que demonstraram, quanto ao mérito do projeto, muita sensibilidade. Logo analisaremos a questão legal constitucional na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para darmos seqüência ao processo; mas precisamo-nos prevenir antes que as calamidades aconteçam. É claro que é melhor que não aconteça nada. Se nada acontecer, não há problema: o dinheiro não irá para fora, estará guardado e será devidamente administrado pelas comissões. As Defesas Civis irão, sem dúvida alguma, estar preparadas para isso. É melhor estarmos prontos e com os recursos em mãos para serem usados durante as catástrofes, que

muitas vezes acontecem na calada da noite, nos fins de semana e nos feriados. Essa questão é de suma importância para o Brasil.

Os avisos chegam. Nós sabemos que, em cada ano, 25 de dezembro é Natal; dia 1º de janeiro é o primeiro dia do ano; em março ou abril, é a Páscoa. Sabemos sempre. Apesar dos avisos, as catástrofes acontecem, as enchentes, as secas, enfim, todas aquelas calamidades, mas não estamos preparados para isso.

Sendo assim, acredito que uma das grandes saídas para o País seja a prevenção em relação a essas possíveis emergências que podem surgir sem nos avisar. A prevenção é fundamental.

Sr. Presidente, são essas as considerações que tinha a trazer sobre esses dois projetos que tramitam na Casa, apresentados há certo tempo. Embora devagar – sinto que há pressão não só da sociedade mas de todos os lados –, eles começam a tramitar, para o bem de todos os irmãos e do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Leomar Quintanilha, Maria do Carmo Alves e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o aumento descontrolado dos casos de DENGUE no País, com ocorrência mais intensa no Estado do Rio de Janeiro e na região Nordeste, expõe o quadro dramático em que se encontra a saúde pública brasileira.

Doença extinta na década de 30, em virtude da erradicação do mosquito *Aedes aegypti* para o controle da febre amarela, eis que, em 1981, o dengue volta a atingir a região Norte do País, com registro de casos em Boa Vista/RR. No Rio de Janeiro ocorreram duas grandes epidemias. A primeira em 1986/87, com cerca de 90 mil casos, e a segunda em 1990/91, com aproximadamente 100 mil casos confirmados. A partir de 1995, a dengue passou a ser registrado em todas as regiões do País e, em 1998, o número de casos chegou a 570 mil. Em 1999, houve uma redução (210 mil casos), seguida de elevação progressiva em 2000 (240 mil casos) e em 2001 (370 mil casos). Nesse último ano, a maioria dos casos (149 mil) ocorreu na região Nordeste.

A dengue é uma doença infecciosa, viral aguda, febril, causada por um arbovírus, cuja ocorrência se dá principalmente em áreas tropicais e subtropicais onde as condições do meio ambiente favorecem o desenvolvimento do mosquito transmissor do agravo, podendo desencadear sintomas semelhantes aos da gripe ou quadros graves (dengue hemorrágico). Existem quatro tipos diferentes do vírus da dengue: 1, 2, 3 e 4. A doença é transmitida pelos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, que se proliferam dentro ou nas proximidades das habitações em recipientes onde se acumula água limpa, como vasos de plantas, pneus velhos, cisternas, etc. A transmissão é mais comum em cidades, mas pode também ocorrer em áreas rurais. O único modo possível de evitar a introdução de um novo tipo de vírus da dengue é a eliminação do mosquito aedes, que também pode transmitir a febre amarela.

O mosquito da dengue está presente em 3600 municípios brasileiros, exigindo-se, portanto, para o seu combate uma mobilização nacional que envolva não apenas o Estado, mas toda a população. O controle da transmissão do vírus da dengue dá-se essencialmente no âmbito coletivo e exige um esforço de toda a sociedade, em virtude da elevada capacidade de adaptação e transmissão do seu principal vetor, o *Aedes aegypti*. Para conter o avanço dessa terrível doença, que, na sua manifestação mais grave, a hemorrágica, pode levar à morte em poucas horas, faz-se necessário que cada um de nós se conscientize da importância de alterarmos hábitos e atitudes em prol do nosso próprio benefício e de toda a coletividade. Assim, a eliminação de locais e situações que possam favorecer a proliferação e reprodução do mosquito transmissor da doença deve ser o nosso principal objetivo. Embora a transmissão da doença possa ocorrer ao ar livre, é no interior das habitações que o risco é maior, o que significa dizer que cabe a cada morador assumir a responsabilidade de evitar e eliminar qualquer possibilidade de contração e transmissão da doença dentro do seu próprio lar.

A Fundação Nacional de Saúde, órgão do governo federal responsável pelo combate ao vetor da dengue, desenvolve atividades preventivas para o controle da doença com a eliminação de criadouros, combate aos focos e borriificação com inseticida. As medidas devem ser realizadas com a participação da comunidade. O combate ao mosquito deve ser feito eliminando os insetos adultos e, principalmente, acabando com os criadouros de larvas. Para isso é importante que recipientes que possam encher-se de água sejam descartados ou fiquem protegidos com

tampas. Combatendo-se a dengue, estaremos também evitando o retorno da febre amarela, doença que não ocorre nas cidades brasileiras desde 1942.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é imperioso que unamos forças e clamarmos toda a população brasileira para essa verdadeira guerra contra o mosquito transmissor da dengue. O governo vem fazendo a sua parte, mas o combate à doença exige a participação consciente e efetiva de toda a população. Todos os cidadãos devem tomar providências no sentido de não permitir a existência de criadouros e focos do *Aedes aegypti* dentro de seus lares e nas suas imediações.

No Tocantins, após um grande esforço do governo do Estado com vistas à conscientização da sociedade, pode-se dizer que conseguimos controlar o avanço da doença. A mobilização, no entanto, continua. Campanhas educativas e esclarecedoras de como a doença é transmitida, quais os seus sintomas e o que pode ser feito para evitá-la são realizadas diuturnamente, utilizando-se de todos os meios de comunicação disponíveis para se atingir o maior número de pessoas.

Nesse momento delicado por que passa a saúde pública brasileira, em virtude do avanço da epidemia de dengue, cabe a cada um de nós dar uma demonstração de cidadania, colaborando e assumindo a nossa parcela de responsabilidade para novamente erradicarmos do nosso território essa temível doença.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma razão muito especial me traz a essa tribuna no dia de hoje, pois, com muito orgulho de minha condição de sergipana, quero homenagear a cidade de Aracaju, nossa capital, que, no dia 17 de março último, completou 147 anos de fundação.

Se a cidade, a organização do espaço urbano, diz muito de seu povo, nós, sergipanos e aracajuanos somos privilegiados. Quem chega a Aracaju sente o calor do sol que convida aos passeios a beira-mar; sente o calor humano que contagia e apaixona os turistas que lá se deliciam com caranguejos e outras pérolas da culinária da capital do pequeno e notável Estado do Sergipe; surpreende-se com as ruas largas e com o trânsito de fluxo fácil e com a imensa harmonia que paira no ar de Aracaju.

Nossa capital tem uma história bastante particular. Desde 1669 já se tem registros do povoado de Santo Antônio de Aracaju, mas foi em 17 de março de

1855, por vontade e obra do então presidente da província de Sergipe, Inácio Barbosa, que Aracaju foi elevada à condição de cidade e, imediatamente, de capital do Estado. Inácio Barbosa tinha um sonho, foi esse sonho que colocou Aracaju no coração político e social de nosso Estado: queria lá construir um porto para escoar mercadorias e estimular o comércio no Nordeste brasileiro. Infelizmente não viveu para concretizar sua vontade, sua e de todo o povo sergipano. No entanto, Sr. Presidente, seus anseios foram atendidos no governo de João Alves Filho, meu marido, e, desde 1994, nosso Estado tem um porto que honra a grandeza de nossos compatriotas e que, com muita justiça, chama-se Inácio Barbosa.

Foram 139 anos de espera, mas hoje, a cerca de 50 quilômetros de Aracaju e 200 de Maceió, escoam, com facilidade e rapidez, produtos variados. Nosso porto, embora construído pelo Estado, em convênio com a Petrobrás, funciona em moldes privados, sob a administração da Vale do Rio Doce, apresentando um desempenho de excepcional competitividade, uma das maiores do país. Ressalte-se que pela sua eficiência é utilizado também por outros Estados, como a Bahia, que usam sua estrutura para incrementar atividades comerciais.

Com uma população de aproximadamente 500 mil habitantes, Aracaju foi a primeira capital planejada do País, mais de 100 anos antes de Brasília. Seu formato geométrico, imitando um tabuleiro de xadrez, idealizado em 1850 pelo Engenheiro Sebastião Basílio Pirro, faz com que a cidade seja simples e eficiente, possibilitando que qualquer um passeie pelas ruas que contrastam o antigo e o novo com maestria. A cidade moderna marcada pelas largas avenidas e pela arquitetura dos novos edifícios e **shopping centers** contrasta com a lembrança de um tempo passado e próspero, que se pode encontrar no centro da cidade, nos casarões do início do século XX e nas belas igrejas em estilo neogótico, como a Catedral Metropolitana de 1862.

Aracaju, a cidade dos cajueiros, dos papagaios, do exótico e do tradicional, onde novo e antigo convivem em harmonia. Aracaju, a capital das extensas faixas litorâneas, onde a brisa do mar e os raios de sol fazem esculturas ao pôr do sol. Aracaju, a terra de um povo bom e paciente, de um povo hospitalário, que ama a sua cidade e comemora com muito orgulho seus 147 de vida.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para aplaudir as atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), que estão devidamente evidenciadas em seu Relatório de Atividades do 3º trimestre de 2001.

Como todos sabem, as deliberações do TCU são de extrema importância para o Congresso Nacional porque auxiliam os Senadores e Deputados Federais em suas intervenções parlamentares, quer seja no plenário ou nos trabalhos das Comissões.

Como órgão de controle externo, o TCU passa hoje por transformações importantes em sua estrutura, com o objetivo de tornar os seus trabalhos ainda mais eficientes, ou seja, procurando agilizar o rito processual e a sistemática dos atos sujeitos a registro.

Como parte desse processo de modernização de suas atividades, no Relatório do 3º trimestre de 2001, alguns dados já aparecem com resultados bem mais importantes do que os alcançados no ano anterior. Basta dizer que, no exercício mencionado, o Tribunal conseguiu fiscalizar 304 obras públicas, representando um montante de R\$7,5 bilhões. Em termos representativos, esse trabalho foi 54% maior do que o realizado no ano 2000. No que se refere ao número de processos apreciados no mesmo período, o percentual foi 15% maior e, em relação a 1999, o aumento foi de 35%. Os processos relativos a auditorias aumentaram 76% em relação a 2000 e 111% em comparação com 1999.

Por outro lado, é importante ressaltar que a agilidade do Tribunal foi determinante para que o Congresso Nacional, usando os dados fornecidos, pudesse elaborar a tempo o Orçamento da União para o ano 2002. Assim, como podemos constatar, a missão do TCU é de fundamental importância para que o Congresso Nacional possa desempenhar as suas atribuições com competência, com segurança e com transparência. Em qualquer democracia moderna, o fortalecimento do controle externo é de alta relevância para o equilíbrio social porque um Estado eficiente tem, como tarefa das mais primordiais, o zelo pelos recursos públicos.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o TCU tem como função maior assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade. Com a aprovação da Constituição de 1988, ficou definido, pelo art. 71, que o TCU cuidaria de auxiliar o Congresso Nacional no controle dos gastos públicos.

O TCU tem jurisdição sobre 2.532 unidades integrantes da administração pública federal direta e in-

direta. Além disso, Estados, Municípios e o Distrito Federal não fogem ao controle do TCU, porquanto, em relação ao uso de recursos federais descentralizados por meio de acordos, convênios, ajustes e outros instrumentos afins, essas unidades estão efetivamente sujeitas ao seu crivo.

No terceiro trimestre de 2001, o TCU realizou 522 audiências referentes a irregularidades em processos de contas. No mesmo período foram expedidas 1.117 notificações exigindo dos condenados por irregularidades na prestação de suas contas o devido recolhimento de suas obrigações junto ao Tribunal. No relatório em questão, 11% das contas foram consideradas regulares, 43% regulares com ressalvas e 46% julgadas como irregulares.

No caso das contas julgadas irregulares, 383 responsáveis foram condenados ao pagamento de multa ou do débito integral no valor de 271,8 milhões de reais atualizados monetariamente até 30 de agosto de 2001. É importante ressaltar que, em outros 34 processos, 97 responsáveis foram multados em cerca de 740 milhões de reais pelo não cumprimento de decisões do Tribunal e outras irregularidades.

Convém assinalar que o Tribunal de Contas tem sido extremamente ágil no atendimento às solicitações feitas pelo Congresso Nacional. Merece inclusivo destaque o grau de prioridade absoluta que o órgão reserva ao Congresso. No Relatório de Atividades do TCU que cobre todo o terceiro trimestre de 2001, constam 45 solicitações feitas pelo Congresso Nacional. O TCU informou ainda no mesmo Relatório que existiam 70 processos de interesse do Parlamento em andamento, dos quais 44 haviam sido apreciados no mesmo período.

O Relatório mostra igualmente que o TCU tem mostrado grande interesse em avaliar os programas do Governo Federal. Nesse sentido, o TCU tem procurado realizar auditorias operacionais e de desempenho em diversas áreas como agricultura, educação, assistência social e saúde, que reúnem programas considerados de grande importância nas diretrizes do Plano Plurianual de combate à pobreza e que têm planilha de funcionamento até 2003.

Outro assunto que tem chamado a atenção do TCU diz respeito ao Programa Nacional de Desestatização (PND) por se tratar de iniciativa que transfere vultosas somas do patrimônio público para a iniciativa privada e grupos estrangeiros. Nesse caso, a fiscalização do TCU tem sido extremamente rigorosa em todas as etapas do processo de privatização. Ela inicia-se pelo conhecimento básico da empresa, pela avaliação de sua capacidade patrimonial e se apro-

funda ainda mais na análise da fixação do preço mínimo de venda, nos detalhes sobre o leilão e na avaliação da fiscalização do cumprimento dos compromissos assumidos pelo comprador. Convém lembrar que essa atuação do TCU, desde o início do Programa de Privatizações na década de 1980, tem sido extremamente benéfica para o País. Devido a sua intervenção, foi possível corrigir vários erros de avaliação econômico-financeira que resultaram em retornos da ordem de bilhões de reais aos cofres públicos.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como pudemos verificar ao longo deste pronunciamento, o TCU vem cumprindo admiravelmente com suas ações de controle externo graças a uma eficiente transformação gerencial. Em todo o Relatório de Atividades que cobre o terceiro trimestre do ano de 2001, os avanços são visíveis. As melhorias aconteceram em todas as áreas, notadamente na informática e na racionalização do sistema de fiscalização.

Gostaria de finalizar dizendo que o TCU já pode ser considerado como uma referência de primeira grandeza na administração pública brasileira, que também está em avançado processo de modernização, de aumento de eficiência e de profunda transformação gerencial de todas as suas instâncias.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que a Mesa convocou outra sessão, a realizar-se às 19 horas e 30 minutos, para tratar de matérias especiais que estão à espera de deliberação do Senado Federal, com a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 9, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 9, de 2001, que dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Confúcio Moura, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2002, incorporando as Emendas nºs 12 e 28, e contrário às Emendas nºs 1 a 11, 13 a 27.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 14 do corrente, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução declarada.

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 11, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 11, de 2001, que *cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2002 e contrário às Emendas de nºs 1 a 15, apresentadas perante à Comissão.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 12, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 12, de 2001, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de oitenta e seis milhões de reais, para os fins que especifica*, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, em substituição à Comissão Mista e contrário às Emendas nºs 1 a 10, apresentadas perante a Comissão.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 4 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 13, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 13, de 2001, que *cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo*, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Rubem Medina, em substituição à Comissão Mista.

(Lida no dia 15 de março último, a matéria passa a obstruir imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que ultime sua votação, cujo prazo acha-se esgotado desde o dia 14 de março).

– 5 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 125, DE 2001**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2001 (nº 5.526/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que, altera o art. 98 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, tendo

Parecer favorável, sob nº 61, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 6 –

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 1, DE 2002**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 28, de 2002 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 58, de 2002, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 7 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2002

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2002 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 59, de 2002, Relator: Senador Romero Jucá, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o “Japan Bank for International Cooperation – JBIC”, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 8 –

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 20, de 2002, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos se encontra esgotado.

Votação adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 9 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 271, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2000 (nº 548/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Radio-clube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 2, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 10 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 320, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2001 (nº 768/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação Paz e Bem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 5, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 11 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 398, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2001 (nº 740/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Transcontinental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 46, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emília Fernandes, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 12 –

**PARECER Nº 76, DE 2002
(Escolha de autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 76, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 4, de 2002 (nº 1.441/2001, na origem), Relator: Senador Romeu Tuma, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do *Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza*, para exercer o car-

go de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Felippe Sampaio de Lacerda Junior.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 13 –

**PARECER Nº 77, DE 2002
(Escolha de autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 77, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 71, de 2002 (nº 73/2002, na origem), Relator: Senador Romero Jucá, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Doutor *Renato de Lacerda Paiva*, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Vitalício, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista e decorrente da aposentadoria do Ministro José Luiz Vasconcelos.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2001 (nº 3.395/2000, na Casa de origem), que autoriza doação de imóvel de propriedade do *Instituto Nacional de Seguro Social*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 15 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2000**
(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 12, de 2000
e 14, de 2001)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal

(alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária), tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 16 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000 e 14, de 2001)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, que tramitam em conjunto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 17 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 14, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, que tramitam em conjunto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 18 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 379, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2001 (nº 940/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sentinela do Alegrete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 8, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 19 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 387, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2001 (nº 718/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Positiva FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 10, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 20 –

REQUERIMENTO N° 754, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 754, de 2001, do Senador Antero Paes de Barros, solicitando, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2001, de sua autoria, cujo prazo se encontra esgotado.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 24 –

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 291, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e pela Medida Provisória nº 2.193, de 23 de agosto de 2001. (Lei Pelé).

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 27, DE 2001**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 22 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº 3.961/97, na Casa de origem), que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 33, de 2002, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sebastião Rocha, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 23 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 105, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2001 (nº 1.477/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.490, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 25 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 371, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2001 (nº 963/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à TV São José do Rio Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.420, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 26 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 389, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2001 (nº 871/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Uatumã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, tendo

Parecer favorável, sob nº 11, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 27 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 396, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2001 (nº 943/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 13, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 28 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 399, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2001 (nº 741/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Imembuí S.. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 47, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 29 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 401, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2001 (nº 798/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cooperhabic para a Educação e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 15, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora ad hoc: Senadora Emilia Fernandes.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 30 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 404, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2001 (nº 1.022/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 16, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 31 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 416, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2001 (nº 1.035/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 92, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sebastião Rocha, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 32 -

REQUERIMENTO Nº 688, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 688, de 2001, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1997, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

Votação adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

Ata da 24ª Sessão Deliberativa Extraordinária em 19 de março de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Ramez Tebet

ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antonio Carlos Valadares – Artur da Tavola – Bello Parga – Benício Sampaio – Carlos Patrocínio – Casildo Maldaner – Chico Sartori – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – José Agripino – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Robinson Viana – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotonio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 80, DE 2002

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja apresentado pelo Senado Federal voto de louvor à Organização Jaime Câmara, pelo prêmio recebido pelo jornal **O Popular**, de Goiânia, Estado de Goiás.

Justificação

O jornal **O Popular**, de Goiânia, acaba de receber uma premiação de repercussão nacional. Pela décima-quarta vez em 17 anos, recebe da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas o Prêmio Mérito Lojista, edição 2001, como o melhor jornal do estado de Goiás.

Esta homenagem foi criada em 1980 com o objetivo de reconhecer o trabalho e os serviços prestados por empresas e marcas divididas em 20 áreas em todo o país. O resultado é obtido por meio de uma pesquisa nacional orientada pelo Sebrae com a participação, pelo voto direto, dos associados das 950 CDLs de todo o Brasil, que responderam, neste ano, a 19.200 questionários.

Foram 14 premiações recebidas pelo jornal **O Popular** desde 1984, quando foi instituída a categoria de melhor jornal. Trata-se de um reconhecimento nacional pelo trabalho sério, isento e equilibrado que **O Popular** realiza há dezenas de anos, o que o fez um dos melhores jornais do Brasil.

O Popular é um dos veículos de comunicação da Organização Jaime Câmara, uma rede de jornais, rádios e televisões espalhadas pelos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. Apenas em Goiás, são sete emissoras de televisão, que transmitem a programação da Rede Globo.

Cumprimento o jornalista Jaime Câmara Júnior, presidente da Organização Jaime Câmara, pelo prêmio e pelo excepcional trabalho que realizam engrandecendo o nome de Goiás. Da mesma forma, aos empresários Tasso Câmara e Tadeu Câmara, e todos os diretores e funcionários que trabalham nos diversos órgãos de imprensa desta grande empresa.

Por isso apresento este requerimento de voto de louvor à Organização Jaime Câmara, para que fique registrado nos anais, o reconhecimento do Senado Federal e da sociedade brasileira a esse con-

junto de veículos de comunicação que honra Goiás e o Brasil pela qualidade do trabalho que produzem.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – **Manguito Vilela.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

URGENTÍSSIMO

Ofício nº 6 G/ARC-MRE/PEXT

Brasília, 18 de março de 2002

Senhor Presidente,

Acuso recebimento do Ofício nº 123/2002 (SF), pelo qual Vossa Excelência comunica haver o Senado Federal aprovado, em sessão realizada em 6 do corrente, os Requerimentos nºs 53 e 54 de 2002, de autoria dos Senadores Paulo Hartung e Romero Jucá, respectivamente, convocando-me “para prestar esclarecimentos sobre as medidas protecionistas norte-americanas no setor siderúrgico, seus efeitos na economia brasileira tanto no mercado interno quanto no comércio exterior, e as medidas que serão adotadas pelo governo brasileiro”.

2. Em resposta, consulto Vossa Excelência se meu comparecimento poderia realizar-se na terça-feira, dia 2 de abril próximo, em estrito cumprimento ao Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente, – **Celso Lafer**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência, nos termos do art. 398, inciso V, do Regimento Interno, fixa a sessão de 2 de abril próximo, às 15 horas, para o comparecimento do Ministro das Relações Exteriores a esta Casa.

O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Of. nº 814/R

Brasília, 18 de março de 2002

Inquérito nº 1.608

Denunciados: Luiz Otávio Oliveira Campos
Manoel Coriolano Monteiro Imbiriba Neto .
José Alfredo Heredia
Alfredo Rodrigues Cabral
Enio Erasmo da Costa Alves
Lauro da Costa Nery Filho
David Jacob Serruya
José Roberto Lobão da Costa
Paulo Érico Moraes Gueiros
André Moraes Gueiros

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 35, tornou-se desnecessária a solicitação formulada por esta Corte no Ofício nº 3.968/R, de 22-11-01, encaminhado a essa Presidência.

Atenciosamente, – Ministro **Maurício Corrêa**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O expediente lido vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2002

Dispõe sobre a profissão de Artesão.

Art. 1º Artesão ou produtor artesanal é o profissional que exerce atividade predominantemente manual, de forma repetitiva ou não, nas várias fases de elaboração do produto, bem como na criação ou produção de obras que tenham expressão artística ou cultural, podendo empregar pequenas máquinas ou aparelhos simples, que não sejam duplicadores de peças.

Art. 2º O artesão ou produtor artesanal poderá empregar menores, na condição de aprendiz.

§ 1º O aprendiz de artesão é o menor entre 14 e 18 anos, que trabalha sob a supervisão do artesão ou produtor artesanal, aprendendo sua arte ou ofício.

§ 2º O aprendiz de artesão deve estar matriculado e ser freqüente em escola de ensino fundamental ou médio, não obrigatoriamente profissionalizante.

§ 3º A relação entre o aprendiz e o artesão que o emprega será regida pela legislação referente ao me-

nor aprendiz, especialmente os artigos 80 e 402 da Consolidação das Leis do Trabalho e o decreto nº 31.546/52, no que não for contrária a tais disposições.

Art. 3º Para o exercício das atividades de artesão ou produtor artesanal, é obrigatório o registro prévio na Delegacia Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, que terá validade em todo o território nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O artesanato é a origem de muitas das melhorias da vida humana. E é provavelmente um dos ofícios mais antigos conhecidos mundialmente.

Foi e continua sendo usado de modo instrumental, através de produtos que facilitam a vida, contribuindo para o aperfeiçoamento da própria organização social.

O desenvolvimento da sociedade e seu processo de urbanização e industrialização levaram a um certo esquecimento da importância do artesanato. Mas essa atividade não deixou de existir. E constitui a base econômica de sobrevivência de grande parte da população brasileira.

É sabido também, de longa data, que as peças artesanais são usados em trocas e negociações. Na própria História do Brasil, tem-se dado, desde o descobrimento, relatos de instrumentos e peças artesanais confeccionados pelos índios.

A realidade atual não difere muito. O artesanato é fonte geradora de recursos para promoção do bem-estar individual e familiar. O número de pessoas que vivem do artesanato no País é superior a 8 milhões. E as cifras econômicas, decorrentes dessa atividade, chegam a R\$28 bilhões anualmente.

As associações de artesãos proliferam por todos os Estados, Associação Brasileira de Artesanato busca o fortalecimento do setor, no que diz respeito a mercados compradores, gestão de negócios, tecnologia e financiamentos.

Diante de todas essas circunstâncias, o artesão ou produtor artesanal não pode ficar sem o devido reconhecimento de sua profissão, digna como qualquer outra.

O reconhecimento dessa profissão, objeto deste Projeto de Lei merece, pois, a atenção do Poder Público.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – Senador **Francelino Pereira**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

DECRETO Nº 31.546,
DE 6 DE OUTUBRO DE 1952

Dispõe sobre o conceito de empregado aprendiz.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, Item I, da Constituição, e considerando que, em face da legislação em vigor, pode o contrato de trabalho assumir a forma de contrato de aprendizagem, desde que o empregado, menor de 18 e maior de 14 anos, esteja “sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerce o seu trabalho” (Parágrafo único do art. 80 da Consolidação das Leis do Trabalho); Considerando que, por força da legislação vigente, algumas obrigações decorrentes do contrato de aprendizagem são diversas das que advém do contrato de trabalho comum, impondo-se, portanto, a conveniência de ser regulamentado o conceito de empregado aprendiz, decreta:

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Art. 80. Ao menor aprendiz será pago salário nunca inferior a meio salário mínimo regional durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendizado do respectivo ofício. Na segunda metade passará a perceber, pelo menos, 2/3 do salário mínimo.

Parágrafo único. Considera-se aprendiz o menor de 14 a 18 anos, sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerce o seu trabalho (Rev. L. nº 10.097/00).

Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos. (Red. L. nº 10.097/00)

Parágrafo único. O trabalhado do menor reger-se-á pelas disposições do presente Capítulo, exceto no serviço em oficinas em que trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja este sob a direção do pai, mãe ou tutor, observado, entretanto, o disposto nos arts. 404, 405 e na Seção II.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra ao eminente Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, louvo, mais uma vez, a iniciativa de V. Ex^a de haver reunido as Lideranças hoje, pela manhã, visando acelerar a votação e desobstruir a nossa pauta. Entretanto, como a Câmara dos Deputados ainda não concluiu a votação da CPMF, razão da obstrução que os Partidos vêm fazendo neste plenário, e em face da evidente falta de **quorum**, sugiro a V. Ex^a a suspensão da presente sessão, remarcando-a para amanhã, tão logo V. Ex^a receba da Câmara dos Deputados o material relativo à votação da CPMF.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, como há obstrução, a Mesa não tem alternativa. A próxima sessão do Senado Federal está marcada para amanhã, às 14 horas e 30 minutos, na firme convicção de que votaremos matérias que estão dependendo da nossa decisão.

A Presidência comunica que constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã as matérias constantes da pauta de hoje. Aquelas anteriormente agendadas para o dia 20 constarão da Ordem do Dia da próxima quinta-feira, dia 21.

É a seguinte a Ordem do Dia, cuja apreciação fica adiada:

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 9, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 9, de 2001, que dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Confúcio Moura, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2002, incorporando as Emendas nºs 12 e 28, e contrário às Emendas nºs 1 a 11, 13 a 27.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 14 do corrente, quando teve

sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução declarada.

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 11, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 11, de 2001, que *cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2002 e contrário às Emendas de nºs 1 a 15, apresentadas perante à Comissão.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 12, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 12, de 2001, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de oitenta e seis milhões de reais, para os fins que especifica*, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, em substituição à Comissão Mista e contrário às Emendas nºs 1 a 10, apresentadas perante a Comissão.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 4 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 13, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 13, de 2001, que *cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo*, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: De-

putado Rubem Medina, em substituição à Comissão Mista.

(Lida no dia 15 de março último, a matéria passa a obstruir imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que ultime sua votação, cujo prazo acha-se esgotado desde o dia 14 de março).

– 5 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2001

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2001 (nº 5.526/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que, altera o art. 98 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, tendo

Parecer favorável, sob nº 61, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 6 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2002

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 28, de 2002 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 58, de 2002, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 7 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2002

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2002 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 59, de 2002, Relator: Senador Romero Jucá, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o “Japan Bank for International Cooperation – JBIC”, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 8 –

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 20, de 2002, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos se encontra esgotado.

Votação adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2000 (nº 548/2000, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que autoriza a Radioclube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 2, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 10 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 320, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2001 (nº 768/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Paz e Bem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais, tendo*

Parecer favorável, sob nº 5, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 11 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 398, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2001 (nº 740/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Transcontinental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, tendo*

Parecer favorável, sob nº 46, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 12 –

**PARECER Nº 76, DE 2002
(Escolha de autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 76, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensa-

gem nº 4, de 2002 (nº 1.441/2001, na origem), Relator: Senador Romeu Tuma, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do *Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza*, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Felippe Sampaio de Lacerda Junior.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 13 –

**PARECER Nº 77, DE 2002
(Escolha de autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 77, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 71, de 2002 (nº 73/2002, na origem), Relator: Senador Romero Jucá, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Doutor *Renato de Lacerda Paiva*, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Vitalício, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista e decorrente da aposentadoria do Ministro José Luiz Vasconcelos.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2001 (nº 3.395/2000, na Casa de origem), que *autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social, tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 15 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000 e 14, de 2001)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que *altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal* (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária), tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 16 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000 e 14, de 2001)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas*, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, que tramitam em conjunto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 17 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 14, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, que tramitam em conjunto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 18 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 379, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2001 (nº 940/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sentinela do Alegrete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul*, tendo

Parecer favorável, sob nº 8, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 19 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 387, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2001 (nº 718/2000, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Positiva FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 10, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 20 –

REQUERIMENTO Nº 754, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 754, de 2001, do Senador Antero Paes de Barros, solicitando, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2001, de sua autoria, cujo prazo se encontra esgotado.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 21 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2001

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 22 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº 3.961/97, na Casa de origem), que estabelece normas para o uso médico das próte-

ses de silicone e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 33, de 2002, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sebastião Rocha, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece. Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 23 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2001 (nº 1.477/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.490, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 24 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e pela Medida Provisória nº 2.193, de 23 de agosto de 2001. (Lei Pelé).

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 25 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2001 (nº 963/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à TV São José do Rio Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e

imagens (Televisão) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.420, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 26 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 389, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2001 (nº 871/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Uatumã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, tendo

Parecer favorável, sob nº 11, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 27 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 396, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2001 (nº 943/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 13, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 28 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 399, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2001 (nº 741/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outor-

gada à Televisão Imembuí S.. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 47, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 29 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 401, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2001 (nº 798/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cooperhobic para a Educação e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 15, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Emilia Fernandes.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 30 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 404, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2001 (nº 1.022/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 16, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 31 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 416, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2001 (nº 1.035/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 92, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sebastião Rocha, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 32 –

REQUERIMENTO Nº 688, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 688, de 2001, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1997, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

Votação adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Senadora Heloísa Helena havia assinado pedido de destaque referente a assuntos que, provavelmente, estarão tramitando amanhã. Como a pessoa que pede o destaque é aquela que expressa aqui a sua palavra, e a Senadora está, como mãe extremamente dedicada, ao lado do seu filho que se recupera de um atropelamento, pediria vênia a V. Exª para assinar o requerimento e, como co-autor, amanhã, usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O pedido de V. Exª encontra amparo regimental. Amanhã, V. Exª, assinando os requerimentos de destaque, poderá encaminhá-los.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência aproveita a oportunidade para dizer que toda esta Casa está torcendo e rezando pela plena recuperação do filho da Senadora.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Ele, felizmente, está melhor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Graças a Deus, Senador. Tenho acompanhado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Sr. Senador Francelino Pereira encaminhou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil comemora hoje o Dia do Artesão, em homenagem a um profissional cuja atividade reúne 8 milhões e meio de brasileiros, hoje responsáveis por um resultado econômico praticamente igual ao da indústria automobilística nacional. Algo em torno de R\$28 bilhões por ano, representando 2,8% do Produto Interno Bruto do País.

Esses indicadores se traduzem em ocupação de uma razoável parcela da mão de obra brasileira, mas, não obstante, até hoje ainda não despertou atenção oficial na dimensão que seria desejável.

Em Minas, a presença do artesanato é bastante expressiva, tanto que, segundo dados que me forneceu esta manhã a artesã Tânia Machado, nada menos de 500 mil mineiros vivem dessa profissão.

A eles dirijo meu pensamento e minha palavra nesta tarde. E por intermédio desse dedicado contingente, que trabalha de sol a sol, produzindo riquezas e expandido a cultura popular, saúdo os artesãos de todo o Brasil.

Em atenção aos reclamos desses quase 9 milhões de brasileiros, comunico aos meus ilustres pares que estou apresentando ao Senado da República projeto de lei destinado a reconhecer a profissão de artesão.

Elaborei a proposição depois de ouvir o próprio segmento, na pessoa da presidente do Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor, Tânia Machado.

Com sede em Brasília e raízes em Minas, o Centro-CAPE vem desenvolvendo notável trabalho

de apoio aos artesãos de todo o País. Segundo sua Presidente, a grande maioria desses trabalhadores vive hoje à mercê de atravessadores.

São esses atravessadores, segundo relato de Tânia, os que, afinal acabam se beneficiando do trabalho artesanal, circunstância que se repete também em outros países da nossa América Latina.

No Brasil, já temos, felizmente, algumas iniciativas em favor dessa categoria, como o Programa de Artesanato Brasileiro, ligado ao Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio. Além de outros programas no Ministério do Turismo, no Comunidade Solidária e no Sebrae.

Com o projeto de lei que damos a conhecer esta tarde, pretendemos abrir canais de voz para os artesãos, para que a linguagem a ser adotada em linhas de atuação seja de fato o reflexo de seus anseios.

O próprio texto do Projeto segue essa orientação. Sua estrutura nasceu de consultas feitas diretamente aos próprios artesãos. É algo que vem das bases. Por isso, autêntico.

Conheço de perto o zelo e a pertinácia dos artesãos de Minas. Deles provêm peças que refletem a alma mineira. São os tecidos que nascem dos teares domésticos. São obras de arte esculpidas em madeira ou em pedra. Além de confeitos, geléias e conservas, a começar pelo mineiríssimo doce de leite. Ou pelo pão-de-queijo.

E por que não lembrar também o queijo feito em nosso Estado e em grande percentagem ainda artesanal? De todas as suas variedades, a mais difundida delas, no País inteiro, traz no nome o próprio sinônimo de produto de qualidade, o Queijo-de-Minas!

Em todo o País, todos sabemos, há manifestações culturais que se expressam pelo artesanato, que, ademais, culminam em atividade econômica, até mesmo de exportação. O artesanato do Ceará, por exemplo, chega a exportar para a Jordânia, Itália e Holanda, as conhecidas garrafas de areia colorida. Naquele Estado, atuam 27 comunidades dedicadas a essa arte, formadas por pessoas carinhosamente chamadas de "Grupo da Areia Colorida."

Ainda sobre a data de hoje, ouvi esta manhã o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu programa matutino de rádio, anunciar a entrega de um caminhão para cada Estado, atendendo a uma reivindicação dos próprios artesãos.

Esses caminhões destinam-se ao transporte das peças produzidas pelos nossos artesãos, a fim

de facilitar a sua comercialização em feiras e em outros locais. Hoje, o Ministro Sérgio Amaral, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, fez a entrega simbólica desses veículos utilitários.

O primeiro desses caminhões destina-se a São Paulo, onde, na Feira UD, que é a mostra mais importante de utilidades domésticas do País, haverá, este ano, pela primeira vez, uma exposição do Artesanato Solidário, reunindo trabalhos de artesãos do Brasil inteiro.

Minas vem exercitando notável trabalho de divulgação de seus produtos artesanais, como ocorreu em novembro do ano passado, por ocasião da XII Feira Nacional de Artesanato, na qual os artesãos de nosso Estado puderam mostrar seus produtos para o mercado de numerosos países.

Neste mês de março, o artesanato mineiro marca presença na Feira Houseware, de utilidades domésticas, em São Paulo. Será uma nova oportunidade para divulgação dos produtos de nossos artesãos.

A propósito, menciono recente entrevista à imprensa do Ministro Almir Pazzianotto, que deixou no dia 14 do corrente a presidência do Superior Tribunal do Trabalho. Nela, ele lembrou que apenas 0,07 por cento das empresas, num universo de 2 milhões e 100 mil estabelecimentos, têm mais de mil empregados. A maioria, ou seja, 58% - diz ainda Pazzianotto - tem até quatro empregados.

E é sobejamente conhecido o indicativo mais eloquente da participação das micro e pequenas empresas: elas formam a parcela mais expressiva da força produtiva nacional, gerando dois terços dos nossos empregos.

Devemos agora voltar atenção também para os artesãos, que exercem atividades ainda mais simples do que as dos microempresários. O projeto que ora apresento aos meus pares é mais um caminho para a melhoria das condições de trabalho dos nossos artesãos.

Com os aperfeiçoamentos que a proposição poderá receber, aqui e na Câmara dos Deputados, estaremos fortalecendo as bases mais autênticas da nossa economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA**- 1 -****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 9, DE 2001**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 9, de 2001, que *dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Confúcio Moura, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2002, incorporando as Emendas nºs 12 e 28, e contrário às Emendas nºs 1 a 11, 13 a 27.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 14 do corrente, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução declarada.

- 2 -**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 11, DE 2001**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 11, de 2001, que *cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2002 e contrário às Emendas de nºs 1 a 15, apresentadas perante à Comissão.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 3 -**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 12, DE 2001**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 12, de 2001, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de oitenta e seis milhões de reais, para os fins que especifica*, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, em substituição à Comissão Mista e contrário às Emendas nºs 1 a 10, apresentadas perante a Comissão.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 4 -**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 13, DE 2001**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 13, de 2001, que *cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo*, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Rubem Medina, em substituição à Comissão Mista.

(Lida no dia 15 de março último, a matéria passa a obstruir imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que ultime sua votação, cujo prazo acha-se esgotado desde o dia 14 de março).

- 5 -**PROJETO DE LEI DA CÂMARA****Nº 125, DE 2001**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2001 (nº 5.526/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que, *altera o art. 98 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares*, tendo

Parecer favorável, sob nº 61, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

- 6 -**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2002**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 28, de 2002 – art. 336, II combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 2002 (apresentado

pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 58, de 2002, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 7 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2002
 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2002 – art. 336, II combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 59, de 2002, Relator: Senador Romero Jucá, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o “Japan Bank for International Cooperation – JBIC”, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 8 –

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 20, de 2002, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, que dispõe sobre as operações com recur-

sos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos se encontra esgotado.

Votação adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
 Nº 271, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2000 (nº 548/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Radioclube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 2, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
 Nº 320, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2001 (nº 768/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Paz e Bem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 5, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
 Nº 398, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2001 (nº 740/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Transcontinental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda mé-

dia na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 46, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 12 –

**PARECER Nº 76, DE 2002
(Escolha de autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 76, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 4, de 2002 (nº 1.441/2001, na origem), Relator: Senador Romeu Tuma, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do *Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza*, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Felipe Sampaio de Lacerda Junior.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 13 –

**PARECER Nº 77, DE 2002
(Escolha de autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 77, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 71, de 2002 (nº 73/2002, na origem), Relator: Senador Romero Jucá, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Doutor *Renato de Lacerda Paiva*, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Vitalício, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista e decorrente da aposentadoria do Ministro José Luiz Vasconcelos.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 14 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 99, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2001 (nº 3.395/2000, na Casa de origem), que *autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 15 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000 e 14, de 2001)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que *altera o caput e os §§ 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal* (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária), tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 16 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000 e 14, de 2001)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como pri-

meiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, que tramitam em conjunto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 17 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, que tramitam em conjunto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 18 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 379, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2001 (nº 940/2001, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sentinela do Alegrete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 8, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 19 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 387, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2001 (nº 718/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Positiva FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 10, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 20 –

REQUERIMENTO Nº 754, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 754, de 2001, do Senador Antero Paes de Barros, solicitando, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2001, de sua autoria, cujo prazo se encontra esgotado.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 21 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2001

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim

de instituir o Fundo para Revitalização Hidro-ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 22 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 26, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº 3.961/97, na Casa de origem), que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 33, de 2002, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sebastião Rocha, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 23 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 105, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2001 (nº 1.477/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.490, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 24 –

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 291, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela

Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e pela Medida Provisória nº 2.193, de 23 de agosto de 2001. (Lei Pelé).

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 25 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 371, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2001 (nº 963/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à TV São José do Rio Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.420, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 26 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 389, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2001 (nº 871/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Uatumã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, tendo

Parecer favorável, sob nº 11, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 27 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 396, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2001 (nº 943/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária

ria na cidade Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 13, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 28 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 399, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2001 (nº 741/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Imembuí S.. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 47, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 29 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 401, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2001 (nº 798/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Coopérabí para a Educação e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 15, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Emilia Fernandes.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 30 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 404, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2001 (nº 1.022/2001, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que autoriza a Associação Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 16, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 31 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 416, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2001 (nº 1.035/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 92, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sebastião Rocha, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Discussão adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

– 32 –

REQUERIMENTO Nº 688, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 688, de 2001, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1997, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

Votação adiada, em virtude de obstrução do item 1, que se encontra trancando a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)

(OS 11829/02)

**ATA DA 18^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12
DE MARÇO DE 2002**

(Publicada no Diário do Senado Federal de 13 de março de 2002)

R E T I F I C A Ç Ã O

No Sumário da Ata, à página nº 02036, Item 1.2.7, na leitura do Requerimento nº 64, de 2002, de autoria da Senadora Emilia Fernandes e dos Senadores Pedro Simon e José Fogaça, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos Barbosa Lessa, ocorrido em 11 de março do corrente, na cidade de Camaquã, no Rio Grande do Sul,

Onde se lê:

Aprovado, após usar da palavra a Sra. Emilia Fernandes, havendo o Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, se associado às homenagens prestadas.

Leia-se:

A Mesa tomará as providências para o encaminhamento do voto de pesar, tendo usado da palavra a Sra. Emilia Fernandes e havendo o Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, se associado às homenagens prestadas.

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR RAMEZ TEBET**

**19/03/2002
Terça-feira**

13:00 - Almoço com Chefes de Missão da União Européia
Embaixada da Espanha - SES, Av. das Nações - lote 44
(entrada oposta ao lago)

15:30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 025 , DE 2002**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE :

dispensar, a pedido, o servidor **JOSÉ PAULO BOTELHO COBUCCI**, da função comissionada, de Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, Símbolo FC-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 19 de março de 2002.



**Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal**

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 026 , DE 2002**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE :

designar o servidor **MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS**, para exercer a função comissionada, de Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, Símbolo FC-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 19 de março de 2002.



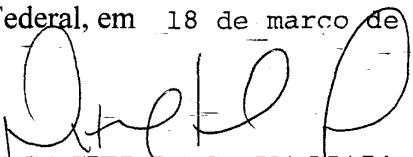
**Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal**

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 304, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002800/02-0,

R E S O L V E exonerar **CID NOGUEIRA**, matrícula n.º 31483, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PPB e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.

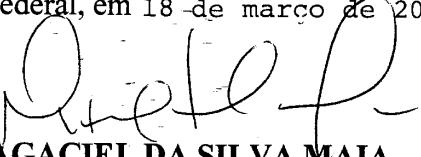

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 305 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002807/02-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DANIELY MARÇAL SIVINO DANTAS** para exercer o cargo, em comissão, de Secretario Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.

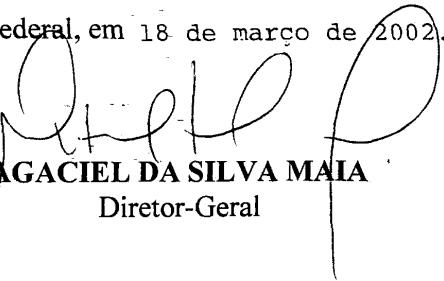

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 306 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002801/02-7,

R E S O L V E exonerar **MARCOS ALVES DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 32281, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PPB e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.

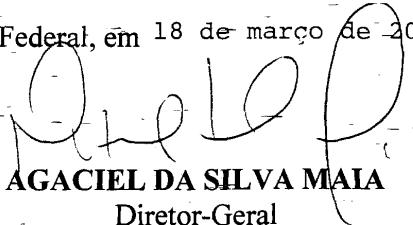

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 307 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002803/02-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ RIBAMAR BRITO FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.

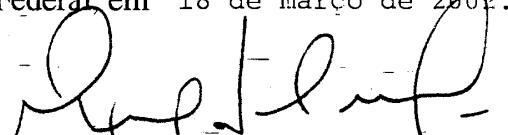

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 308 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002802/02-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ZULEIMA MARIA CASAGRANDE PERRARO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal em 18 de março de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA

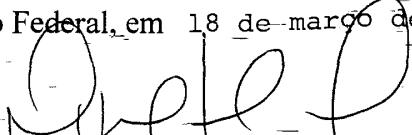
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 309 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002.796/02-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA MARIA LEONARDI**, matrícula n.º 31.453, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 12 de março de 2002.

Senado Federal, em 18 de março de 2002


AGACIEL DA SILVA MAIA

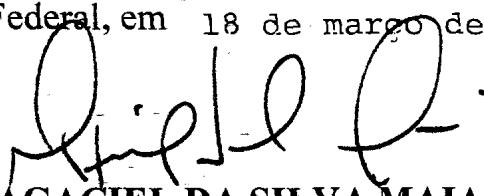
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 310, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002798/02-6,

R E S O L V E - exonerar **MARIA TEREZA RODRIGUES LIMA**, matrícula n.º 30627, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PPB e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.



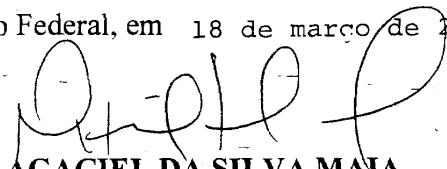
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 311 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002.791/02-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RODRIGO DE GIAVARINA E ALCÂNTARA**, matrícula n.º 30.776, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 12 de março de 2002.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.



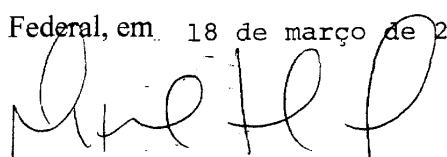
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 312 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002.792/02-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUANA CRISTINA RODRIGUES**, matrícula n.º 31.470, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 12 de março de 2002.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.



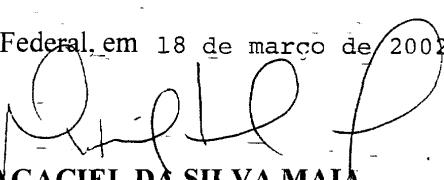
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 313 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002.793/02-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CINTHIA ALVES CAETANO**, matrícula n.º 30.880, do cargo, em comissão, de **Assistente Parlamentar, AP-3**, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 12 de março de 2002.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.

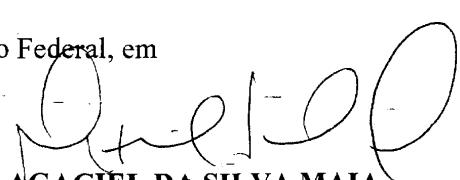

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 314 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002.794/02-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALAN MARIANO SILVA LOURENÇO**, matrícula n.º 31452, do cargo, em comissão, de **Assistente Parlamentar, AP-3**, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 12 de março de 2002.

Senado Federal, em

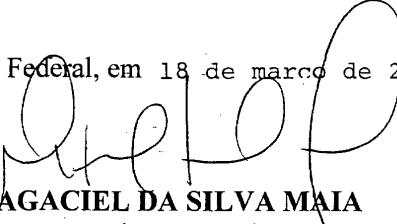

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 315 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002.795/02-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MAURÍCIO MARTINS DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 30.974, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 12 de março de 2002.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 316 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002.804/02-6,

R E S O L V E exonerar **MAURÍCIO ALBUQUERQUE BRAGA**, matrícula n.º 30.772, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Benício Sampaio e nomeá-lo, na forma de disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.

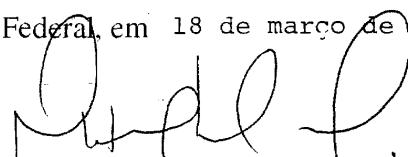

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 317 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002799/02-2,

R E S O L V E exonerar **RUBIM NESTOR BENDER**, matrícula n.º 32390, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PPB e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.

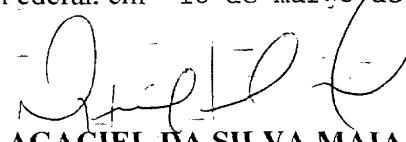

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 318 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002987/02-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AUGUSTO CARLOS GARCIA DE VIVEIROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PFL.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 319, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002890/02-0,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA JOSÉ PORTELA, matrícula 3256, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Produção, Símbolo FC-5, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, com efeitos financeiros a partir de 13 de março de 2002.

Senado Federal, 18 de março de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 320, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002847/02-7,

RESOLVE dispensar a servidora MARY JANE ALVES DA SILVA, matrícula 3146, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3, Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Produção da Secretaria de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Pessoal Ativo, com efeitos financeiros a partir de 13 de março de 2002.

Senado Federal, 18 de março de 2002.



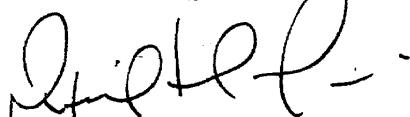
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 321 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002806/02-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990. **LEONI VERLAINE MADEIRA DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO N.º 322 /2002
DO DIRETOR-GERAL**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997,

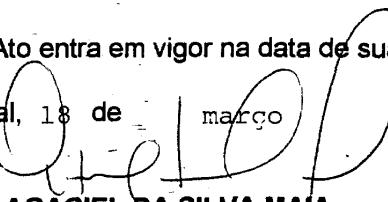
R E S O L V E :

Art. 1º - Alterar o Ato nº **2357/01-DGER**, que designou o servidor **JÚLIO CÉSAR DE BRITO EUBANK**, matrícula **2706**, gestor substituto do Processo nº **2275/01-5** e do(s) contrato(s) que este originar, substituindo-o pela servidora **MARIA EVERILDA PEREIRA DE SOUZA**, matrícula **3809**.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 323 ,DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002844/02-8,

RESOLVE dispensar o servidor LUCIANO CÂNDIDO MARIZ, matrícula 2165, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 13 de março de 2002.

Senado Federal, 19 de março de 2002.



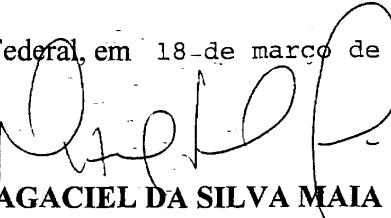
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 324 ,DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002805/02-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA OLIVEIRA AMORAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, em 18 de março de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51^a LEGISLATURA)

	BAÍA		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	- Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
PFL	- Waldeck Ornelas	PFL	- José Agripino
PFL	- Paulo Souto	PTB	- Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PMDB	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	PFL	- Geraldo Aluísio
	- Roberto Saturnino	BLOCO	- Ari Stadler (PPB)
	MARANHÃO		ALAGOAS
PFL	- Bello Parga	PMDB	Renan Calheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
	PARÁ	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PSB	- Ademir Andrade	BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
PMDB	- Fernando Ribeiro	PFL	- Maria do Carmo Alves
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)		AMAZONAS
	PERNAMBUCO	PFL	- Bernardo Cabral
PTB	- Carlos Wilson	BLOCO	- Jefferson Péres (PDT)
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	PMDB	- Gilberto Mestrinho
PFL	- José Jorge		PARANÁ
	SÃO PAULO	BLOCO	- Osmar Dias (PDT)
BLOCO	- José Serra (PSDB)	PMDB	- Roberto Requião
PFL	- Romeu Tuma	BLOCO	- Álvaro Dias (PDT)
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)		ACRE
	MINAS GERAIS	BLOCO	- Marina Silva (PT)
PFL	- Francelino Pereira	PMDB	- Nabor Júnior
PTB	- Arialdo Porto	BLOCO	- Tião Viana (PT)
PL	- José Alencar		MATO GROSSO DO SUL
	GOIÁS	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB	- Mauro Miranda	PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Iris Rezende	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
PMDB	- Maguito Vilela		DISTRITO FEDERAL
	MATO GROSSO	PFL	- Lindberg Cury
PMDB	- Carlos Bezerra	BLOCO	- Lauro Campos (PDT)
PFL	- Jonas Pinheiro	PMDB	- Valmir Amaral
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)		TOCANTINS
	RIO GRANDE DO SUL	PTB	- Carlos Patrocínio
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PFL	- Leomar Quintanilha
BLOCO	- José Fogaça (PRB)	BLOCO	Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
PMDB	- Pedro Simon		AMAPÁ
	CEARÁ	PMDB	- Gilvam Borges
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	BLOCO	- Sebastião Rocha (PDT)
PMDB	- Sérgio Machado	PMDB	- José Sarney
BLOCO	- Luiz Pontes (PSDB)		RONDÔNIA
	PARAÍBA	BLOCO	- CHICO SARTORI (PSDB)
PTB	- Wellington Roberto	PFL	- Moreira Mendes
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	PMDB	- Amir Lando
	ESPIRITO SANTO		RORAIMA
PMDB	- Robinson Viana	PMDB	- Marluce Pinto
BLOCO	- Gerson Camata	BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
PSB	- Ricardo Santos(PSDB)	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
	- Paulo Hartung		
	PIAUÍ		
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)		
PMDB	- Alberto Silva		

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

Presidente: Senador Jefferson Péres¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado JUTAHY JÚNIOR (Bloco PSDB/PTB-BA) Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
LÍDER DA MINORIA Deputado WALTER PINHEIRO (PT-BA) Telefones: 318-5274 e 318-5170	LÍDER DA MINORIA Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT/PDT/PPS-SE) Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado HÉLIO COSTA (PMDB-MG) Telefones: 318-5206 e 318-6992/6997	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

¹ Eleito na 1ª Reunião do Órgão, realizada em 15.8.2001, às 17h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1º Eleição Geral: 19.04.1995
2º Eleição Geral: 30.06.1999
3º Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca²
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ³	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291	2. (vago) ⁴		
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvan Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203

PFL					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁵	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. (vago) ⁶		
Bello Parga	MA	3069	3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211	4. Jonas Pinheiro	MT	2271

Bloco (PSDB/PPB) ⁷					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Freitas Neto (PSDB) ⁸	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB) ⁹	RR	2111
Leomar Quintanilha (PFL) ⁹	TO	2071	3. Luiz Pontes (PSDB) ¹⁰	CE	3242

Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PDT/PPS) ¹¹					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Heloísa Helena (PT)	AL	3197	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES	1129

PSB					
Titular	UF	Ramal	Suplente	UF	Ramal
Roberto Saturnino	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – Ramal 2051
(Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

² Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

³ Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001).

⁵ Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL (DSF de 21.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PSD, anunciada na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001). Na mesma Sessão do SF de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSD.

⁷ Comunicação de formação do Bloco feita na Sessão do SF de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

⁸ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 7.11.2001).

⁹ Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

¹⁰ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 9.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

¹¹ Comunicação de retorno do PPS ao Bloco Parlamentar de Oposição lida na Sessão do SF de 12.2.2001 (DSF de 13.2.2001).

¹² Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 8.10.2001 (DSF de 9.10.2001).

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALIÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

Ramais: 4605 - Fax: 4344

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Robinson Viana	PB	4345/4346	8 - Vago		
Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen (3)	SC	4200/4206
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Vago (1)		
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3069/3072	7 - José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Ari Stadler	SC	4200/4206

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
José Fogaça	RS	1207/1607	4 - Jefferson Peres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (4)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(4) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Rennião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 14/03/2002.

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
GILVAM BORGES	AP-2151/2152 1-ROBERTO REQUIÃO PR-2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195 2-IRIS REZENDE GO-2032/2033
TITULARES	SUPLENTES
PFL	
MOREIRA MENDES	RO-2231/33 1-PAULO SOUTO BA- 3173/74
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PSDB/PPB	
GERALDO MELO (2)	RN-2371/2372 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS TO- 4070/71
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB	
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129 1-ARLINDO PORTO MG-2321/2322
ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001	
REUNIÕES:	SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO:	• - SALA DE REUNIÕES: 311-3255
• - SECRETARIA: 311-3516/4605	E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br
FAX: 311-4344	ATUALIZADA EM: 22.02.2002

- (1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.
 (2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.
 (3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: ROMEU TUMA

Vice-Presidente: MARINA SILVA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Amir Lando	RO	3130/3132
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Marluce Pinto	RO	1301/4062	3 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Fernando Ribeiro	PA	1049
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Vago		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Vago		
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 - José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Vago		
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 - José Coelho (1)	PE	1284/3245
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Vago		
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – Vago		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095
Ari Stadler	SC	4200/4206	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emilia Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Osmar Dias	PR	2121/2125
Tião Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATORA:

PMDB

VAGO

VAGO

PFL

VAGO

VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT, PPS)

VAGO

VAGO

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608

FAX: 311-3652

E-MAIL: jrac@senado.gov.br

REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062
PEL	
GERALDO ALTHOFF	SC – 2041/2047
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PPB) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP – 2241/2247
TIÃO VIANA	AC – 3038/3493

(1) Desfiliou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

VAGO
VAGO

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@scnado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: BERNARDO CABRAL

Vice-Presidente: OSMAR DIAS

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Irie Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Vago		
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen (2)	SC	4200/4206
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Bonício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Ari Stadler	SC	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125	4 – José Fogaça	RS	1207/1607

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas

Secretaria: Gildete Leite de Melo

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 14/03/2002

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)**

TITULARES

PMDB - 3

SUPLENTES

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541**

FAX: 311-4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Vago			9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves (Vaga cedida ao PTB)	SE	4055/4057	6 - Maria do Carmo Alves 7 – Antonio Carlos Júnior	SE	4055/4057
				BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
Emilia Fernandes	RS	2331/2337	2 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Álvaro Dias	PR	3206/3207	4 - Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32/6
FAX: 311-3121

Atualizado: 14/03/2002

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT, PPS)

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA**

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
		PFL	
VAGO		1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
		BLOCO (PSDB/PPB)	
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
		BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPILCY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
		PSB	
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES
	PMDB	
VALMIR AMARAL MAGUITO VILELA	DF-1962 GO-1440/1132	1-MAURO MIRANDA 2-AMIR LANDO
	PFL	
GERALDO ALTHOFF LEOMAR QUINTANILHA	SC-2041/47 TO-2072/73	1-ROMEU TUMA 2-LINDBERG CURY
	BLOCO (PSDB/PPB)	
BENÍCIO SAMPAIO LUIZ OTÁVIO (PPB)	PI-3085/87 PA-3050/4393	1-(VAGO) 2-(VAGO)
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
ÁLVARO DIAS - PDT	PR-4059/60	1-GERALDO CÂNDIDO - PT
		RJ-2171/77

REUNIÃO: ^a FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
ATUALIZADA EM: 05/03/02

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA
PFL		
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES
BLOCO (PSDB/PPB)		
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)		
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO
		RJ-4229/30

**REUNIÃO: 1ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br**

**SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
ATUALIZADA EM: 05/03/02**

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JEFFERSON PÉRES

Vice-Presidente: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Fernando Ribeiro	PA	1049
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Vago (1)			1 – Jorge Bornhausen (3)	SC	4200/4206
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripíno	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Jose Coelho (5)	PE	1284/3245	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Arl Stadler	SC	4200/4206	Lulz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2061/2067	2 – Emilia Fernandes	RS	2331/2337
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Álvaro Dias	PR	3206/3207

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (4)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

(2) Comunicação de filiação ao PTD publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(4) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(5) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :14/03/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

**Presidente: ALBERTO SILVA
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO
(23 titulares e 23 suplentes)**

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 - VAGO		
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 - Iris Rezende	GO	2032/2039
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Nabor Júnior	AC	1478/4619	4 - Robinson Viana	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	5 - Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Marluce Pinto	RR	1101/1201	6 - Wellington Roberto (4)	PB	3139/3141
Valmir Amaral	DF	1961/1066	7 - Maguito Vilela	GO	1132/1332

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 - Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 - Vago (3)		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 - Vago (2)		
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 - Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 - Vago		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 - Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 - Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 - Ari Stadler	SC	4200/4206
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 - Romero Jucá	RR	2111/2119

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 - Emilia Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloisa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 - Sebastião Rocha (PDT)	AP	2242/2243
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397	3 - Lauro Campos (PDT)	DF	2341/2347
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020	4 - Tião Viana (PT)	AC	3038/3493

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 - Roberto Saturnino (5)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Em virtude da desfiliação do Senador Eduardo Siqueira Campos do PFL, tendo filiando-se ao PSDB, em 05.10.2001

(3) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

(4) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(5) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/1607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE:

RELATOR:

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

VAGO	1- VAGO
VAGO	2- VAGO
VAGO	3- VAGO

PFL

VAGO	1- VAGO
VAGO	2 – VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO	1- VAGO
------	---------

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)

VAGO	1- VAGO
------	---------

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA N° 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

6.2) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ANALISAR ACIDENTE COM A PLATAFORMA P-36 DA PETROBRÁS OCORRIDO NA BACIA DE CAMPOS

**PRESIDENTE: SENADOR GERALDO CÂNDIDO
RELATOR: SENADOR VALMIR AMARAL**

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
ALBERTO SILVA	PI-3055/3057	1- IRIS REZENDE	GO-2032/2039
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407	2- VALMIR AMARAL	DF-1961/1966
GERSON CAMATA	ES-3203/3204	3- GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106
PFL			
PAULO SOUTO	BA-3173/3175	1- MARIA DO CARMO ALVES	SE-1306/4659
JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277	2- VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/4095	1- LUIZ OTÁVIO	PA-3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)			
GERALDO CÂNDIDO (PT)	RJ-2171/2177	1- ROBERTO SATURNINO (1)	RJ-4229/4230

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO
 (17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Robinson Viana	PB	4345/4346	2 – Luiz Otávio (Cessão) (1)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Filiou-se ao PPB.

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em : 14/03/2002

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES
	PMDB	
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	PB-3194/95
	PFL	
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)
		PI-2131/37
	BLOCO (PSDB/PPB)	
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS
		ES-2022/24
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	

(1) Desfiliou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

**ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 05/03/2002**

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretaria-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSE FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
CERALDO ALTIOTTI	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. VAGO (2)				
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	###08	311-2071	323-3188
VAGO (3)					2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1. JEFFERSON PERES	AM	##07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	-05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) Em virtude do afastamento do Sr.José Coelho, em 11/03/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

(3) Em virtude do afastamento do Sr. Pedro Piva, em 22/02/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-6326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÉA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
ALOIZIO MERCADANTE	SP	825	318-5825	318-2825	PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	3182268
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:

- | |
|--------------------------------------|
| * Gabinetes localizados no Anexo III |
| # Gabinetes localizados no Anexo II |

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 6232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

www.camara.gov.br/mercosul
e-mail - cpcm@camara.gov.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 28/02/2002

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

**ug = 030002
gestão = 02902**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

**02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

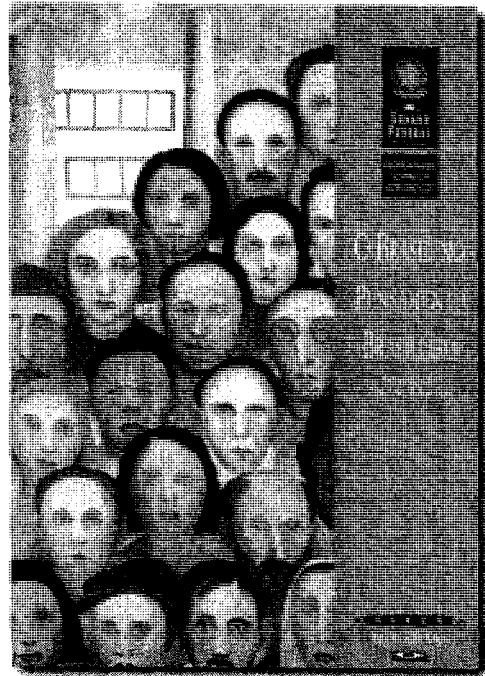


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 172 PÁGINAS